

Beatriz Tavares de Melo

**A EXECUÇÃO LOCAL DOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE  
E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA: O CASO DA  
JUVENTUDE CRUZ VERMELHA DE BRAGA (OUTUBRO 2021-ABRIL 2023)**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

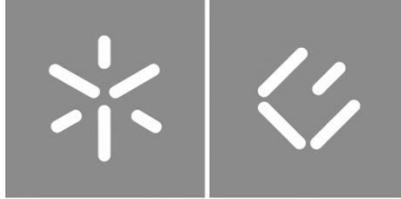
Beatriz Tavares de Melo

**A EXECUÇÃO LOCAL DOS PROGRAMAS  
DE MOBILIDADE E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA: O  
CASO DA JUVENTUDE CRUZ VERMELHA  
DE BRAGA (OUTUBRO 2021-ABRIL 2023)**

UMinho | 2023

outubro de 2023





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Beatriz Tavares de Melo

**A EXECUÇÃO LOCAL DOS PROGRAMAS DE  
MOBILIDADE E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA: O  
CASO DA JUVENTUDE CRUZ VERMELHA DE  
BRAGA (OUTUBRO 2021-ABRIL 2023)**

Relatório de Estágio

Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da

**Professora Doutora**

**Ana Paula Brandão**

outubro de 2023

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha orientadora da Universidade do Minho, Professora Doutora Ana Paula Brandão, por todo o apoio, disponibilidade e paciência ao longo deste processo.

À minha orientadora de estágio e mentora, Vera Lima e à Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga, em especial à valência da Juventude, por ser sempre um local onde posso errar, melhorar, crescer e aprender.

À minha família, aos meus pais, aos meus avós e a todos os meus amigos e colegas que me apoiaram neste percurso desafiante, mas sempre recompensador.

Aos entrevistados, desde colaboradores a jovens participantes em projetos do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade através da JCV Braga, por partilharem o vosso conhecimento, experiência e tempo.

Por fim, gostaria de dedicar este Relatório a todos aqueles que se cruzaram comigo e me fazem todos os dias apaixonar por esta área, pela mobilidade e pela cooperação entre pares, na procura de melhorar a vida dos jovens na UE e além dela. Todos os que me moldaram ao longo destes últimos dois anos, fazem um bocadinho parte deste produto final.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Resumo

O presente Relatório retrata a execução local dos atuais programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade na valência de Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga (JCV Braga), entre outubro de 2021 e abril de 2023. O objetivo central é compreender como é feita a execução destes programas da União Europeia, tendo em conta as características organizacionais, os desafios enfrentados e os contributos dos programas na organização e na comunidade local, bem como a coordenação entre os níveis europeu, nacional e local. Analisa-se este estudo de caso através do suporte da Governação Multinível, combinada com o quadro concetual da europeização, numa abordagem *top-down*. O estudo incide na vertente de Juventude do Erasmus+ e no Corpo Europeu de Solidariedade, nas estratégias, agendas e objetivos da União Europeia nesta área e na adaptação local às mesmas. Os resultados obtidos, através de métodos essencialmente qualitativos, como entrevistas a *youth workers* e participantes de projetos de mobilidade, cooperação e voluntariado internacional, demonstram como a JCV Braga se assume como um ator proativo, fazendo parte de uma vasta rede de *governance* que colabora entre si, gerindo os programas da União Europeia, desde o nível europeu, através da Comissão Europeia, ao nível nacional, pelas Agências Nacionais, até ao nível local.

**Palavras-chave:** Corpo Europeu de Solidariedade, Erasmus+, Execução de Programas; Governação Multinível, Juventude.

## **Abstract**

This Report portrays the local implementation of the current Erasmus+ and European Solidarity Corps programmes in the Youth Department of the Portuguese Red Cross - Braga Branch (JCV Braga), between October 2021 and April 2023. The main objective is to understand how these European Union programmes are implemented, taking into account their organisational characteristics, the challenges faced and the programmes' contributions to the organisation and the local community, as well as coordination between the European, national and local levels. This case study is analysed using the support of Multilevel Governance, combined with the conceptual framework of Europeanisation, in a top-down approach. The study focuses on the Youth strand of Erasmus+ and the European Solidarity Corps, the European Union's strategies, agendas and objectives in this area and local adaptation to these. The results obtained, using essentially qualitative methods, such as interviews with *youth workers* and participants in mobility, cooperation and international volunteering projects, show how JCV Braga assumes itself as a proactive actor, taking part in a vast governance network that collaborates mutually, managing European Union programmes, from the European level, through the European Commission, to the national level, through the National Agencies, and to the local level.

**Keywords:** Erasmus+, European Solidarity Corps, Multilevel Governance, Programme Implementation, Youth.

# Índice

Resumo .....	v
Abstract .....	vi
Lista de Abreviaturas .....	ix
Índice de figuras .....	xi
Introdução .....	12
Enquadramento do tema .....	12
Estado da Arte.....	13
Problemática.....	17
Metodologia .....	18
Estrutura do Relatório.....	19
1. Enquadramento Teórico e Concetual.....	21
1.1. Governação Multinível .....	21
Governação Multinível e Europeização.....	25
Governação Multinível e Execução.....	27
1.2. Conceitos.....	29
Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável .....	29
Educação não-formal .....	31
Trabalho de Juventude ( <i>Youth Work</i> ) .....	32
Política da Juventude ( <i>Youth Policy</i> ) .....	34
Investigação sobre a Juventude ( <i>Youth research</i> ) .....	35
2. Enquadramento Programas Europeus: Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade e suas dimensões .....	37
2.1. Erasmus+ .....	37
2.2. Corpo Europeu de Solidariedade/European Solidarity Corps (CES/ESC).....	46
2.3. <i>Youthpass</i> .....	51
2.4. Agências Nacionais .....	52
2.5. Comissão Europeia .....	53
2.6. Estratégia da UE para a Juventude e os 11 Objetivos para a Juventude Europeia .....	54
2.7. Ano Europeu da Juventude.....	60
2.8. Enquadramento JCV <i>in Action</i> .....	62
Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CVCV).....	63
Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).....	64

Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga (CVP - Braga) e Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP).....	65
3. Execução dos programas de mobilidade e cooperação internacional na Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga .....	72
3.1. Execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade .....	72
3.2. Efeitos da Covid-19 na execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade .....	75
3.3. Execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade na CVP Braga .....	77
Erasmus+.....	79
CES.....	86
A coordenação entre os níveis europeu, nacional e local na execução dos programas .....	93
Características da JCV Braga na execução dos Programas .....	96
Constrangimentos à execução dos Programa .....	100
Contributos dos Programas na JCV Braga e na comunidade local.....	105
Conclusão.....	113
Implicações.....	114
Limitações .....	115
Recomendações.....	116
Linhas de investigação futura .....	119
Bibliografia.....	120
Fontes primárias .....	120
Fontes secundárias .....	125
Apêndice I – Guião Entrevistas .....	131
Apêndice II - Listagem entrevistas.....	133
Apêndice III – Documentos Internos .....	134

## **Lista de Abreviaturas**

ALCG - *Acting Local Changing Global*

ALJ - Área Local de Juventude

CEE - Comunidade Económica Europeia

CES - Corpo Europeu de Solidariedade

CICV - Comité Internacional da Cruz Vermelha

CIDAC - Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

CoE - Conselho da Europa

CR - Comité de Regiões Europeu

CVCV - Cruz Vermelha e Crescente Vermelho

CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

EACEA - Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura -

ECTS - *European Credit Transfer and Accumulation System* (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos)

ECU - Unidade Monetária Europeia

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022

EPJ - Estratégia de Participação Juvenil

ESN - *Erasmus Student Network*

FEJ - Fórum Europeu da Juventude

FICV - Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

GMN - Governação Multinível

IES - Instituições de Ensino Superior

JCV Braga - Juventude Cruz Vermelha de Braga

JCVP - Juventude na Cruz Vermelha Portuguesa

JSP - *Joint Study Programmes*

KA1 - *Key Action 1* (Ação-Chave 1)

KA2 - *Key Action 2* (Ação-Chave 2)

KA3 - *Key Action 3* (Ação-Chave 3)

LLP - *Lifelong Learning Programme*

NA - Agência(s) Nacional(ais)

NEYC - *Network European Youth Capitals* (Rede Capitais Europeias da Juventude)

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OID - *Organisation ID*

OLS - *Online Linguistic Support*

ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

PE - Parlamento Europeu

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SN - Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

SVE - Serviço Voluntário Europeu

TC - *Training Course* (Curso de Formação)

UE - União Europeia

YE - *Youth Exchange* (Intercâmbio de Jovens)

## **Índice de figuras**

Figura 1 - Types of MLG (Audouin e Finger 2018, 3) .....	21
Figura 2 - The European Youth Work Agenda (Council of the EU 2022, 8) .....	60

## **Introdução**

O presente Relatório de Estágio incide sobre a execução local dos programas europeus Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade (CES), pela Juventude Cruz Vermelha de Braga, valência da Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. A introdução deste relatório envolve o enquadramento do tema, o estado da arte, a problemática, a justificação e a delimitação do objeto de análise, a metodologia e a estrutura do Relatório.

## **Enquadramento do tema**

No quadro da mobilidade e internacionalização, ao nível do setor da educação e formação, Portugal centra a sua atividade em torno de três eixos que são a União Europeia (UE), a Cooperação Internacional e a Cooperação para o Desenvolvimento. (...) No eixo União Europeia, a cooperação em matéria de educação e formação realiza-se a um nível simultaneamente nacional e comunitário, através de programas, atividades e projetos de carácter e conteúdo diversos (Comissão Europeia 2023b, 1).

E é precisamente neste eixo europeu que o presente Relatório de Estágio se enquadra, nos seus programas, atividades e projetos tão diversificados e abrangentes. O objeto de análise deste trabalho será, mais especificamente, os programas europeus Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade, em conformidade com o Estágio realizado na Delegação de Braga da Cruz Vermelha.

O Erasmus+ (2021-2027) é um programa Europeu nos campos da educação, formação, juventude e desporto, sendo estas áreas chave de apoio a cidadãos europeus no seu desenvolvimento tanto pessoal como profissional. O objetivo geral do Programa é apoiar, através da aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal dos indivíduos nos campos que visa, na Europa e também fora dela, contribuindo desta forma para o crescimento sustentável, empregos de qualidade e coesão social, para impulsionar a inovação, e para reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa (European Commission 2021c). Algumas das prioridades deste programa centram-se na inclusão e diversidade, transformação digital, ambiente e luta contra as alterações climáticas, e participação na vida democrática. A gestão deste programa é da responsabilidade da Comissão Europeia, assim como o Corpo Europeu de Solidariedade, e a implementação destes programas obedecem à mesma lógica, que posteriormente será desenvolvida.

O Corpo Europeu de Solidariedade (CES) (2021-2027) oferece uma experiência inspiradora, fortalecedora e única em atividades de solidariedade em toda a UE e também fora dela. Através deste

Programa, os jovens têm a oportunidade de ajudar, aprender e desenvolver-se a nível pessoal, educativo, social, cívico e profissional. O principal objetivo deste Programa é, então,

reforçar o envolvimento dos jovens e das organizações em atividades de solidariedade acessíveis e de alta qualidade, principalmente o voluntariado, como meio de reforçar a coesão, a solidariedade, a democracia, a identidade europeia e a cidadania ativa na União e fora dela, abordando os desafios sociais e humanitários no terreno, com especial ênfase na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da igualdade de oportunidades (European Commission 2021d, 7)<sup>1</sup>.

As suas prioridades são semelhantes às do Erasmus+ com a adição da prevenção, promoção e apoio na área da saúde (European Commission 2021d).

A pertinência deste tema prende-se com o facto de a mobilidade e cooperação internacional serem um tópico-chave na agenda da UE, refletida pela criação destes novos programas, ainda mais ambiciosos e com mais financiamento do que os seus antecessores. Tanto o Erasmus+ como o CES são histórias de sucesso Europeu e os seus resultados, ao longo dos anos, demonstram a crescente aposta da UE e dos seus Estados-Membros nesta área. Os programas de mobilidade e cooperação internacional são, então, relevantes no contexto europeu atual. No entanto, a bibliografia (fontes secundárias e primárias) sobre a implementação efetiva e prática dos mesmos é escassa, tanto para os cidadãos europeus no geral, como para as próprias organizações e instituições que os executam localmente.

## **Estado da Arte**

Mazzoni *et al.* (2018) analisam como a mobilidade transfronteiriça é um dos fatores mais importantes para reforçar o compromisso dos jovens como cidadãos europeus, pela sua identificação mais forte com a União, atitudes mais positivas em relação à UE e visões específicas da mesma, fatores que têm um efeito positivo no seu envolvimento a nível europeu. No entanto, estes autores afirmam que ainda não existe evidência empírica suficiente para sustentar esta hipótese, salientando que a investigação e a bibliografia mais produzidas centram-se na temática da mobilidade para propósitos de educação. Também Garbauskaite-Jakimovska (2018) explicita o défice de investigação empírica, o que resulta na falta de provas

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: "enhance the engagement of young people and organisations in accessible and high-quality solidarity activities, primarily volunteering, as a means to strengthen cohesion, solidarity, democracy, European identity and active citizenship in the Union and beyond, addressing societal and humanitarian challenges on the ground, with a particular focus on the promotion of sustainable development, social inclusion and equal opportunities" (European Commission 2021, 7).

que a aprendizagem em mobilidade tem um efeito, não só no desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, mas também é valioso para a sociedade e para as comunidades onde essa mobilidade é realizada. Os autores referidos evidenciam a necessidade de investigação empírica, no terreno, sobre esta temática, algo que nos propusemos a fazer no presente relatório.

No livro *Learning mobility and non-formal learning in European contexts Policies, approaches and examples*, Garrahy (2013) afirma que as experiências de mobilidade proporcionam aos jovens não só competências vitais para a sua futura empregabilidade, mas também para serem cidadãos e participantes ativos na sociedade. Lejeune retrata ainda o benefício desta exposição dos jovens para além dos mesmos, com benefícios diretos para as comunidades em questão e até para as suas famílias e pares. Quanto ao programa Serviço Voluntário Europeu (precursor do CES), Ančić e Brajdić Vuković (*apud* Garbauskaite-Jakimovska 2018) concluíram que a maior parte dos voluntários declararam que tinham intenções de participar mais ativamente nas suas sociedades após o seu período no estrangeiro, entre outros efeitos do voluntariado transnacional e deste programa em específico. Estes autores realçam, assim, o efeito que estes projetos têm nos seus jovens participantes individualmente, mas também para as suas comunidades locais.

O *site* oficial da União Europeia destaca o voluntariado como uma atividade importante para a juventude Europeia, com 34% desta população a afirmar, em 2019, terem participado em actividades de voluntariado nos últimos 12 meses. Número este que tem vindo a aumentar continuamente, desde os 24% em 2011 (European Union s.d.e). No entanto, relativamente ao voluntariado transfronteiriço, apenas 8% dos inquiridos afirma ter participado neste tipo de atividades (European Commission 2018b).

Neste sentido, a Comissão Europeia desenvolveu um estudo, publicado em 2020, que não só identifica os principais obstáculos às atividades de solidariedade transfronteiriça nos Estados-Membros da UE, como também formula recomendações políticas concretas para enfrentar os obstáculos identificados, para que o voluntariado e as atividades de solidariedade transfronteiriça possam ser fácil e realisticamente acedidos por todos os jovens na Europa e fora dela (European Union 2020). Estas recomendações políticas sustentarão a revisão da Recomendação do Conselho sobre a mobilidade dos jovens voluntários. A Recomendação do Conselho, que data a 20 de novembro de 2008, “foi uma das principais iniciativas

políticas europeias de apoio às atividades de voluntariado”<sup>2</sup> (European Union 2020, 1), reconhecendo a existência de obstáculos à mobilidade transfronteiriça dos jovens voluntários, e propondo um conjunto de recomendações para que os Estados-Membros e a Comissão Europeia criassem uma estrutura e facilitassem a cooperação transfronteiriça em atividades de voluntariado (European Union 2020).

No entanto, o próprio estudo admite que a “Recomendação do Conselho de 2008 alcançou um impacto limitado e que a consciencialização da mesma tem sido baixa”<sup>3</sup> (European Union 2020, 3) e aconselha que a recomendação revista do Conselho deva ser mais ambiciosa. O estudo sobre a remoção dos obstáculos às atividades de solidariedade transfronteiriça foi encomendado pelo Grupo de Peritos criado através do Plano de Trabalho para a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 e tornou-se complementar ao seu trabalho. Esta investigação identificou vários obstáculos que existem a nível nacional e europeu, muitos resultantes de diferenças substanciais nos quadros administrativos e jurídicos sobre voluntariado entre os Estados-Membros e das dificuldades na obtenção de vistos ou autorizações de residência para fins de voluntariado. Os desafios enfrentados pelo CES são semelhantes aos que se referem às atividades de solidariedade transfronteiriça em geral, no entanto, existem vários desafios adicionais que se relacionam especificamente com o desenvolvimento e a implementação bem sucedida do Corpo, que se prendem com a flexibilidade do Corpo e, conseqüentemente, a sua inclusão; com o facto dos estágios e empregos solidários não serem suficientemente atrativos; e, principalmente, com o facto de os jovens não terem conhecimento ou consciência das oportunidades oferecidas pelo Corpo, com 85% das organizações inquiridas a afirmarem que existe esta falta de consciência por parte dos jovens (European Union 2020).

Nesta linha, Bonus (2020) analisa o acesso e as barreiras do CES, com enfoque nas condições estruturais que permitem ou impedem o acesso a este programa, em vez de tratarem os obstáculos individuais. Este acesso está estritamente relacionado com o princípio da inclusão, que é, por sua vez, uma das prioridades do Programa em questão. É, assim, um artigo de elevada pertinência para o tema em estudo e para responder à pergunta de investigação principal, realçando um dos problemas existentes na gestão e implementação destes programas.

Ainda assim, com os inúmeros obstáculos que persistem a esta tipologia de voluntariado às diferenças marcantes entre Estados Membros da UE, o Corpo Europeu de Solidariedade “continua a ser um

---

<sup>2</sup> Tradução livre de: “(...) was one of the key European policy initiatives supporting volunteering activities” (European Union 2020, 1).

<sup>3</sup> Tradução livre de: “The 2008 Council Recommendation has achieved a limited impact and that awareness of it has been low” (European Union 2020, 6).

dos principais instrumentos para as atividades de solidariedade transfronteiriça em muitos (e especialmente nos mais pequenos) Estados-Membros da UE”<sup>4</sup> (European Union 2020, 2).

Quanto ao programa Erasmus, o estudo de Oborune (2013) incide sobre a identidade política e social de quem realiza estas experiências. Perilli (2017) analisa em que medida a mobilidade de indivíduos pode ser considerada um instrumento de *soft power* nos países vizinhos europeus, ou seja, os participantes Erasmus são mais propensos a tornarem-se embaixadores informais da UE através do seu contacto interpessoal. Já Polglase (2014) foca-se no *soft power* da educação superior na Parceria Oriental. Estes dois últimos autores têm o âmbito maioritariamente limitado à vizinhança da UE e à consideração do Erasmus+ como um instrumento de europeização. Por sua vez, Ferreira-Pereira e Pinto (2021) vão mais longe, relacionando o Erasmus+ e o *soft power* subsequente da UE na sua política externa e diplomacia de Parceria Estratégica, numa abordagem *bottom-up*. Estes autores têm em comum, entre si, a visão do poder deste programa, que foi evoluindo ao longo do tempo, e da sua potencialização, representando mais do que um programa de mobilidade internacional da União Europeia. A maior parte dos estudos feitos sobre o Erasmus+ são, contudo, focados nas vertentes da educação e formação do programa, em vez de na área da juventude (Carola 2022; de Wit 2011; Mizikaci e Arslan 2019), aquela que é abordada e implementada pelas organizações juvenis e/ou que trabalham com jovens.

O presente Relatório aborda os programas Erasmus+ e CES. Os programas em vigor iniciaram-se em 2021 e terminarão em 2027, pelo que esta análise incide sobre a execução local dos mesmos no período compreendido entre janeiro de 2021 e abril de 2023, data de início dos atuais programas e da execução local do EYCM, o Encontro de Juventude CVCV da Europa e Ásia Central, que decorreu em Braga, respetivamente. Concomitantemente, existe uma contextualização dos planos prévios destes programas, de forma a ser possível enquadrar ambos no tempo e no espaço, devido à sua relevância, já que foram os planos anteriores que moldaram e tornaram possíveis os atuais. Devido à pandemia covid-19, também houve algum *overlapping* entre os programas anteriores, com fim em 2020, e os atuais, dado o adiamento de projetos e de prazos para a sua respetiva execução.

---

<sup>4</sup> Tradução livre de: “(...) remains one of the main instruments for cross-border solidarity activities in many (and especially in smaller) EU Member States” (European Union 2020, 2).

## Problemática

Identificada a lacuna, procuramos com este Relatório responder à seguinte pergunta: *Como são executados os programas de mobilidade e cooperação internacional da União Europeia a nível da Juventude da Cruz Vermelha de Braga?*

Esta pergunta suscitou as seguintes perguntas derivadas:

- Como é feita a coordenação entre os níveis europeu, nacional (Portugal) e local (Juventude da Cruz Vermelha de Braga) na execução dos programas?
- Que problemas enfrenta a JCV Braga na execução destes programas?
- Quais as características da JCV Braga na gestão e execução destes programas e respetivos projetos?
- Quais os contributos destes programas para JCV Braga e para comunidade local?

Pela vasta e bem-sucedida experiência da organização e pela sua estratégia a longo prazo na área da mobilidade e cooperação internacional, a Juventude Cruz Vermelha (JCV), da Delegação de Braga, foi a instituição de acolhimento do Estágio adequada para desenvolver este trabalho e responder às perguntas acima formuladas. Durante o estágio curricular, que decorreu de 1 de outubro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, foram analisados ambos os programas (Erasmus+ e CES) em vigor, bem como a sua execução local, através do projeto *JCV in Action*.

Durante o estágio foi possível ir ao encontro dos objetivos propostos inicialmente para este trabalho de investigação, designadamente: desenvolver e executar os projetos Erasmus+ e CES, atendendo às suas semelhanças, diferenças e especificidades; analisar a coordenação entre os níveis europeu, nacional (Portugal) e local (Braga) na execução dos referidos programas; analisar como estes programas contribuem, tanto para a JCV Braga como para a sua comunidade local; perceber, numa maior extensão, os objetivos e metas a alcançar dos programas de mobilidade e cooperação internacional e o seu efeito no terreno.

## Metodologia

Tendo em conta os objetivos do presente Relatório e a(s) pergunta(s) a que se propõe responder, suportados pela Governação Multinível, combinada com o quadro concetual da europeização, a metodologia utilizada segue uma linha interpretativista, pela importância atribuída ao entendimento das perspetivas dos indivíduos, no contexto das condições e circunstâncias das suas vidas.

Esta é uma análise que recorre a métodos mistos, apesar de essencialmente qualitativa. A dimensão qualitativa relaciona-se com o facto da importância atribuída às perceções e experiências dos participantes, maioritariamente dos envolvidos na execução do Erasmus+ e CES, mas também de participantes de ambos os programas. A dimensão quantitativa é suportada pelos dados estatísticos existentes, proporcionados por estudos oficiais da UE sobre os programas de mobilidade e cooperação internacional, essenciais para perceber os efeitos dos mesmos, nas diferentes esferas de atuação.

Esta abordagem é também baseada num estudo de caso singular, a partir do estágio do caso da JCV de Braga, tirando assim proveito desta experiência curricular e pertinência da unidade de análise.

Para o estudo, concorrem fontes primárias e secundárias. No que se refere às fontes primárias, esta recolha foi feita nomeadamente através de documentos oficiais da União Europeia, do Governo português e da Cruz Vermelha Portuguesa (Sede Nacional e Delegação de Braga) relativos à mobilidade e cooperação internacional, aos programas em análise e à sua execução. As fontes secundárias compreendem artigos científicos, livros e capítulos de livros.

As técnicas de recolha e análise de informação contemplam também entrevistas qualitativas semiestruturadas, de forma a compreender de melhor forma as experiências, comportamentos e perceções dos indivíduos em questão. Foram feitas entrevistas a dois grupos distintos com base num guião (ver apêndice 1): aos *youth workers* da JCV Braga, que trabalham/trabalharam na área da mobilidade e cooperação internacional e aos participantes dos projetos e experiências de mobilidade e voluntariado internacional da JCV Braga, entre os meses de abril e dezembro de 2022 (ver apêndice 2). O primeiro grupo traz-nos o conhecimento como gestores e trabalhadores no terreno destes programas e subsequentes projetos e os segundos dão-nos a visão de beneficiários dos mesmos projetos, incluindo um equilíbrio entre o número de participantes acolhidos e enviados pela JCV Braga e entre o Erasmus+ e o CES. Esta

complementaridade é relevante para compreendermos de que forma os mesmos programas e a sua execução são percebidos por ambos os grupos.

Também o estágio na organização foi relevante para este Relatório, através do trabalho de campo no JCV *in Action*, projeto de cooperação internacional e educação para o desenvolvimento da valência da Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. Através de um diário de estágio, foi possível anotar as observações feitas diariamente, num trabalho feito diretamente com trabalhadores de juventude (*youth workers*), voluntários jovens e beneficiários jovens dos projetos implementados localmente. Ao longo de quatro meses, foi possível ter acesso a documentos internos, a plataformas europeias de submissão de candidaturas e relatórios no âmbito dos programas Erasmus+ e CES e a uma rede de contactos e parceiros institucionais nos níveis local e regional, nacional e europeu. Este estágio contribuiu, em grande parte, para uma melhor compreensão da aplicação local dos programas Europeus em análise, tendo contribuído igualmente para uma melhor perceção dos temas envolventes ao *youth work*, gestão de projetos e à interação entre os diferentes níveis, desde o local ao internacional. Neste contexto, o principal desafio à investigação foi o facto de a autora, ao longo do seu estágio, ter passado a ser a principal gestora destes projetos na organização, o que exigiu um esforço adicional para garantir a imparcialidade.

Com este Relatório pretende-se dar um contributo inovador sobre a execução local de programas da União Europeia na área da juventude, quer pela instituição analisada, a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, quer pelo trabalho de campo que contemplou entrevistas qualitativas semiestruturadas aos dois grupos acima referidos.

## **Estrutura do Relatório**

O relatório está estruturado em quatro capítulos. O primeiro – “Enquadramento Teórico e Concetual: Governação Multinível, Mobilidade e Cooperação Internacional” - apresenta um quadro teórico e concetual aplicado ao Estudo de Caso e os conceitos estruturantes da análise. O segundo capítulo – “Enquadramento dos Programas Europeus: Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade e Enquadramento Organizacional” - refere-se aos programas existentes no seio da União Europeia relativamente à Mobilidade e Cooperação Internacional e às suas dimensões nos diferentes níveis. Estes programas europeus são ambos geridos e executados pelo JCV *in Action*, projeto da JCV Braga, valência da Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa

de Braga, pelo que o seu enquadramento é pertinente para a compreensão do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos pela organização e para o próprio enquadramento do estágio curricular. O terceiro capítulo – “Mobilidade e Cooperação Internacional na JCV *in Action*/Braga” – incide sobre a execução local dos programas de mobilidade e cooperação internacional da JCV *in Action*.

Do estudo realizado, conclui-se que a JCV Braga executa localmente os programas Erasmus+, CES e outros na área da cooperação internacional e educação para o desenvolvimento, obedecendo às orientações fornecidas pelos diferentes níveis, nomeadamente pela Comissão Europeia, a nível europeu, e pelas Agências Nacionais, a nível nacional. A execução local, no entanto, depende também de dinâmicas internas à organização, tanto da valência da Juventude da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, como dos demais níveis internos, desde o Gabinete Nacional da Juventude, à Sede Nacional da CVP e ao Movimento Internacional da CVCV. Interliga, desta forma, a sua missão humanitária com o empoderamento de jovens localmente, recorrendo a programas europeus que se alinhem com os seus valores e complementem a sua ação.

# 1. Enquadramento Teórico e Concetual

Este capítulo apresenta o quadro teórico aplicado ao Estudo de Caso e os conceitos estruturantes da análise. Desenvolve-se sobre Governança Multinível, bem como sobre europeização e estudos de implementação, relacionados entre si. Alguns dos conceitos pertinentes para a compreensão do tema deste Relatório e para a análise desta problemática envolvem a educação para o desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, educação não-formal, *youth work*, política da Juventude (*youth policy*) e investigação sobre a Juventude (*youth research*).

## 1.1. Governança Multinível

"Num mundo cada vez mais globalizado e em rápida mudança, os processos de tomada de decisão associados ao desenvolvimento, implementação e monitorização de políticas públicas estão a tornar-se cada vez mais complexos" (Daniell e Kay 2017, 3).<sup>5</sup> Atualmente, os governos raramente dispõem do poder, recursos e estruturas de governação necessários para responder adequadamente aos desafios que enfrentam, pelo que se veem obrigados a trabalhar com, ou a procurar a ajuda de, outros organismos da esfera pública, privada, não governamental ou comunitária, para alcançar os seus objetivos (Daniell e Kay 2017).

É nesta lógica que se insere a abordagem da Governança Multinível (GMN), introduzida na literatura por Liesbet Hooghe e Gary Marks nos anos 1990s. Hooghe e Marks (2003) propuseram dois tipos de GMN (apresentadas na tabela abaixo, de forma sumária).

**Table 1**  
Types of MLG (adapted from Hooghe at Marks, 2003).

Type I	Type II
General-purpose jurisdiction	Task-specific jurisdictions
Non-intersecting memberships	Intersecting memberships
Jurisdiction at a limited number of levels	No limit to the number of jurisdictional levels
Durable and system-wide architecture	Flexible design

Figure 1 - Types of MLG (Audouin e Finger 2018, 3)

<sup>5</sup> Tradução livre de: "In an increasingly globalised and rapidly changing world, decision-making processes associated with the development, implementation and monitoring of public policies are becoming increasingly complex" (Daniell e Kay 2017, 3).

O tipo I segue uma estrutura explícita, hierárquica e balizada nos seus níveis, enquanto que o tipo II tem uma estrutura complexa, fluida e composta de inúmeras e sobrepostas jurisdições que operam em diferentes níveis. O primeiro é visto como um processo de tomada de decisão comparado a uma *matryoshka*, suportado por um número limitado de autoridades a cada nível territorial (do local ao nacional). O impacto do nível europeu é sobretudo captado pelo segundo tipo de GMN, que é apresentado como um “um *puzzle* composto por muitas peças funcionalmente específicas, cada uma prestando serviços ou resolvendo problemas” (Stephenson *apud* Audouin e Finger 2018, 3)<sup>6</sup>. (Audouin e Finger 2018; Jalali 2017).

O trabalho pioneiro “*Multi-Level Governance and European Integration*” (Hooghe e Marks 2001) revelou a relação evidente entre as regiões da UE e o seu efeito na política da mesma, introduzindo um terceiro nível à *governance* da UE, onde juntamente com os Estados-membros e as instituições da UE, os diferentes atores, a vários níveis, interagem de formas complexas (Caporaso 2008; Schakel 2020).

Testemunhamos, então, uma mudança no foco da tomada de decisão, que passou dos governos, para uma partilha de autoridade entre os diferentes níveis de governo durante todo o processo, desde a elaboração de políticas até à sua aplicação. Os processos contínuos e de aprofundamento de integração europeia e de regionalização, na primeira década do século XXI, aumentaram a interdependência entre os três níveis, sendo o impacto de ações e decisões a um nível, cada vez mais suscetível de acontecer a outro nível. Estima-se que cerca de 60% das decisões tomadas a nível local e regional são influenciadas pela legislação europeia e quase 70% da legislação da UE é aplicada pelas autoridades locais e regionais (Schakel 2020).

Não podemos falar de GMN sem falar do Comité de Regiões (CoR). O CoR foi estabelecido em 1993, pela revisão operada pelo Tratado de Maastricht e, apesar de ter um papel limitado, por ser um órgão consultivo, constitui uma expressão institucional da natureza multinível da UE, proporcionando representação a autoridades subnacionais, concedendo-lhes um papel formal no processo de decisão da UE. Apesar de a sua função original não o prever, o CoR tem vindo ainda a consolidar e alargar o seu papel e influência no desenvolvimento contínuo do sistema de *governance* da UE (Committee of the Regions 2009; Schönlaue 2017).

---

<sup>6</sup> Tradução livre de: “a puzzle made up of many functionally specific pieces, each providing services or solving problems” (Stephenson *apud* Audouin e Finger 2018, 3).

A definição de Governança Multinível foi posteriormente desenvolvida por este órgão nos seguintes termos: “ação coordenada da União Europeia, dos Estados-Membros e das autoridades locais e regionais, baseada na parceria e destinada à elaboração e implementação das políticas da UE” (Committee of the Regions 2009, 1)<sup>7</sup>. A GMN leva a que exista uma responsabilidade partilhada entre os diferentes níveis de governo envolvidos que, segundo o CoR, ajuda a suportar a própria abordagem, pela legitimidade democrática e natureza representativa dos diferentes atores envolvidos. Esta definição do Comité coincide com o objetivo da Comissão Europeia de “construir a Europa em parceria”<sup>8</sup> (Committee of the Regions, 1), sendo inclusiva nas tomadas de decisões. Corresponde também à concessão de que a aplicação de políticas, ações e estratégias é mais eficaz quando resulta do trabalho conjunto. Ou seja, de forma simplificada, GMN significa trabalhar em conjunto, através de diferentes níveis de governo, para aplicar políticas de forma mais eficaz (Committee of the Regions 2009; Coopenergy 2015).

O próprio termo "*governance*" refere-se a “processos pluricêntricos, que reúnem atores autónomos mas interdependentes nos seus esforços para fornecer soluções para questões específicas” (van Kersbergen e van Waarden *apud* Scholten, Engbersen, van Ostaijen e Snel 2017, 2012)<sup>9</sup>. A GMN tende, por sua vez, a referir-se a sistemas de governação onde há uma dispersão de autoridade entre estes atores para cima, para baixo e transversal (*upwards, downwards e sideways*), entre níveis de governo - local, regional, nacional e supranacional - mas também entre esferas e setores, incluindo estados, mercados e sociedade civil, na qual as relações entre estes atores podem ser organizadas horizontal ou verticalmente. As três dimensões de GMN estão, desta forma, causalmente conectadas entre si, pelo que existe um amplo consenso de que uma governação eficaz requer cada vez mais coordenação e negociação contínua em múltiplos níveis e setores e este conceito tornou-se, cada vez mais, amplamente adotado (Bache 2012; Daniell e Kay 2017; Maggetti e Trein 2019; Scholten, Engbersen, van Ostaijen e Snel 2017).

Apesar desta extensa adoção, existem diversas críticas à GMN, que se estendem desde a sua compreensão à sua aplicação. Stein e Turkewitsch (2010, 197) observam a polissemia concetual: “não existe uma definição única de GMN que seja atualmente amplamente aceite pela comunidade académica.”<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Tradução livre de: “coordinated action by the European Union, the Member States and Local and Regional authorities, based on partnership and aimed at drawing up and implementing EU policies” (Committee of the Regions 2009, 1).

<sup>8</sup> Tradução livre de: “Build Europe in partnership” (Committee of the Regions 2009, 1).

<sup>9</sup> Tradução livre de: “pluri-centric processes that bring together autonomous yet interdependent actors in their efforts to provide solutions to specific issues” (van Kersbergen e van Waarden 2004 *apud* Scholten, Engbersen, van Ostaijen e Snel 2017, 2012).

<sup>10</sup> Tradução livre de: “there is no single definition of MLG that is currently broadly accepted by the academic community” (Stein e Turkewitsch 2010, 197).

Além das questões de definição, a GMN tem sido criticada pela sua falta de clareza concetual, existindo igualmente pouca convergência sobre modelos de melhores práticas de como conceber e operar eficazmente sistemas de GMN para diferentes contextos e questões políticas. Adicionalmente, também é criticada devido às implicações que podem resultar da autoridade partilhada para a responsabilidade política (Bache 2012; Daniell e Kay 2017). De forma geral, segundo Maggetti e Trein (2019, 6), os problemas centrais gerados pela GMN prendem-se com “o aumento da complexidade, opacidade, informalidade, seletividade e irresponsabilidade das configurações de GMN”<sup>11</sup>.

Apesar de Piattoni (2009) referir que a GMN não se aplica a todas as políticas da UE e, quando se aplica, raramente é de forma simétrica ou homogénea, responde também a algumas das críticas. Piattoni sugere que a GMN pode até contribuir para o reforço da democracia na UE (Bache 2012). Segundo Wiener e Diez (2009), este empoderamento pode ajudar a legitimar a própria UE, já que, por sua vez, envolve e reconhece os atores do terceiro nível, que têm maior legitimidade do que governos nacionais, especialmente em países multiétnicos. Além disso, o desenvolvimento destas relações proporciona oportunidades a alguns grupos sociais e políticos, que podem ter relativamente pouca influência sobre a política, noutras circunstâncias. De facto, afirmar adaptação e inovação é uma característica da complexa Governação Multinível.

Através do presente trabalho de investigação, também foi possível encontrar diversos artigos e estudos da aplicação da GMN em diversas áreas e programas da UE, desde políticas de coesão (European Union 2021) ou políticas ambientais (Newig e Koontz 2013) no seio da UE, à implementação de serviços de mobilidade (Audouin e Finger 2018; Scholten, Engbersen, van Ostaijen e Snel 2017) ou diretivas de qualidade do ar em diversos Estados-membros e nas suas localidades (Gollata e Newig 2017), entre outros (Bisong 2018; Klemenčič e Palomares 2018). Estes estudos ajudam, deste modo, a evidenciar a relevância desta área na UE e a sua transversalidade na mesma, ainda que a sua aplicação seja desafiante. A GMN pode ser, então, a resposta a alguns problemas e questões com que nos debatemos atualmente, mas, para que seja funcional, eficiente e eficaz, é necessário que a GMN se torne num processo mais flexível e dinâmico, com mais participação e cooperação, com partilha de poderes a todos os níveis, ao invés de divisão de poderes. Este sistema pode reunir preferências, interesses e expectativas de diferentes níveis de governação

---

<sup>11</sup> Tradução livre de: “the increased complexity, opacity, informality, selectivity and unresponsiveness of MLG settings” (Maggetti e Trein 2019, 6).

e a comunicação e consulta entre estes níveis pode proporcionar melhores soluções para uma ação externa comum (Audouin e Finger 2018; Gal e Horga 2010; Gollata e Newig 2017; Scholten, Engbersen, van Ostaijen e Snel 2017; European Union 2021).

Existem áreas de *policymaking* na UE, em que as decisões dependem das relações mútuas entre diferentes níveis de governo (UE, nacional, subnacional e local), bem como da participação de um novo conjunto de atores da sociedade civil. A presença destes novos atores contribuiu para uma mudança qualitativa na política e *policymaking* da UE, cada vez mais multinível, considerada mais plural, aberta e menos hierárquica (Noferini, Berzi, Camonita e Durà 2020).

Destá forma, considera-se que a abordagem de Governança Multinível é pertinente neste tema, tendo adicionalmente contribuído significativamente para a compreensão da natureza da *governance* na UE. Este processo criativo de poder e influência política foca-se nas relações, cada vez mais complexas, entre atores de diferentes setores, organizados a diferentes níveis territoriais e levanta questões importantes sobre os mecanismos, estratégias e táticas, através dos quais as decisões são tomadas na política contemporânea e as suas implicações para a responsabilidade democrática. Privilegia também preocupações com mudanças no papel, poder e natureza do Estado, dentro e fora de fronteiras nacionais, assim como nas diversas dimensões que abrange (Bache 2012; Gal e Horga 2010).

Apesar do desafio que é desenvolver uma cultura de GMN a nível Europeu, este quadro teórico tem sido utilizado extensivamente para caracterizar o sistema político da UE como um todo (Bache 2012; Coopenergy 2015). De facto, Schmitter descreveu mesmo como "o rótulo mais omnipresente e aceitável que se pode colocar na UE contemporânea" (Schmitter *apud* Bache 2012, 3).<sup>12</sup>

## Governança Multinível e Europeização

A europeização, em grande parte, interliga-se à GMN. Estudar o modelo europeu de governança regulamentar a vários níveis é estudar algumas das características mais importantes da política internacional e da política para o século XXI (Levi-Faur 2008).

---

<sup>12</sup> Tradução livre de: "the most omnipresent and acceptable label one can stick on the contemporary EU." (Schmitter *apud* Bache 2012, 3).

A europeização tem vindo a desenvolver-se nos estudos da UE, desde a década de 1990. Geralmente a europeização refere-se ao efeito da UE nos Estados-membros, nos seus atores, contextos e acordos institucionais domésticos. Esta área permite-nos perceber qual é a influência da UE na política interna nos diferentes Estados-membros, nas diversas áreas, ao longo do tempo. Mais especificamente, os académicos utilizam a europeização para avaliar a eficácia das políticas a nível europeu no nível interno, bem como para compreender como as novas oportunidades e constrangimentos europeus afetam as políticas nacionais. Existem também diferentes dimensões e contextos de europeização. A europeização não deve ser confundida com convergência, harmonização ou integração política (Sedelmeier 2012; Vink e Graziano 2008).

Apesar da ausência de uma definição comum, Sedelmeier (2012,1) não considera isso um problema, “uma vez que as diferenças de definição refletem geralmente diferenças em questões específicas nas quais a investigação se centra na sua análise do impacto da UE”<sup>13</sup>.

Segundo Radaelli (2003) existem mecanismos verticais e horizontais de europeização. Os mecanismos verticais envolvem as dimensões *top-down* e *bottom-up*, baseados numa pressão de adaptação e os horizontais, de *crossloading*, que envolvem diferentes formas de enquadramento (Radaelli 2003). As definições *top-down* ou *bottom-up* implicam a existência de uma transmissão de políticas públicas perfeitamente linear de um nível para outro (Saurugger e Radaelli 2008). No entanto, alguns autores observam os efeitos das interações complexas entre atores, como Ravinet (*apud* Saurugger e Radaelli 2008, 213) que afirmou “os níveis [nacional e comunitário] não passam de campos de jogos, onde os atores se movimentam entre um e outro, e brincam com eles”.<sup>14</sup> A abordagem *top-down* pressupõe que os Estados-Membros recebem novos conjuntos de normas, regras e políticas da UE; na abordagem *bottom-up*, a europeização é um processo de carregamento em que os Estados-Membros projetam as suas preferências, de forma ativa, para o nível da UE, demonstrando que não são passivos no processo de integração europeia; por fim, numa abordagem *crossloading*, a europeização é um processo de intercâmbio que envolve a troca de ideias, poder, políticas e valores entre os Estados-Membros. Estas três perspetivas proporcionam uma compreensão mais abrangente da europeização (Hang 2011).

---

<sup>13</sup> Tradução livre de: “since definitional differences generally reflect differences in what particular issues research focuses on in its analysis of the EU's impact (...)” (Sedelmeier 2012,1).

<sup>14</sup> Tradução livre de: “the [domestic and EU] levels are nothing but playing fields, where actors move between one and the other, and play with them” (Ravinet *apud* Saurugger e Radaelli 2008, 213).

Relativamente às políticas da UE, a compreensão abrangente da europeização exige que consideremos os processos de tomada de decisão e coordenação nos Estados-Membros (Hofmann-van de Poll e Keilberth 2022). A UE exerce influência direta sobre as políticas dos Estados-Membros por meio de regulamentos e diretivas, assim como indireta, através de resoluções, incentivos e programas. Por sua vez, os Estados-Membros desempenham um papel ativo na moldagem das políticas, processos e instituições da UE. Estes atores desempenham um papel central no processo de tomada de decisão da UE, determinando o ponto de entrada nas várias fases dos processos políticos na UE e, conseqüentemente, estando envolvidos na definição das agendas, nas negociações, na tomada de decisões subseqüentes e, em última análise, na implementação de políticas específicas (Hofmann-van de Poll e Keilberth 2022).

É de notar que a UE tem mudado drasticamente o contexto da política, não só nos seus Estados-membros, mas também nos países candidatos. A UE tem sido “altamente bem-sucedida em influenciar políticas internas fora das suas fronteiras, em países candidatos, através de uma utilização eficaz de um incentivo credível à adesão” (Sedelmeier 2012, 15).<sup>15</sup>

A europeização será utilizada neste Relatório, nomeadamente através da abordagem *top-down*, na análise da execução local dos programas europeus Erasmus+ e CES na JCV Braga. A europeização e a GMN constituem o quadro teórico para a abordagem deste Relatório que tem o objetivo de analisar a influência da UE na política interna dos diferentes Estados-membros, neste caso em Portugal, e também na *governance* nos diferentes níveis, do europeu, ao nacional e, por fim, ao local, incluindo as diretrizes, os objetivos e estes programas europeus.

## Governança Multinível e Execução

A execução é uma questão-chave quando se estuda a *governance* na União Europeia. O termo implementação significa “dar efeito prático, e assegurar o cumprimento efetivo através de medidas concretas” (Sverdrup 2008, 197)<sup>16</sup>. A implementação é, em parte, um processo legal, mas também envolve

---

<sup>15</sup> Tradução livre de: “(...) highly successful in influencing domestic policies outside its borders, in candidate countries, through an effective use of a credible membership incentive” (Sedelmeier 2012,15).

<sup>16</sup> Tradução livre de: “(...) to give practical effect to, and to ensure actual fulfilment by concrete measures” (Sverdrup 2008, 197).

processos e atores políticos. Tem existido um interesse crescente em estudos de implementação, devido à ubiquidade da governação a vários níveis, ao maior significado das relações intergovernamentais, às transformações das capacidades domésticas, bem como aos avanços nas teorias das ações e instituições. O carácter cada vez mais transnacional das regulamentações políticas e o crescente número e significado dos acordos e organizações internacionais, reabriram a agenda para reconsiderar as teorias de implementação (Sverdrup 2008).

Pelo sistema multicêntrico na UE, estes estudos fazem particular sentido. Neste caso, a implementação refere-se aos processos através dos quais as normas europeias são transpostas, adotadas e aplicadas a nível nacional (Sverdrup 2008). Tem havido um maior enfoque na garantia de uma melhor implementação e na avaliação do desempenho da mesma (Sverdrup 2008).

Para além da implementação ser uma dimensão da europeização (Saurugger e Radaelli 2008), os estudos de implementação são importantes para a nossa compreensão de como a integração europeia afeta e transforma os Estados-membros, como funciona a UE, bem como para a nossa compreensão das mudanças no carácter multinível da governação europeia. Os estudos de implementação de políticas têm lidado com sistemas de governação multiníveis, no entanto, estes sistemas, como é o caso da UE, são normalmente observados como desafios ou mesmo obstáculos à implementação efetiva de políticas, ao invés de algo condutivo à mesma (Gollata e Newig 2017). Desta forma, académicos da área da GMN apresentaram argumentos de porque e como é que a GMN pode melhorar a execução de *policies*, que englobam a governação descentralizada, adaptada ao espaço e participativa (Gollata e Newig 2017).

Têm havido progressos consideráveis neste campo de investigação. Sabemos mais agora do que antes sobre os níveis de desempenho e a dinâmica de implementação na UE. Sverdrup (2008) afere ainda que os estudos de implementação no sistema de governação mais multicêntrico da UE podem, não só contribuir para uma melhor compreensão da UE, mas também para a literatura geral desta área.

A análise dos programas Erasmus+ e CES é elaborada, neste Relatório, tendo em conta a implementação ou execução local dos mesmos, tendo em conta uma abordagem de GMN, pelo que os estudos de implementação, principalmente no campo da UE, são pertinentes no presente Relatório.

## 1.2. Conceitos

### Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

Não existe uma definição única de Educação para o Desenvolvimento (ED), mas sim uma “multiplicidade de propostas, elaboradas por diferentes organismos, em diferentes tempos” (CIDAC s.d.). Se decomposermos este conceito, ficamos com as noções de “educação” e de “desenvolvimento”. Sabemos que o desenvolvimento e a educação estão inevitavelmente ligados, devendo sempre um implicar o outro. Sabemos, igualmente, que as mesmas noções evoluíram, ao longo do tempo, tornando-se mais complexas e segundo o CIDAC, de certa forma questionáveis. A par delas, também o conceito de ED, criado nos anos 1970, tem evoluído e adaptando-se, alargando a sua geografia e preocupações centrais (CIDAC s.d.; Coelho, Caramelo e Menezes 2018; Vieira 2021).

Bem como nos demais processos educativos, também a ED não é neutra, guiando a sua visão e práticas através de valores e princípios. Alguns destes assentam na justiça social, equidade e solidariedade. O que a distingue das restantes “educações para...” é o seu “foco nas desigualdades, (...) a necessidade de compreender as suas causas e não só os seus efeitos e o compromisso com a erradicação dessas causas e não só de minorar os seus efeitos” (CIDAC s.d.; Coelho, Caramelo e Menezes 2018).

A ED visa, então, a compreensão, consciencialização e mobilização face aos desequilíbrios e problemas de desenvolvimento (Direção Geral da Educação s.d.). A ED informa, sensibiliza, forma, debate, influencia as políticas, “motivando e mobilizando as pessoas e as organizações, estimulando as suas vontades, capacidades e energias colaborativas” (Direção Geral da Educação s.d.). Segundo o Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), “não se trata de dizer “como é”, ou “como deve ser”, mas de descobrir “como pode ser” muito melhor e avançar para lá se chegar.”, e esse caminho deve ser feito em cooperação e diálogo, pretendendo impulsionar uma cidadania global. Ou seja, devemos aprender a ler mais além do nível local, compreendendo o contexto de interdependência e globalização (Direção Geral da Educação s.d.; CIDAC s.d.).

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), tiveram um papel-chave na criação deste conceito, considerando-o um “processo dinâmico, interativo e participativo que visa a formação integral das pessoas” (IPDJ 2020). Este processo de formação como um todo dos indivíduos não é instantâneo ou periódico, mas sim uma aprendizagem que decorre ao longo da vida, com o objetivo final de transformação social, não só para a prevenção como para o combate às desigualdades, como acrescenta a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED s.d.).

A nível nacional, é essencial salientar a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2010-2015 e a mais atual ENED 2018-2022. A segunda ENED foi criada devido à necessidade de atualização da primeira, em consequência das mudanças do contexto envolvente, mas tendo em conta a sua experiência e reconhecimento, com alcance internacional, da sua relevância social, política e educativa. De entre as alterações, salienta-se a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015. É importante referir que o desenvolvimento deve ser não só integral, mas também sustentável (Instituto Camões s.d.; Direção Geral da Educação s.d.).

São 17 os ODS, definidos em 2015 pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e adotados por todos os Estados-Membros da ONU (Comissão Nacional da UNESCO s.d.). Ou seja, 193 países, a nível mundial, aceitaram este *framework* partilhado de desenvolvimento que procura “mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns” (BCSD Portugal s.d.). Os ODS estruturam-se em torno de cinco Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias, tendo como objetivo “não deixar ninguém para trás”. Estas prioridades e aspirações multidimensionais para 2030 surgem como uma oportunidade de solução dos maiores problemas com que a Humanidade e o Planeta se defrontam - a crise climática e as desigualdades crescentes, que surgem lado a lado com novos fenómenos de exclusão social (BCSD Portugal s.d.; Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas s.d.; United Nations s.d.).

Dos 17 ODS, os mais relevantes para este Relatório são os seguintes:

“4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

11 - Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (Comissão Nacional da UNESCO s.d.).<sup>17</sup>

A nível da União Europeia, a Comissão Europeia adotou uma abordagem holística para a sustentabilidade e os ODS, estando estes no centro da formulação de políticas da instituição (BCSD Portugal s.d.). Relativamente ao nosso país, Portugal encontra-se em 20º no *ranking* dos ODS e, em 2022, a ONU destacou Portugal como um dos países mais sustentáveis do mundo (BCSD Portugal s.d.).

## Educação não-formal

Educação formal, não-formal e informal são conceitos complementares e, de acordo com o Conselho da Europa, elementos que se reforçam mutuamente no processo de aprendizagem ao longo da vida (Council of Europe. s.d.a.).

A educação não-formal refere-se a programas e processos planeados e estruturados de educação pessoal e social para jovens, concebidos para melhorar um leque de aptidões e competências, fora do currículo educacional formal. A educação não-formal deve também ser voluntária, acessível a todos (idealmente), um processo organizado com objetivos educativos, participativo, centrado no aprendente (*learner*), sobre a aprendizagem de competências de vida e a preparação para a cidadania ativa, baseado

---

<sup>17</sup> Os 17 ODS são os seguintes: “1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas; 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos; 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10. Reduzir as desigualdades no interior de países e entre países; 11. Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade; 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis; 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (Comissão Nacional da UNESCO s.d.).

no envolvimento da aprendizagem individual e grupal com uma abordagem coletiva, holística e orientada para o processo, assente na experiência e na ação, organizada com base nas necessidades dos participantes. Apesar do seu reconhecimento social estar a aumentar, os resultados da educação não formal são ainda geralmente difíceis de certificar (Council of Europe. s.d.a.; Council of Europe. s.d.b.).

## Trabalho de Juventude (*Youth Work*)

Segundo o Conselho da Europa (CoE), o *youth work* (ou trabalho na área da juventude) “é um termo amplo que abrange uma grande variedade de atividades de foro social, cultural, educativo, ambiental e/ou político por, com e para os jovens, em grupo ou individualmente”.<sup>18</sup> (Council of Europe s.d.c.) Este trabalho de jovens é realizado por *youth workers* (ou técnicos de juventude), que podem ser remunerados ou voluntários e tem por base processos e metodologias de aprendizagem não-formais e informais, com foco nos jovens e na participação voluntária. O *youth work* pretende trabalhar com os jovens e as sociedades em que eles vivem, promovendo e facilitando a participação e inclusão ativa dos jovens nas suas comunidades e na tomada de decisões (Council of Europe. s.d.c.).

Não existe uma definição consensual de *youth work* em Portugal (Williamson 2017), embora seja um dos pilares mais fundamentais e reconhecidos do setor da juventude no país. A juventude e o *youth work* são da competência do Ministério da Educação, nomeadamente da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) é responsável por liderar o principal mecanismo para a área. O *youth work* está, então, presente no setor público, ao nível do IPDJ, dos municípios e de outras instituições públicas e é ao nível das ONG que é amplamente promovido, por organizações da sociedade civil que trabalham para ou com jovens.

Em Portugal, o *youth work* está intimamente ligado ao âmbito de intervenção da educação não formal, tendo os dois conceitos vindo a afirmar-se em proximidade (Williamson 2017), e “(...) é do ponto de

---

<sup>18</sup> Tradução livre de: “is a broad term covering a wide variety of activities of a social, cultural, educational, environmental and/or political nature by, with and for young people, in groups or individually.” (Council of Europe. s.d.c).

vista das práticas e metodologias da educação não-formal que a ação com e para os jovens enquanto grupo-alvo se apresenta melhor representada"<sup>19</sup> (Pereira 2017, 122).

Desde 1974 que o objetivo de promoção e desenvolvimento da educação não formal está sempre presente no Portugal democrático. Aliás, os direitos dos jovens estão presentes no artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa, com uma forte ênfase na liberdade e no apoio às organizações juvenis, favorecendo uma abordagem em que os gabinetes de juventude, as instalações de formação, as pousadas de juventude e o pessoal dedicado a esta área, estão disponíveis em todas as regiões. Desde esta altura, com uma legislação progressiva, as políticas de juventude têm vindo a ser forjadas por conceitos como a coadministração, os conselhos consultivos, a transversalidade e a participação. Destaca-se, também, o estatuto jurídico do Conselho Nacional de Juventude Português, criado em 1985 (Pereira 2017).

No entanto, décadas mais tarde, a consciência da ideia de juventude e da importância da educação não formal é ainda limitada para o público em geral e permanece ligada aos seus círculos de atividade, o que resulta numa falta de sensibilização dos jovens. Novas questões da atualidade, como a crise económica, a migração, a inclusão, a participação, o desenvolvimento de *soft skills* e as dificuldades no mercado laboral, entre outras, estão a orientar o contexto português para uma renovada importância do *youth work*, empenhada em abordagens não formais (Pereira 2017).

O perfil profissional de *youth worker* foi definido em 2015 como “Técnico de Juventude”, no entanto o sector é caracterizado por uma grande diversidade em termos de qualificações. Segundo o Catálogo Nacional de Qualificações, um técnico de juventude tem como responsabilidades “intervir na conceção, organização, desenvolvimento e avaliação de projetos, programas e atividades com e para jovens, através de metodologias de educação não formal, facilitando e/ou promovendo a sua cidadania, participação, autonomia, inclusão e crescimento pessoal, social e cultural”<sup>20</sup> (Pereira 2017, 125). Para isso, é necessária uma formação vocacional que inclui 1125 horas de formação. Desta forma, nem todos os *youth workers* em Portugal são formalmente reconhecidos como técnicos de juventude<sup>21</sup> e apesar de “a juventude” ser

---

<sup>19</sup> Tradução livre de: “(...) it is from the angle of non-formal education practices and methodologies that action with and for youth as a target group appears best represented.” (Pereira 2017, 122).

<sup>20</sup> Tradução livre de: “to intervene in the conception, organisation, development and evaluation of projects, programmes and activities with and for young people, through methodologies of non-formal education, facilitating and/or promoting their citizenship, participation, autonomy, inclusion and personal, social and cultural growth” (Pereira 2017, 125).

<sup>21</sup> Tendo em conta que nem todos os *youth workers* em Portugal são reconhecidos como técnicos de juventude e não existe uma definição consensual de *youth work* em Portugal, são utilizadas ambas as denominações em inglês ao longo deste Relatório, ao invés de português.

transversal, os profissionais que trabalham com e para os jovens em diferentes campos, têm diferentes perfis e abordagens (Pereira 2017).

Não é só em Portugal que existem dificuldades para a afirmação do *youth work*. Por vezes, o *youth work* é conceitualmente definido segundo aquilo que não constitui, ao invés de uma precisão sobre o que é este conceito. Pela sua diversidade, é difícil definir exatamente o que é o *youth work*, mesmo entre os *youth workers* de diferentes países, pode ser difícil transmitir o que fazem num país e como essas atividades se comparam com outros. Contudo, esta multiplicidade também se apresenta como uma das vantagens do *youth work*, já que ocupa alguns *gaps* deixados por outras profissões, como o ensino formal ou o trabalho social, ao mesmo tempo que procura responder e trabalhar holisticamente com as necessidades, exigências, aspirações e circunstâncias dos jovens (Williamson 2017).

O desenvolvimento e a promoção do *youth work* requerem inovação, continuidade e coerência. Uma estratégia com uma forte liderança e coordenação, que não descure uma abordagem flexível e aberta de interação, cooperação e comunicação. Todas as partes devem estar não só envolvidas, mas terem igualmente um papel ativo a desempenhar. Deve, então, existir uma estrutura em rede sustentável, fiável e eficaz, já que menos hierarquias ajudariam na coligação de vários setores e níveis, que cooperariam com uma confiança e comunicação reforçada. Diversas formas de estrutura de cooperação em rede devem incluir cooperação institucional, cooperação de estruturas e mecanismos de apoio, tais como o Erasmus+, Agências Nacionais, Centros de Recursos SALTO e EURODESK, e cooperação informal em plataformas e fóruns (Schild *et al* 2017).

## Política da Juventude (*Youth Policy*)

As políticas de juventude nos países europeus são formuladas tendo em conta, não só as prioridades e a realidade nacional, mas também são inspiradas e moldadas de acordo com as prioridades e temáticas da União Europeia e do Conselho da Europa. Estas duas Organizações Internacionais trabalham juntas através de uma parceria na área da juventude (*EU-CoE youth partnership*) para “promover sinergias entre as suas atividades orientadas para a juventude”<sup>22</sup>. Neste trabalho conjunto, a Comissão Europeia e o CoE

---

<sup>22</sup> Tradução livre de: “to foster synergies between their youth-oriented activities” (Conselho da Europa e Comissão Europeia 2019a, 21).

recolhem e elaboram conhecimento para o desenvolvimento da *youth policy* e do *youth work*, em especial sobre os temas da participação dos jovens, da inclusão social e do *youth work* (Council of Europe e European Commission 2019a).

Alguns dos desafios da *policy* de juventude relacionam-se com o facto de ações e programas estarem dispersos entre diferentes áreas de intervenção e não se focarem em ter objetivos específicos para a juventude; também faltam mecanismos e recursos para implementar estratégias para a juventude; e quando a *youth policy* é definida e implementada, diferentes organismos, desde agências a autoridades públicas não trabalham em conjunto, ainda que possuam o mesmo público-alvo (Council of Europe e European Commission 2019a). Neste campo, sabemos que a UE tem atualmente uma estratégia e objetivos definidos especificamente para os jovens (Estratégia da UE para a Juventude e os 11 Objetivos para a Juventude Europeia) e que tem ações e programas direcionados especificamente para os jovens, com foco no Erasmus+ e no CES.

### Investigação sobre a Juventude (*Youth research*)

A investigação sobre a juventude (*youth research*) é “uma área multidisciplinar de investigação científica sobre a condição dos jovens que utiliza perspetivas sociais, psicológicas, económicas, políticas e culturais”<sup>23</sup> (Council of Europe e European Commission 2019b, 4). A "juventude" é uma fase temporária no percurso de vida de uma pessoa, mas também existe permanentemente como uma categoria demográfica e como tal deve ser estudada independentemente. A juventude é correntemente entendida como um período de transição para a vida autónoma mas este é um conceito socialmente construído, ou seja, não é algo fixo e definido, é criado e compreendido de cada vez que é utilizado, variando no tempo e no espaço. Na Europa, entende-se frequentemente como juventude, a faixa etária dos 15 aos 29 anos. Já no âmbito do programa Erasmus+ da União Europeia, as oportunidades disponíveis para os jovens vão dos 13 aos 30 anos (Council of Europe e European Commission 2019b).

---

<sup>23</sup> Tradução livre de: “a multidisciplinary area of scientific inquiry into the condition of young people that uses social, psychological, economic, political and cultural perspectives” (Council of Europe e European Commission 2019b, 4).

Deve haver uma relação estreita entre o ambiente político e prático. Desta forma, tanto o Conselho da Europa como a Comissão Europeia, nomeadamente através da parceria UE-Conselho da Europa para a juventude, têm apoiado o desenvolvimento da investigação sobre a juventude. Com uma base sólida de conhecimento é possível conceber-se políticas, intervenções, programas, projetos, atividades, etc., com utilidade para o público-alvo. Deve saber-se não só se são úteis mas também em que medida, o que é importante para ilustrar o impacto das mesmas (Council of Europe e European Commission 2019b).

A investigação nesta área pode ser qualitativa, sendo frequentemente exploratória e gerando hipóteses. Este tipo de investigação tende a ser mais aberta a descobertas imprevistas do que a investigação quantitativa. Alguns dos métodos de recolha de dados qualitativos que podem ser utilizados na investigação sobre jovens são as entrevistas e os estudos de caso, ambos utilizados no presente trabalho de investigação (Council of Europe e European Commission 2019b).

A UE está empenhada em obter um melhor conhecimento sobre a juventude, o que é visível desde 2001 com o *White Paper "A new impetus for European youth"*, onde definiu uma "melhor compreensão da juventude" como uma das quatro áreas prioritárias. Este foco foi reafirmado pelas Estratégia da UE para a Juventude de 2010-2018, onde foram publicados os primeiros relatórios da UE sobre a juventude, e Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027, que reconhece que a elaboração de políticas baseadas em factos e o desenvolvimento de conhecimentos são medidas valiosas para a implementação da estratégia (Council of Europe e European Commission 2019b).

A maioria dos investigadores no domínio da juventude continua a situar-se a nível nacional ou local, pelo que a parceria UE-Conselho da Europa para a juventude entende que é importante chamar também a geração mais jovem de investigadores nesta área a participar no diálogo a nível europeu. De forma a que existia um avanço nesta área, deve existir também a cooperação entre investigadores deste domínio, desde a elaboração à prática das políticas, incluindo a análise das necessidades, o desenvolvimento das questões orientadoras, a implementação e a avaliação (Council of Europe e European Commission 2019b).

Estes conceitos relacionam-se entre si. A educação para o desenvolvimento interliga-se com a aprendizagem ao longo da vida (*life-long learning*), nomeadamente através do ODS número 4, que se interliga, por sua vez, com a educação não-formal, que pressupõe um processo de aprendizagem focada no indivíduo. Também o *youth work* está fortemente ligado à educação não-formal, sendo predominante no

trabalho com jovens. Finalmente, a política para a Juventude envolve o *youth work* e estes tipos de educação e aprendizagem, bem como a pesquisa na área da Juventude. Todos estes conceitos se relacionam com os programas Erasmus+ e CES, com os seus objetivos e a sua execução.

## **2. Enquadramento Programas Europeus: Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade e suas dimensões**

Os programas europeus em análise são o Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade. Estes foram os programas escolhidos tendo em conta o trabalho desenvolvido pela JCV Braga, mas também pela sua proximidade e complementaridade.

Os programas 2021-2027 do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade oferecem diversas oportunidades para os jovens, desde intercâmbios, cooperação, ação cultural e cívica num contexto europeu. Estas apoiam a aprendizagem em mobilidade, o voluntariado e o envolvimento democrático, que permitem aos jovens alargarem as suas perspetivas, desenvolverem novas competências e fortalecerem o seu sentimento de pertença à UE. Os atuais programas, com um maior orçamento e a inclusão de novas ações em comparação com o período anterior, são instrumentos poderosos para enfrentar muitos desafios da geração mais jovem (European Commission 2021a).

### **2.1. Erasmus+**

Apelidado de “uma das iniciativas mais visíveis e populares da União Europeia (UE)”<sup>24</sup> ou “um dos programas de maior sucesso da União Europeia”<sup>25</sup> (European Commission 2017a), o Erasmus+ é um “instrumento único para promover os valores europeus, fomentar o diálogo intercultural e construir pontes

---

<sup>24</sup> Tradução livre de: “one of the most visible and popular initiatives of the European Union (EU)” (Feyen e Krzaklewska 2013, 9).

<sup>25</sup> Tradução livre de: “one of the most successful programmes of the European Union.” (European Commission 2017a).

entre diferentes pessoas" e, "apesar de ser um programa da UE, o Erasmus é agora um conceito conhecido em todo o mundo"<sup>26</sup> (Erasmus Student Network AISBL 2018, 5).

O primeiro Programa Erasmus surgiu em 1987, no seio da Comunidade Económica Europeia (CEE) e em 35 anos atingiu quase os 13 milhões de participantes. O escopo, o alcance, as valências e o financiamento foram aumentando ao longo dos anos e, em 2014, o Programa foi reformulado, passando a agregar a maioria dos programas da União Europeia (UE) no campo educacional e a denominar-se de Erasmus+ (Ferreira-Pereira e Pinto 2021). "O Programa Erasmus+ é uma das histórias de sucesso mais visíveis da União Europeia"<sup>27</sup> (European Commission 2021a, 4), cobrindo tanto uma dimensão intraeuropeia como uma dimensão de parcerias internacionais, sendo que a última fortalece o papel da UE como ator global (European Commission 2021a).

O programa em enfoque durante o estágio curricular e a pesquisa auxiliar é o Erasmus+ em vigor, correspondente ao período de 2021-2027 mas vale a pena fazer uma contextualização da evolução do programa até à sua forma mais recente.

Enquadrando temporal e historicamente o programa, a Europa no início dos anos 1980 atravessava um período marcado por estagnação e baixa participação dos eleitores nas eleições diretas para o Parlamento Europeu (PE), existindo sobretudo falta de apoio entre os jovens relativamente à Comunidade Europeia. Era, então, imperativo que os líderes europeus redescobrissem os seus interesses comuns relativamente à continuação do desenvolvimento da Comunidade Europeia e, ao mesmo tempo que definiam novos objetivos para o futuro, incluíssem os cidadãos europeus na integração europeia (Feyen 2013).

Nos anos 70 do século XX, começou a ser desenvolvida a cooperação no âmbito da CEE na área da educação, que era da responsabilidade exclusiva dos Estados-membros. Em 1974, os Ministros da Educação concordaram em começar a caminhar neste sentido e, em 1976, surgiu o primeiro Programa de Ação (*Action Programme*) no campo educativo, o que acabou por lançar as bases para outros programas nesta área no futuro, nomeadamente o Erasmus. Algumas das ações deste programa incidiam na área do ensino superior, como a ação 13 que previa a promoção de programas conjuntos de estudo ou investigação entre instituições de diferentes Estados-membros. Esta ação levou à criação de "*Joint Study Programmes*" (JSP), que tinha

---

<sup>26</sup> Tradução livre de: "is a unique tool to promote European values, foster intercultural dialogue, and build bridges between different people" (Erasmus Student Network AISBL 2018, 6) e "Despite being an EU programme, Erasmus is now a concept known worldwide" (Erasmus Student Network AISBL 2018, 5).

<sup>27</sup> Tradução livre de: "The Erasmus+ Programme is one of the European Union's most visible success stories" (European Commission 2021a, 4).

como objetivo fortalecer a colaboração entre universidades de diferentes países através da implementação de acordos de mobilidade que permitissem, a estudantes e professores, passar algum tempo na universidade parceira à sua. O JSP foi considerado, pela Comissão Europeia, “a iniciativa mais bem sucedida para implementar cooperação entre instituições do ensino superior no nível Comunitário”<sup>28</sup> e é comumente percebido como o precursor do ERASMUS. Outras ações do *Action Programme* de 1976 na área do ensino superior contemplavam também outros tópicos reconhecidos no programa ERASMUS, dez anos depois, como o livre movimento e mobilidade de estudantes, professores e investigadores e o reconhecimento académico dos mesmos (Feyen 2013).

Estes programas acabaram por contribuir não só para a proposta do ERASMUS, como para o funcionamento do mesmo. Contribuíram, em grande parte, para a consciencialização geral da importância e oportunidades da cooperação internacional entre universidades e para a eficiência administrativa do ERASMUS, já que a Comissão Europeia adquiriu experiência na área. A grande diferença e novidade da proposta-rascunho foi a dimensão do programa, tanto em número de participantes como de financiamento, ambos bastante mais ambiciosos que os anteriores programas. A Comissão enviou a sua proposta para o Conselho das Comunidades Europeias, a instituição dotada de poder decisão, e obteve o apoio do Parlamento e do Comité Económico e Social. No entanto, e sem surpresas por parte da Comissão, o programa enfrentou alguns obstáculos, já que diversos Estados-membros não estavam em concordância em matérias como o financiamento e a base legal do programa, havendo igualmente discordância na duração e na administração do programa e algumas preocupações nacionais (nomeadamente o ceticismo da Alemanha, França e Reino Unido). Um entendimento foi finalmente alcançado e, com um orçamento de 85 milhões de Unidade Monetária Europeia (ECU), quatro ações e um período inicial de três anos, o programa ERASMUS foi lançado a 15 de junho de 1987, entrando em vigor a 1 de julho do mesmo ano (Feyen 2013).

O ERASMUS foi criado, então, em 1987, apenas como um programa de intercâmbio para estudantes do ensino superior. O objetivo principal dos seus criadores era aumentar a qualidade e a atratividade do ensino na Europa, através da construção de parcerias internacionais entre universidades e também através da intensificação da mobilidade de estudantes e *staff*. No primeiro ano de implementação, foram 3200 os estudantes de 11 países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países

---

<sup>28</sup> Tradução livre de: “the most successful initiative to implement cooperation between institutions of higher education on Community level” (Feyen 2008 apud Feyen 2013, 26).

Baixos, Portugal e Reino Unido) que participaram neste programa (Comissão Europeia 2017; Ruszel 2018). O seu nome advém não só do humanista Erasmus de Roterdão, pelos seus feitos no campo educacional, mas tem uma importância mais alargada, sendo um acrónimo para *EuRopean Community Action Scheme for the Mobility of University Students*, que se transformou num nome conciso e claro, como requerido pela Comissão Europeia. (Feyen 2013; Ruszel 2018)

Tendo sido estabelecido como um programa independente, o ERASMUS evoluiu ao longo dos anos e, em 1995, foi inserido no programa Socrates I<sup>29</sup> até 1999 e, seguidamente, no Socrates II<sup>30</sup> de 2000 a 2006. Estes programas subdividiam-se em diferentes programas que incidiam em vários níveis educacionais, com o objetivo de uma melhor gestão de fundos e pela possibilidade de juntar atividades (Ruszel 2018).

A terceira fase do programa, que se foi redesenhando a cada sete anos, deu-se quando foi incorporado no Programa *Lifelong Learning* (LLP) de 2007 a 2013, demonstrando uma mudança voltada para objetivos mais pragmáticos e orientados para a economia. O objetivo geral foi contribuir para o desenvolvimento da União Europeia (UE) como uma sociedade do conhecimento avançada, de acordo com os objetivos da estratégia de Lisboa, apoiando e complementando a ação dos Estados-Membros. Este programa, ainda mais amplo que os anteriores, tinha a seu cargo a mobilidade, cooperação entre sistemas educacionais e de formação dentro da UE, com o objetivo de que estes se tornassem uma referência mundial de qualidade. Incluía também os programas Leonardo da Vinci e Jean Monnet. Durante este ciclo, o ERASMUS implementou novas formas de mobilidade e era, sem dúvida, o programa mais visível do LLP (Aramburu 2015; European Commission 2018a; Ruszel 2018; European Union 2009).

O ERASMUS teve, até esta fase, sucesso, com um efeito acrescido na cooperação entre instituições do ensino superior por toda a Europa e na mobilidade de estudantes europeus, ultrapassando o âmbito da UE. Com uma escala quantitativa significativa (com cerca de 230,000 estudantes por ano a ter experiências de aprendizagem no estrangeiro), o sucesso do programa contribuiu para o Processo de Bolonha, a criação do Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System - ECTS*), a internacionalização da educação e uma melhoria geral do sistema de educação no ensino superior na Europa. Apesar destes feitos, é importante ressaltar que o programa não atingiu todos os

---

<sup>29</sup> O Socrates I destinava-se a assegurar a continuação da ação comunitária já empreendida, particularmente no âmbito dos programas ERASMUS para o ensino superior, o COMENIUS para o ensino escolar e o LINGUA como uma medida horizontal para promover competências linguísticas (CORDIS 2014).

<sup>30</sup> O Socrates II foi uma extensão do programa Socrates, que fez parte de uma nova geração de programas no domínio da educação (SOCRATES), formação (LEONARDO DA VINCI) e juventude (CORDIS 2014).

objetivos inicialmente previstos e continuou a ser alvo de algumas críticas (Feyen e Krzaklewska 2013). Estas questões prendiam-se, nomeadamente, com o orçamento pequeno para o objetivo de estudantes que queria atingir (10% de todos os estudantes, número este que em 2012 estava em 4%), mas também, e consequentemente, por não estar verdadeiramente aberto a todos os estudantes, independentemente da sua condição financeira. Como Heger (*apud* Feyen e Krzaklewska 2013) salientou, o ERASMUS não é um “programa para todos”, deixando à vista os desafios financeiros e de acessibilidade do programa. Outros desafios do ERASMUS a salientar são os problemas de reconhecimento académico no estrangeiro, o pouco contacto dos estudantes ERASMUS com estudantes locais e os problemas relativos ao fornecimento de informação aos seus beneficiários (Feyen e Krzaklewska 2013; Feyen 2013).

No esforço de dar resposta para estes desafios e críticas, a quarta fase deu-se quando o programa se transformou em Erasmus+ (2014-2020), aglomerando sete programas num só, incluindo o LLP, o Juventude em Ação e o Erasmus Mundus. Com um financiamento de 14.7 mil milhões de euros ao longo de sete anos, um aumento de 40% relativamente ao ciclo anterior (European Commission 2016), o Erasmus+ tornou-se num programa alargado abrangendo as áreas da educação, formação, juventude e desporto. Dividido em três ações-chave, o programa passou a dispor de oportunidades em seis setores principais (European Commission 2017a): ensino superior, educação vocacional e formação, educação escolar, educação para adultos, juventude e desporto, onde educadores, *youth workers* e *learners* podem estudar, fazer formações, fazer voluntariado ou ganhar experiência profissional no estrangeiro. Estas novas iniciativas indicam ligações mais fortes com o mercado de trabalho relativamente aos programas anteriores, permitindo aos estudantes passar períodos de estágio em empresas ou organizações noutros países e adquirir experiências de aprendizagem não-formal, com o pressuposto de preparar os jovens, não só para o mercado de trabalho, mas também para a participação cívica. Também se deu um aumento do reconhecimento académico das experiências Erasmus, com uma subida de 76% dos estudantes em 2013 para 85% em 2014 (o primeiro ano do Erasmus+) a verem reconhecidos os seus estudos no estrangeiro (European Commission 2016; European Commission 2017a).

Para além da mobilidade (ação-chave 1), o Erasmus+ passou a compreender projetos de cooperação (a segunda ação-chave do Programa), onde organizações nos campos da educação, formação, juventude e desporto, bem como outros atores como empresas e entidades públicas, podem formar parcerias entre si. Outras alterações no programa foram o seu papel significativo na promoção de inclusão social, passando a

incluir imigrantes e refugiados nas suas ações. Com um foco nas suas necessidades educativas, o apoio linguístico do programa (*Online Linguistic Support- OLS*) viu o seu financiamento ser ampliado para 4 milhões de euros para incluir cerca de 100,000 pessoas refugiadas nos três anos subsequentes (European Commission 2017a). Ainda nesta linha, foi atribuído um maior destaque a medidas para ajudar a combater a radicalização, através das ações do Erasmus+, com especial atenção à área da educação e juventude, já que desempenham um papel fulcral “na promoção da integração social, no reforço da compreensão intercultural e no desenvolvimento de um sentimento de pertença a uma comunidade”<sup>31</sup>. No caso da juventude, foco do presente Relatório de Estágio, o Erasmus+ financia projetos que, de entre outros objetivos, ajudam a dotar *youth workers* em toda a Europa (e nas regiões vizinhas) de melhores competências para fazer o seu trabalho e apoiar a inclusão dos jovens: em 2015, cerca de 28 milhões de euros apoiaram cerca de 38.000 *youth workers* que participaram em projetos Erasmus+ (European Commission 2017a). Para além destas medidas e ações, e indo ao encontro do objetivo de promoção de equidade e inclusão, o programa facilitou o acesso de pessoas que enfrentam diferentes obstáculos (económico, social, geográfico, deficiência, ou condição de saúde), que representavam cerca de 10% dos participantes de mobilidade (European Commission 2017a). Ainda relativamente à ação do programa no apoio de participantes de contextos desfavorecidos, o Erasmus+ passou a incluir um aumento nas bolsas e financiamentos adicionais para estes participantes. Alguns destes esforços são visíveis na prática já que, no domínio da juventude, um em cada três jovens que participam num intercâmbio de jovens provém de um meio socioeconómico desfavorecido (European Commission 2017a). A participação no Serviço Voluntário Europeu (SVE) (programa elaborado no 2.2. Corpo Europeu de Solidariedade) e nos intercâmbios de jovens era gratuita e aberta a todos, já que o Programa cobria os custos de viagem, subsídio de subsistência, dinheiro de bolso, seguros e um cartão de desconto (European Commission 2017a). Outros desafios que o Erasmus+ pretendeu abordar foram o abandono escolar precoce, a necessidade de dotar os jovens de competências digitais, e a promoção da tolerância e do diálogo intercultural (European Commission 2016).

Adicionalmente, o Erasmus+ também passou a incluir oportunidades de financiamento para ações de apoio político (ação-chave 3), com o objetivo de enfrentar alguns dos principais desafios aos sistemas de educação, formação e juventude europeus de forma inovadora, com o envolvimento de autoridades públicas,

---

<sup>31</sup> Tradução livre de: “in fostering social integration, enhancing intercultural understanding and developing a sense of belonging to a community” (European Commission 2017a).

organizações internacionais como o Conselho da Europa (CoE) e a OCDE. Além disso, o Erasmus+ introduziu, pela primeira vez, atividades no domínio do desporto, para além de continuar a financiar ações Jean Monnet. (European Commission 2016)

“Com base no sucesso do programa no período de 2014-2020”<sup>32</sup> (European Commission 2021a, 4), o atual Erasmus+ é igualmente um programa Europeu nos campos da educação, formação, juventude e desporto, sendo estas áreas essenciais no apoio a cidadãos para o seu desenvolvimento tanto pessoal como profissional (European Commission 2021a).

O objetivo geral do Programa é apoiar, através da aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal das pessoas nas suas áreas-chave, na Europa e também fora dela, contribuindo desta forma para o crescimento sustentável, empregos de qualidade e coesão social, para impulsionar a inovação, e para reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa (European Commission 2021c). Este objetivo alia-se à Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 (European Commission 2018a) e é de “importância primordial para o futuro da União Europeia” (European Commission 2021a, 4)<sup>33</sup>. Algumas das prioridades deste programa centram-se na inclusão e diversidade, transformação digital, ambiente e luta contra as alterações climáticas, e participação na vida democrática, considerando ser um programa “virado para o futuro” (European Commission 2021c).

Para alcançar os seus objetivos, o Programa Erasmus+ 2021-2027 prevê a implementação de três Ações-chave, tal como no 2014-2020, sendo a Ação-Chave/ *Key Action* 1 (KA1) – mobilidade de indivíduos e a Ação-Chave 2 (KA2) – cooperação entre organizações e instituições, ambas trabalhadas pela Juventude Cruz Vermelha (JCV) de Braga. A terceira Ação (KA3) refere-se a apoio ao desenvolvimento de políticas e cooperação (European Commission 2021c). No seio destas ações, existem diferentes projetos de mobilidade e cooperação, tendo sido trabalhados, durante o meu estágio, “projetos de mobilidade para jovens - Intercâmbios de Jovens” (*youth exchanges - YE*) e “projetos de mobilidade para técnicos de juventude” (cursos de formação ou *training courses - TC*), no âmbito da KA1 e “parcerias para a cooperação”, dentro da KA2 (European Commission 2021c).

No esforço para tornar o programa mais inclusivo, digital e verde, foram feitas algumas alterações neste novo ciclo. No que diz respeito à inclusão, o programa procura ser mais inclusivo para pessoas com

---

<sup>32</sup> Tradução livre de: “Building on the success of the programme in the period 2014-2020 (...)” (European Commission 2021, 4).

<sup>33</sup> Tradução livre de: “paramount importance for the European Union’s future” (European Commission 2021a, 4).

menos oportunidades e mais acessível a pequenas organizações. No seguimento da pandemia Covid-19, o Erasmus+ passou a priorizar a transição digital, neste caso na área da educação, passando a incluir um foco no desenvolvimento de competências digitais, de programas híbridos, combinando atividades físicas e virtuais e de plataformas *e-learning*. Finalmente, o programa está alinhado com o Pacto Verde Europeu (*EU Green Deal*), incluindo ações transversais para apoiar a transição ecológica. O Erasmus+ apoia ainda iniciativas como as Universidades Europeias, Centros de Excelência Profissional e DiscoverEU. Alarga igualmente as oportunidades de mobilidade e de cooperação para além da Europa e permite efetuar reformas nos seus domínios de ação. De entre outras medidas, todas as mobilidades passam a poder ser híbridas; o programa passou a apoiar iniciativas locais e transnacionais levadas a cabo por organizações ou grupos informais de jovens que impulsionem o interesse e aprendizagem na participação juvenil na sociedade civil, de modo a contribuir para o objetivo geral de promover a participação na vida democrática; foi atribuído um maior financiamento à participação de pessoas com menos oportunidades ou que usem meios de transporte “verdes”; a iniciativa DiscoverEU, com o pressuposto de jovens de 18 anos viajarem gratuitamente por toda a Europa, idealmente de comboio, durante um período máximo de um mês, passou a fazer parte do Erasmus+, na área da Juventude, após uma fase-piloto bem-sucedida. A nível de cooperação, o Erasmus+ passou a reforçar o apoio a projetos que fomentem a cooperação e a troca de boas práticas, permitindo que os principais intervenientes “utilizem melhor as novas tecnologias, desenvolvam métodos inovadores de ensino, de formação e de aprendizagem, promovam a aprendizagem não-formal e desenvolvam ferramentas e atividades comuns” (European Commission 2021c). Além deste reforço, passaram a existir novas parcerias de pequena escala, com menores subvenções, uma duração curta e requisitos simples, incentivando a participação de recém-chegados (*newcomers*) e pequenas organizações e, conseqüentemente, alargando as partes beneficiárias do programa. (European Commission 2021c; Euronovia 2021).

O Erasmus+ está, desta forma, bastante interligado com as seis prioridades da Comissão Europeia para o período de 2019-2024, orientadas para a transição verde, através do Pacto Verde Europeu, para a transição digital, com o objetivo de uma Europa pronta para a era digital e para o reforço da democracia europeia. As restantes três prioridades da Comissão centram-se na promoção do estilo de vida Europeu, na qual o Erasmus+ pode ajudar os jovens a desafiar as suas próprias ideias sobre a diversidade e a promover solidariedade; numa Europa mais forte no mundo, na qual a Juventude e o voluntariado podem desempenhar um papel importante na Europa e além dela; e numa economia que funcione para as pessoas, ou seja, que

não deixe ninguém para trás, objetivo pelo qual o Erasmus+ também guia a sua ação (European Commission s.d.a.).

Relativamente ao financiamento, o Programa tem um envelope financeiro global indicativo de mais de 26 mil milhões de euros do orçamento da UE para os sete anos (2021-2027), o que equivale a um montante que quase duplica o financiamento do período anterior (2014-2020), de 14,7 mil milhões, e é ainda complementado com cerca de 2,2 mil milhões de euros de instrumentos externos da UE (Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a; European Commission 2021c; Ferreira-Pereira e Pinto 2021).

Quanto à implementação do programa Erasmus+, a função de gestão é da responsabilidade da Comissão Europeia. Esta instituição gere o orçamento e estabelece prioridades, objetivos e critérios para o Programa numa base contínua; orienta e monitoriza a implementação geral, acompanhamento e avaliação do Programa a nível europeu e supervisiona e coordena as estruturas encarregues pela implementação do Programa a nível nacional, entre outras (European Commission 2021c). Adicionalmente, o Programa Erasmus+ é principalmente implementado através de Gestão Indireta, sendo as tarefas de execução orçamental confiadas às Agências Nacionais, de forma a aproximar o mais possível o Erasmus+ dos seus beneficiários e adaptar-se à diversidade dos sistemas de educação, formação e juventude nacionais. Cada *programme country* nomeou uma ou mais Agências Nacionais e estas promovem e implementam o Programa a nível nacional e atuam como o elo de ligação entre a Comissão Europeia e organizações participantes a nível local, regional e nacional (European Commission 2021c).

No caso específico de Portugal, os dados sobre a mobilidade, que continua a ser o cerne do Erasmus+, em 2021, demonstram-nos que existiram 86 projetos na área da juventude, com 3 273 592.00€, que envolveram 475 organizações (European Commission s.d.b). Quanto a projetos de cooperação, no mesmo ano, existiram 32 projetos, com 3 842 180.00€ de financiamento, operados por 144 organizações de juventude (European Commission s.d.b).

## **2.2. Corpo Europeu de Solidariedade/European Solidarity Corps (CES/ESC)**

O guia oficial do Corpo Europeu de Solidariedade (CES) 2021-2027 (Comissão Europeia 2021), o segundo programa em análise neste trabalho de investigação, começa por declarar a solidariedade como um valor definidor da UE, partilhado e sentido por toda a sua sociedade. A solidariedade “proporciona a unidade necessária para enfrentar as crises atuais e futuras, mantendo uma forte base moral. A solidariedade fornece uma bússola clara para guiar a juventude europeia nas suas aspirações por uma União melhor”<sup>34</sup>. Os jovens precisam de oportunidades de fácil acesso para se envolverem em atividades de solidariedade, para que estes construam uma sociedade mais inclusiva, apoiando pessoas vulneráveis e respondendo a desafios sociais e humanitários. Através deste Programa, os jovens têm a oportunidade de ajudar, aprender e desenvolver-se a nível pessoal, educativo, social, cívico e profissional. Ao mesmo tempo que expressam o seu compromisso em benefício de comunidades, melhoram igualmente a sua empregabilidade (European Commission 2021d).

O Corpo oferece uma experiência inspiradora, fortalecedora e única em atividades de solidariedade em toda a UE e também fora dela. O presente Corpo Europeu de Solidariedade baseia-se nas realizações de mais de 25 anos de programas europeus no domínio da juventude e da solidariedade, especialmente no sucesso do Serviço Voluntário Europeu, na iniciativa Voluntários de Ajuda da UE e no anterior CES, que decorreu entre 2018 e 2020 (European Commission 2021d).

Em mais de vinte anos de duração, o Serviço de Voluntariado Europeu (SVE) envolveu cerca de 100.000 jovens voluntários, com oportunidades de voluntariado em 175 países. Abrangia jovens dos 18 aos 30 anos, quer individualmente quer em grupo, em diferentes áreas de atividades, de forma gratuita para os participantes (European Union s.d.a.; União Europeia s.d.d.). Criado em 1996 como um projeto piloto, cresceu em escala devido ao seu sucesso e foi integrado no programa de ação comunitária “*Youth*” (2000-2006) como uma ação distinta. O programa “*Youth*”, instituído para contribuir para o desenvolvimento de atividades transnacionais de voluntariado e intercâmbios de jovens, foi substituído pelo programa “Juventude

---

<sup>34</sup> Tradução livre de “provides the necessary unity to cope with current and future crises by holding a strong moral ground. Solidarity provides a clear compass to guide the European youth in their aspirations for a better Union” (Comissão Europeia 2021, 5).

em Ação” de 2007-2013 que passou a incluir também o SVE. A principal mudança no programa de voluntariado nessa altura foi a alteração de idades de 18-25 para 18-30, como passou a ser até ao fim do programa. Em 2014, o SVE passou a fazer parte do programa Erasmus+ (2014-2020), na secção referente à Juventude, fazendo com que quase o dobro dos jovens fossem envolvidos no programa, relativamente às suas fases anteriores. Aquele que se tornou um elemento importante na vida dos jovens europeus e esfera pública, e talvez a principal contribuição da UE para o desenvolvimento do voluntariado internacional, chegou ao fim em 2018, tendo sido descontinuado e retirado do programa Erasmus+. Passou, então, a ser o Corpo Europeu de Solidariedade o principal programa da UE a fornecer oportunidades de voluntariado aos jovens, sendo que este se construiu a partir dos desenvolvimentos de sucesso e qualidade do seu antecessor (European Commission 2017b; European Union s.d.a.; European Union 2018a; European Union 2018b).

O CES foi anunciado e lançado em 2016, pelo então Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, constituindo a primeira fase do programa. O regulamento do mesmo constituiu a segunda fase, de 2018 a 2020, com o CES a tornar-se um instrumento sólido e abrangente de financiamento, tendo sido transferido para a nova iniciativa a maior parte do financiamento do SVE, de outras áreas, bem como de novos financiamentos. Compreende-se que a terceira fase do CES será de 2021 a 2027 (Council of the EU 2018). Embora a implementação das atividades, questões financeiras e requisitos sejam semelhantes, vale a pena distinguirmos os programas SVE e CES, de forma a compreendê-los melhor. O principal elemento diferenciador entre si é a solidariedade, definida como prioridade pelo CES. Já no SVE, o valor da solidariedade era inerente ao programa, mas apenas mencionado três vezes no guia do programa Erasmus+ de 2016 (Buffet 2020). Era um objetivo específico do programa, na área da Juventude, ao mesmo nível que a cidadania ativa, o diálogo intercultural ou a inclusão social. O CES prioriza este valor, entre os demais objetivos, devendo estar presente e ser cumprido pelas organizações que implementam atividades de voluntariado através do programa. Apesar disso, o guia do programa fornece poucas indicações sobre o conceito e definição de solidariedade, parecendo subjetivo na sua materialização. Buffet (2020) realça que a solidariedade deve ser considerada através de uma abordagem holística, tendo em consideração o contexto local, o processo do projeto e as relações entre os intervenientes de uma atividade de voluntariado. Ou seja, a atividade de voluntariado no CES “baseia-se numa análise das necessidades da sociedade que tem de ser

abordada numa ação comum entre o voluntário e a organização”<sup>35</sup>. Observamos como uma mudança da ordem de prioridades pode levar a uma nova perceção de um programa de mobilidade bem estabelecido. O aumento de orçamento e o facto de ter sido integrado no Erasmus+ poderão ter transmitido uma perda do significado de solidariedade no SVE, e o CES, neste contexto, aparece como uma oportunidade de recentrar o foco de solidariedade no voluntariado (Buffet 2020).

Do primeiro CES (2018-2020) para o atual houve também uma evolução. Segundo o Fórum Europeu da Juventude (European Youth Forum 2018), a proposta da Comissão Europeia teve em consideração as discussões para o programa, adicionando uma vertente ambiciosa, com novas dimensões e melhorias. Deu-se a extensão geográfica do programa a novos países através do voluntariado em Ajuda Humanitária, permitindo que mais jovens e mais organizações beneficiem do programa, contribuindo, conseqüentemente, para uma maior solidariedade e cooperação internacional. Simultaneamente, a dimensão local do programa também continua, com mais flexibilidade para ambos participantes e organizações, e com enfoque em jovens de poucas oportunidades que passam a poder fazer um projeto de CES no seu próprio país.

O programa é aberto a todas as organizações, incluindo entidades públicas e privadas e organizações internacionais, desde que disponham de selo de qualidade CES. A nível de qualidade, este selo obrigatório passa a ter um papel mais concreto na regulação do acesso das organizações às diferentes partes do programa em função da sua capacidade, com um papel definido entre organização de acolhimento, de apoio e/ou de envio. De forma a garantir projetos com qualidade, inclusivos e seguros, todos os participantes devem ter formação antes, durante e após o seu projeto, com algumas especificidades dependendo do tipo de atividade, existindo uma formação específica para participantes de projetos de voluntariado no domínio da ajuda humanitária e um suporte financeiro adicional para jovens de poucas oportunidades.

Quanto a elementos de continuidade, o CES prossegue, no novo programa, a ser implementado através das Agências Nacionais, ainda que com um programa diferente e um financiamento independente, continua a levar a cabo projetos de voluntariado e projetos de solidariedade e a valorizar a inclusão, bem como a aprendizagem não-formal e aprendizagem informal, o reconhecimento e validação dos resultados de aprendizagem, o valor acrescentado europeu, a forte dimensão internacional, o multilinguismo e proteção e

---

<sup>35</sup> Tradução livre de: “based on an analysis of societal need that has to be tackled in a common action between the volunteer and the organisation” (Buffet 2020, 10).

segurança dos participantes, de entre as principais características do programa (Buffet 2020; Comissão Europeia 2020; Comissão Europeia 2023a; European Youth Forum 2018).

Este Programa atualmente abrange uma vasta gama de áreas, tais como integração de migrantes, desafios ambientais, prevenção de catástrofes naturais, educação e atividades juvenis, ajuda humanitária, apoiando adicionalmente atores nacionais e locais, nos seus esforços para lidar com diferentes desafios e crises sociais (Comissão Europeia 2021b). Alargou o seu âmbito, cobrindo atividades de voluntariado em apoio a operações de ajuda humanitária, fornecendo ajuda de emergência baseada nas necessidades e ajuda na prestação de assistência, socorro e proteção onde for mais necessário, atendendo a desafios humanitários em países terceiros, para além de necessidades sociais na Europa (Comissão Europeia 2021b). Foi a partir de 2022 que o Corpo Europeu de Solidariedade iniciou esta nova tipologia de atividade de voluntariado transfronteiriço, em apoio a operações de ajuda humanitária, em países terceiros. Tendo igualmente no seu cerne o princípio de solidariedade, a iniciativa Voluntários para a Ajuda da UE estende a atividade do CES a países fora da UE e *programme-countries* que enfrentaram desastres humanitários ou na prevenção dos mesmos, sendo esse o enfoque principal da iniciativa. Este programa existiu desde 2015 até 2022, sob a gestão da Direção-Geral da Proteção Civil Europeia e das Operações de Ajuda Humanitária, tendo, em 2022, sido fundido com o CES, sob um capítulo específico dedicado à Ajuda Humanitária, de forma a simplificar o acesso ao programa e a fornecer melhor visibilidade das oportunidades de ambos os programas. Algumas das condições da iniciativa prendem-se com o facto de que, à semelhança do que conhecemos do CES, todos os projetos devem incluir uma componente de aprendizagem e formação, não devem substituir estágios ou empregos e devem ser baseados num acordo de voluntariado escrito; e todos estes projetos devem ter lugar em países terceiros onde ocorrem atividades e operações de ajuda humanitária e onde não há conflitos armados a decorrer. Todos os participantes terão igualmente formação especial de segurança nesta vertente de voluntariado. Os voluntários podem optar por oportunidades de voluntariado individual ou de voluntariado em equipa, por um período de curta ou longa duração, tal como nos restantes projetos do CES, mas a idade para os voluntários para a ajuda humanitária é até aos 35 anos, ao contrário do limite dos 30 anos da globalidade do programa CES. (European Youth Forum 2018; European Union s.d.a; European Union s.d.c; European Union s.d.g).

As atividades gerais do CES apoiam os objetivos da Estratégia da UE para a Juventude para 2019-2027, na medida em que incentivam os jovens a tornarem-se cidadãos ativos, agentes de solidariedade e

de mudança positiva para as comunidades em toda a Europa, inspirados pelos valores da UE e por uma identidade europeia (Comissão Europeia 2021b).

O grande objetivo deste Programa é, então, “reforçar o envolvimento dos jovens e das organizações em atividades de solidariedade acessíveis e de alta qualidade, principalmente o voluntariado, como meio de reforçar a coesão, a solidariedade, a democracia, a identidade europeia e a cidadania ativa na União e fora dela, abordando os desafios sociais e humanitários no terreno, com especial ênfase na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da igualdade de oportunidades”<sup>36</sup> (Comissão Europeia 2021b, 7). As suas prioridades são semelhantes às do Erasmus+ com a adição da prevenção, promoção e apoio na área da saúde (Comissão Europeia 2021b).

De forma a atingir os seus objetivos, o CES implementa quatro Ações, estruturadas em duas vertentes: participação dos jovens em atividades de solidariedade, subdividida em Projetos de Voluntariado, Equipas de Voluntariado em Áreas de Alta Prioridade e Projetos de Solidariedade; e participação de jovens em atividades de solidariedade relacionadas com a ajuda humanitária - "Voluntariado no âmbito do Corpo Europeu de Voluntários de Ajuda Humanitária" - onde se inserem os projetos de Voluntariado em Ajuda Humanitária. Além disso, o Corpo Europeu de Solidariedade também apoia uma série de atividades e medidas destinadas a proporcionar atividades de solidariedade de elevada qualidade (Comissão Europeia 2021b). A JCV Braga trabalha, atualmente, os Projetos de Voluntariado e Projetos de Solidariedade, ou seja, apenas a primeira vertente do programa.

A implementação deste programa obedece à mesma lógica do Erasmus+, descrita acima. Quanto ao financiamento, o Corpo Europeu de Solidariedade tem um envelope financeiro global indicativo de 1,009 mil milhões de euros do orçamento da UE para o período 2021-2027, procurando abranger pelo menos 270.000 jovens na participação em ações de solidariedade (European Commission 2021d). O orçamento em vigor sofreu assim uma subida anual de cerca de 14,29%, em relação ao anterior, de 375.6 milhões de euros, de 2018 a 2020, e também relativamente aos extintos Serviço Voluntário Europeu e Voluntários para a Ajuda da EU (European Commission 2021e; European Commission s.d.d). Este aumento apresenta-se como uma oportunidade de envolver mais jovens, mais organizações juvenis e de ser refletido num maior impacto,

---

<sup>36</sup> Tradução livre de: “enhance the engagement of young people and organisations in accessible and high-quality solidarity activities, primarily volunteering, as a means to strengthen cohesion, solidarity, democracy, European identity and active citizenship in the Union and beyond, addressing societal and humanitarian challenges on the ground, with a particular focus on the promotion of sustainable development, social inclusion and equal opportunities” (Comissão Europeia 2021b, 7).

tanto no nível local como no europeu. Também o facto deste orçamento ser específico para o CES, dissociando-o do Erasmus+ quando findo o seu antecessor, foi bem recebido pelo *European Youth Forum* pelo investimento num novo programa sem prejudicar o financiamento de outros programas bem-sucedidos na mesma área (European Commission 2021e).

### **2.3. Youthpass**

As similaridades entre estes dois programas continuam na sua certificação. O *Youthpass* é o instrumento de reconhecimento desenvolvido para os projetos realizados no âmbito dos programas europeus para jovens. O *Youthpass* "é uma ferramenta que dá a palavra a quem aprende na descrição dos seus resultados de aprendizagem" (Youthpass s.d.b).<sup>37</sup> O certificado confirma a participação, contendo informações pessoais do participante, descreve o projeto em questão, assim como as atividades realizadas, e documenta os resultados de aprendizagem do mesmo, através das oito competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida (*Key Competences for Lifelong Learning*), o seu quadro de referência. Desta forma, um dos principais objetivos do *Youthpass* é melhorar a reflexão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de competências no *youth work*, apoiar a empregabilidade dos jovens e promover a sua participação ativa (Youthpass s.d.a; Youthpass s.d.c).

Através deste certificado, a participação em tais projetos passa a ser reconhecida como uma experiência educacional e um período de aprendizagem não-formal e informal. A sua funcionalidade vai mais além, servindo como uma estratégia de valorização e reconhecimento da aprendizagem não-formal e informal na Europa, assim como do próprio *youth work*. O Centro de Recursos de Formação e Cooperação do SALTO tem, desde 2005, a responsabilidade de desenvolvimento e implementação do Youthpass, em nome da Comissão Europeia (IPDJ 2020; Youthpass s.d.).

---

<sup>37</sup> Tradução livre de: "Youthpass is a tool that gives the word to the learners in describing their learning outcomes" (Youthpass s.d.b).

## 2.4. Agências Nacionais

Conforme referido na explanação do Programa Erasmus+, a execução orçamental de ambos os programas em análise neste trabalho de investigação é feita pelas Agências Nacionais (AN). No caso Português, esta gestão é executada através de duas AN, a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, com sede em Lisboa, e a Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, com sede em Braga, que gerem os fundos das ações descentralizadas dos Programas. A primeira “gere as mobilidades e parcerias estratégicas nos setores do Ensino Escolar, Ensino e Formação Profissional, Ensino Superior, International Credit Mobility e Educação de Adultos” e a última “gere o programa para todos que aspiram potenciar os projetos dos jovens, criando experiências e oportunidades, promovendo a mobilidade, impulsionando os resultados da aprendizagem, de acesso livre e universal a qualquer jovem dos 13 aos 30 anos” (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a). Desta forma, a JCV Braga trabalha com maior proximidade com a Agência estabelecida na sua cidade, não pela proximidade geográfica, mas pela natureza dos projetos que desenvolve. Alguns dos parceiros destacados pela AN Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade são a Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a Movijovem, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e a Associação CAIS (Agência Nacional Erasmus+ Juventude/ Desporto Corpo Europeu de Solidariedade s.d.b).

Estas estruturas “orientam os utilizadores do Programa ao longo de todas as fases dos projetos, desde o primeiro contacto com o Programa, passando pelo processo de candidatura e pela realização do projeto, até à avaliação final” (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/ Desporto Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a), desempenhando, desta forma, um valoroso papel como intermediárias para o desenvolvimento e implementação destes Programas Europeus.

## 2.5. Comissão Europeia

Esta intermediação acontece, pois, entre os utilizadores dos referidos Programas e a Comissão Europeia. A responsabilidade máxima pela execução dos Programas, como já referido anteriormente, cai, então, sobre a Comissão Europeia.

A Comissão Europeia representa os interesses comuns da UE, sendo vista como a guardiã dos tratados e o braço executivo da UE. Esta tem cinco tarefas principais: iniciativa legislativa, aplicação da legislação europeia, gestão do orçamento, elaboração de pareceres e recomendações e poder executivo, no âmbito do qual a Comissão trata da gestão diária de muitos programas nas áreas da educação, ajuda ao desenvolvimento e ajuda humanitária, como o Erasmus+ e o CES (EU Monitor s.d.; European Parliament s.d.; European Union s.d.f.).

Relativamente ao Erasmus+ e igualmente aplicável ao CES, esta instituição da UE “gere o orçamento e define as prioridades, as metas e os critérios do Programa numa base contínua”; “orienta e monitoriza a execução geral, o seguimento e a avaliação do Programa a nível europeu” e “assume ainda total responsabilidade pela supervisão e coordenação das estruturas encarregadas da execução do Programa a nível nacional” (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a).

É através da Agência Executiva de Educação, Audiovisual e Cultura da Comissão Europeia (EACEA), a Agência responsável pela execução das Ações centralizadas do Programa Erasmus+ (como os projetos de Desporto), que a Comissão Europeia é também responsável pelas seguintes áreas: estudos, gestão, concurso, pesquisas, promoção do Programa (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a).

Existem ainda organismos complementares com um papel relevante na execução desses Programas. Os mais pertinentes para as áreas em que se foca este relatório de estágio são a Rede Eurodesk e os Centros de Recursos Salto para a Juventude. A Rede Eurodesk foi criada em 1990 e está atualmente presente em todos os países do programa Erasmus+, sendo coordenada ao nível europeu pelo Gabinete de Ligação Eurodesk, em Bruxelas e reunindo mais de 2100 multiplicadores e embaixadores regionais ou locais. A sua missão é “sensibilizar os jovens para as oportunidades de mobilidade e encorajá-los a tornarem-se

cidadãos ativos”<sup>38</sup> (Eurodesk s.d.). A Eurodesk contribui para o Portal Europeu da Juventude, que fornece informações e oportunidades a nível europeu, mas também a nível nacional, de interesse para jovens que vivam, estudem ou trabalhem na Europa. Destina-se, então, aos jovens, mas também a outros atores no setor da juventude. A AN Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade tem especial ligação com esta rede já que representa internacionalmente a EURODESK Portugal, dinamiza e apoia a rede nacional de multiplicadores Eurodesk e gere a informação em Português (uma das 28 línguas disponíveis) no Portal Europeu de Juventude (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade 2018; Agência Nacional Erasmus+ Juventude/ Desporto Corpo Europeu de Solidariedade s.d.; Eurodesk s.d; European Union s.d.f.).

A rede SALTO-YOUTH é composta por sete Centros de Recursos que trabalham em áreas europeias prioritárias no domínio da juventude. Estes centros fornecem recursos, informações e formação em domínios específicos às AN, organizações e outros atores da área da juventude, dentro do enquadramento do Erasmus+, do CES e outros. Promovem, então, a melhoria da qualidade destes programas e o reconhecimento da aprendizagem não-formal e informal (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade s.d.a; SALTO s.d).

## **2.6. Estratégia da UE para a Juventude e os 11 Objetivos para a Juventude Europeia**

A política de juventude da União Europeia tem evoluído significativamente nas últimas duas décadas, embora tenha sido, em grande parte, negligenciada nos estudos da UE. Esta política é regida pelo método aberto de coordenação (*open method of co-ordination*) e destaca-se por sua estreita cooperação com organizações de juventude e outras entidades da sociedade civil. No domínio da política de juventude, observa-se um processo complexo de coordenação que envolve múltiplos atores, incorporando elementos de coordenação tanto verticais como horizontais (Hofmann-van de Poll e Keilberth 2022).

---

<sup>38</sup> Tradução livre de: “to raise awareness among young people on mobility opportunities and to encourage them to become active citizens” (Eurodesk s.d.).

A UE é ativa no que se refere a programas de mobilidade jovem desde o final da década de 1980, no entanto, a coordenação de uma política de juventude entre a Comissão Europeia e os Estados-membros foi apenas estabelecida em 2002. O *open method of co-ordination*, foi o quadro de cooperação acordado entre ambas as partes, como resultado do “*White Paper on Youth*” da Comissão em 2001 e consistiu em quatro princípios - participação, informação, atividades de voluntariado e uma maior compreensão sobre a juventude. Através dos subsequentes Pacto Europeu para a Juventude de 2005 e Resolução do Conselho de 2009, foi apresentado um quadro renovado para a Cooperação Europeia na Área da Juventude. Foram assim criadas as bases para a Estratégia da UE para a Juventude 2010-2018 (que antecedeu à vigente Estratégia de 2019-2027) (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021).

Desenvolvida durante a crise económica de 2008 e adotada em 2009, esta tinha um âmbito alargado e um esquema intersectorial. Os seus dois objetivos principais eram proporcionar mais oportunidades assim como uma maior igualdade nas mesmas para os jovens na educação e no mercado de trabalho; e encorajar os jovens a participar ativamente na sociedade. Para os atingir, a abordagem incluía iniciativas de juventude específicas direcionadas para os jovens, impulsionando a educação não-formal, a participação, atividades de voluntariado, *youth work*, mobilidade e informação; e iniciativas intersectoriais *mainstream*, com o propósito de assegurar que as questões da juventude eram tidas em conta, desde a formulação, à aplicação e à avaliação, em políticas e ações em domínios com um impacto significativo nos jovens. As suas oito áreas de ação foram: emprego e empreendedorismo; inclusão social; participação; educação e formação; saúde e bem-estar; atividades de voluntariado; a juventude e o mundo; e criatividade e cultura (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021; European Union s.d.b.).

A Estratégia da UE para a Juventude 2010-2018 afirmou que os jovens e as organizações de juventude devem ser envolvidos na elaboração, aplicação e acompanhamento das políticas e que a cooperação com as autoridades locais e regionais deve ser reforçada (de Poll e Keilberth 2022). Esta Estratégia forneceu, deste modo, o enquadramento para a cooperação Europeia no domínio da juventude. Este quadro foi dividido em ciclos de três anos de trabalho e no relatório do terceiro e último ciclo de implementação, surgiu a proposta da Comissão Europeia da renovação da Estratégia da UE para a Juventude para 2019-2027, partindo dos resultados e aprendizagens da Estratégia 2010-2018. Esta avaliação intercalar e a consulta aos *stakeholders* concluiu que a Estratégia, de 2010-2018, despoletou alterações legislativas e de políticas a nível nacional e contribuiu positivamente para a capacidade de organizações de

juventude. Concluiu também que os instrumentos mais predominantes foram o diálogo estruturado, mobilização de fundos da UE, aprendizagem mútua e a construção do conhecimento (European Commission 2018a).

Ao mesmo tempo, a avaliação assinalou domínios a melhorar: as prioridades foram demasiado abrangentes, o que fez com que nenhum dos Estados-Membros tivesse abordado os oito campos de ação; existiu uma falta de fortes ferramentas de monitorização que, juntamente com o tópico anterior, fez com que a eficácia da Estratégia fosse reduzida; e à semelhança dos relatórios anteriores, continuou a ser desafiante atingir uma população diversificada e crucial de jovens, em particular aqueles com menos oportunidades. Já os *stakeholders*, apontaram para a pertinência e pretensão de um maior envolvimento dos mesmos. Tendo em conta estas aprendizagens, a Comissão propôs as seguintes adaptações para a atual Estratégia: maior foco e flexibilidade para adaptar as prioridades Europeias nos contextos nacionais; maior proximidade com os jovens, em particular com menos oportunidades; uma nova abordagem para trabalhar em todas as áreas políticas; maior transparência e quadro de monitorização; uma ligação mais clara entre as políticas de juventude da UE e atividades de programas Europeus nessa área, como o Erasmus+; bem como uma *governance* multinível e participativa (European Commission 2018a).

O Erasmus+ é ainda tido em conta no que se refere ao apoio e desenvolvimento do *youth work* pela Estratégia, através do desenvolvimento de competências dos *youth workers*, do reconhecimento dessas competências, do apoio à mobilidade de *youth workers* e líderes, entre outros. Dentro dos efeitos positivos deste quadro anterior, o Erasmus+, o CES e outros programas e fundos da UE são considerados cruciais no apoio ao *youth work*, internacional, nacional e localmente. A rede Eurodesk e os Centros de Recursos Salto para a Juventude são igualmente mencionados nesta área, bem como a rede RAY (desenvolvida no capítulo 3 do presente trabalho de investigação). Durante a vigência desta Estratégia, foram ainda lançadas outras políticas e iniciativas para a juventude ou ligadas de alguma forma a este setor (European Commission 2018a; Hofmann-van de Poll e Williamson 2021).

Por sua vez, a atual Estratégia da UE para a Juventude constitui o quadro de cooperação da UE no domínio da política da juventude para 2019-2027, tendo sido projetada e cimentada na anterior Estratégia.

Quando a nova Estratégia estava a ser negociada, em 2018, o mundo já se encontrava diferente, assim como as problemáticas que afetam os jovens, desde a crise migratória, ao Brexit e ao crescimento da

extrema-direita. A presente Estratégia foca-se no facto dos jovens terem a sua própria visão da Europa e serem fundamentais para o futuro de uma União democrática, ao contrário da sua antecessora que se focou nos jovens como um recurso (económico) para a UE, procurando fortalecer as suas competências e empregabilidade (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021).

Tendo por base a resolução do Conselho de 26 de novembro de 2018, centra-se em três esferas de ação fundamentais para implementar os seus objetivos e princípios, focando-se em atividades diretamente no setor da juventude, em oposição à Estratégia 2010-2018 que tinha oito áreas temáticas em diferentes campos políticos. As três ideias centrais sintetizam-se em três palavras: Envolver, Ligar e Capacitar (*Engage, Connect and Empower*), devendo a sua aplicação nos diversos setores ser simultânea. De forma resumida, a Estratégia “promove a participação dos jovens na vida democrática (*engage*); apoia também o envolvimento social e cívico (*connect*) e visa assegurar que todos os jovens têm os recursos necessários para participar na sociedade (*empower*)” (União Europeia s.d.). O elemento “*Connect*” relaciona-se também com o intercâmbio de experiência através da mobilidade e o *youth work* tem um papel especialmente relevante no “*Empower*”, funcionando como um catalisador. Desta forma, esta Estratégia “contribui não só para uma política de juventude da UE coerente em geral, mas também para um fortalecimento do setor da juventude em particular”<sup>39</sup> (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a, 6; União Europeia s.d.a).

O processo de diálogo com a Juventude Europeia (*EU Youth Dialogue - Youth in Europe: What's next?*), que decorreu em 2017/2018, recolheu vozes de jovens de toda a Europa, tendo como resultado a formulação de 11 Objetivos para a Juventude Europeia:

1. Ligar a UE à Juventude
2. Igualdade de Todos os Géneros
3. Sociedades Inclusivas
4. Informação e Diálogo Construtivo
5. Saúde Mental e Bem-estar
6. Impulsionar a Juventude Rural
7. Emprego de Qualidade para Todos

---

<sup>39</sup> Tradução livre de: “contributes not only to a coherent EU youth policy in general, but also to a strengthening of the youth sector in particular” (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a, 6).

8. Aprendizagem de Qualidade
9. Espaço e Participação para Todos
10. Europa Verde Sustentável
11. Organizações de Juventude e Programas Europeus

Estes objetivos refletem os pontos de vista da juventude europeia e identificam domínios intersectoriais que afetam a vida dos jovens, apontando desafios (IPDJ s.d.; European Union s.d.d).

A atual Estratégia da UE para a Juventude deverá contribuir para concretizar esta visão dos jovens, através da mobilização de instrumentos políticos a nível da UE, bem como de ações a nível nacional, regional e local por todas as partes interessadas. Esta cooperação intersectorial multinível deve, desta forma, “tirar o máximo partido do potencial da política para a juventude” (União Europeia s.d.a). De entre a panóplia de novos ou renovados instrumentos que inclui de forma a implementar os seus objetivos e prioridades, encontra-se a *Youth Wiki* e o *EU Youth Dialogue*, bem como a nomeação de um Coordenador da UE para a Juventude, responsável por fazer a ligação entre a Comissão e os jovens (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a; União Europeia s.d.a).

A Estratégia da UE para a Juventude faz parte de um vasto sistema de instrumentos de *policy*, estratégias e programas financeiros na UE, que se centram ou se relacionam de alguma forma com o campo da Juventude, demonstrando que a política da juventude está em curso em diversos setores fora do setor explícito, mas que ainda assim contribui implicitamente para os objetivos da Estratégia da UE para a Juventude (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a).

Esta Estratégia da UE para a Juventude e os seus objetivos para a Juventude Europeia estão não só mencionados e inseridos em ambos os programas em análise, como constituem um meio para a sua implementação - “com o Erasmus+ Juventude e o Corpo Europeu de Solidariedade (ambos 2021-2027), existem dois programas específicos para a juventude que apoiam financeiramente atividades implementadas dentro do quadro da Estratégia da UE para a Juventude” (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a, 6)<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Traduzido de: “with Erasmus+ Youth and the European Solidarity Corps (both 2021-2027), there are two specific programmes that financially support activities implemented within the framework of the EU Youth Strategy” (Hofmann-van de Poll e Williamson 2021a, 6).

Além de implementar a Estratégia da UE para a Juventude (2019-2027), o Erasmus+ também apoia as prioridades e as atividades estabelecidas no quadro do Espaço Europeu da Educação, no Plano de Ação para a Educação Digital e na Agenda de Competências para a Europa. Ajuda igualmente a concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e desenvolve a Dimensão Europeia do Desporto (European Commission 2021f).

A par com a Estratégia para a Juventude da UE, está a Estratégia para o Setor da Juventude do CoE e ambas apelam para o desenvolvimento de uma Agenda Europeia para o *Youth Work*. Esta solicitação inclui mais sinergias entre as organizações europeias, de forma a fomentar a cooperação mútua para continuar a desenvolver as práticas e políticas de *youth work* (Council of the EU 2020).

Esta Agenda inclui quatro elementos que se interligam: base política; cooperação entre a comunidade que pratica o *youth work*; concretizar a Agenda (o Processo de Bona); e financiar programas no campo da Juventude. Politicamente, os documentos estratégicos das duas instituições europeias, convidam para o reforço da qualidade, inovação e reconhecimento do *youth work*, bem como do desenvolvimento e reconhecimento das políticas e práticas do *youth work*. Seguidamente, a cooperação no seio da comunidade de *youth workers* nos Estados-Membros e a nível europeu é fundamental para a eficácia da Agenda, moldando o seu conteúdo e o seu futuro desenvolvimento. Esta comunidade deve moldar o Processo de Bona, tendo em conta as respetivas esferas de competência e os seus variados papéis e capacidades. Este processo consiste em desenvolver e propor estratégias de implementação, medidas e prioridades a todos os níveis, a realizar através de atividades desde o nível local ao europeu, em todo o leque de contextos de *youth work* e no âmbito das esferas de competência relevantes. Atividades no domínio da Juventude, que decorrem através dos programas de financiamento da UE, com realce para o Erasmus+ Juventude e o Corpo Europeu de Solidariedade, podem oferecer o requerido apoio e financiamento para facilitar o processo de execução da Agenda, estando igualmente em conformidade com os objetivos dos programas (Council of the EU 2020).

Segue, abaixo, o infográfico desta Agenda Europeia para o *Youth Work*, onde é perceptível a importância e transversalidade dos programas Erasmus+ Juventude e do CES na sua génese.

## The European Youth Work Agenda

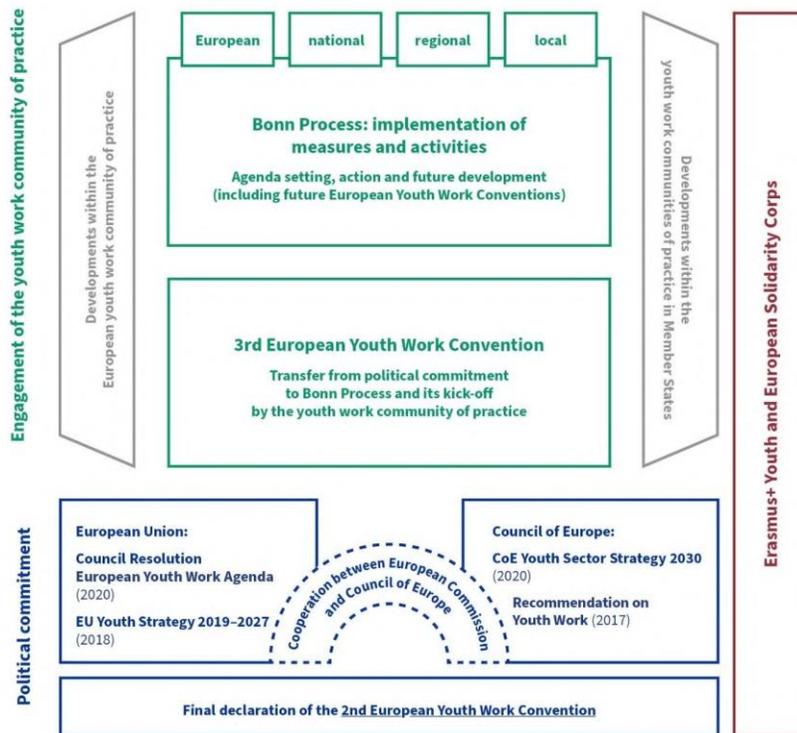


Figure 2 - The European Youth Work Agenda (Council of the EU 2020, 8)

Adicionalmente, sabe-se muito menos sobre o papel dos atores não governamentais no processo de coordenação política da UE comparativamente com o papel da UE e dos Estados-membros. No entanto, as ONG são uma força musculada na política de juventude da UE, muitas vezes defendendo os seus próprios interesses junto das instituições da UE (Hofmann-van de Poll e Keilberth 2022).

## 2.7. Ano Europeu da Juventude

Do ponto de vista *top-down*, é ainda relevante mencionar que o ano de 2022 foi o Ano Europeu da Juventude.

Este tema, proposto pela Comissão Europeia, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, em dezembro de 2021. Esta iniciativa compreende as dificuldades que os jovens enfrentaram durante a pandemia covid-19, e procura “colocar em evidência a importância da juventude europeia para a construção de um futuro melhor - mais ecológico, inclusivo e digital” (Eurocid s.d.). Desta forma, compreende um processo reflexivo sobre o futuro da juventude, promovendo a sua participação ativa na construção do futuro da Europa, integrando as suas políticas (Eurocid s.d.).

O Ano Europeu da Juventude tem quatro objetivos principais:

- “Renovar as perspetivas positivas dos jovens (...) destacando a forma pela qual as transições ecológica e digital e outras políticas da União proporcionam oportunidades para os jovens e a sociedade em geral;
- Capacitar e ajudar os jovens, sobretudo aqueles com menos oportunidades, no sentido de se tornarem cidadãos ativos e agentes da mudança, inspirados num sentimento de pertença à Europa;
- Apoiar os jovens na aquisição de uma melhor compreensão sobre as várias oportunidades à sua disposição no âmbito das políticas públicas a nível da União, nacional, regional e local, bem como na promoção ativa dessas oportunidades;
- Integrar a política da juventude em todos os domínios políticos pertinentes da União, em consonância com a Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027, com vista a incentivar a inclusão de uma perspetiva da juventude a todos os níveis do processo de elaboração de políticas” (Eurocid s.d.).

De forma a concretizar estes objetivos, a Comissão ficou encarregue de coordenar atividades que incluem conferências, eventos e campanhas de informação e promoção. Uma coordenação que deve ser efetuada em contacto próximo e conjuntamente com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, as organizações de juventude, bem como os próprios jovens, o grupo que mais beneficiaria deste Ano. A Comissão convidou também os Estados-Membros a nomear um coordenador nacional, responsável pela organização da participação nacional neste Ano Europeu que, no caso português, é conduzido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) (Comissão Europeia 2021b; Conselho Europeu Conselho da União Europeia 2022; Eurocid s.d.).

As iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Ano, contaram com o apoio de 8 milhões de euros dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade. Ou seja, apesar do Ano Europeu da Juventude visar ser intersetorial e basear-se em todas as políticas da UE, para que tenham em conta as questões relacionadas com a Juventude, estes dois programas da UE “irão obviamente desempenhar um papel central na execução e no financiamento das atividades” (Comissão Europeia 2021b; Conselho Europeu Conselho da União Europeia 2022).

Em específico, uma das iniciativas da Comissão para este ano foi a proposta de uma nova recomendação do Conselho sobre a mobilidade dos jovens voluntários em toda a UE. A recomendação anterior data de 2008, pelo que estaria desatualizada. Já a mais recente recomendação reconhece “o contributo fundamental do voluntariado para o desenvolvimento das capacidades e competências dos jovens e o seu papel na superação positiva dos desafios sociais”<sup>41</sup>. Esta visa impulsionar as dimensões de inclusão, qualidade, reconhecimento e sustentabilidade do voluntariado juvenil transnacional, abordando os obstáculos que ainda persistem no voluntariado em mobilidade e na implementação do Corpo Europeu de Solidariedade, fazendo referência ao 5º aniversário que o programa celebrou em 2022 (União Europeia s.d.b).

Visa-se que todas estas atividades, oportunidades e medidas tenham um impacto e um legado de longo prazo, e não apenas em 2022. De forma a consolidar este legado, até ao final de 2023, a Comissão apresentará um relatório sobre a execução, os resultados e a avaliação global das iniciativas, abrangendo ideias para os passos seguintes a tomar no domínio da Juventude (Comissão Europeia 2021b).

## **2.8. Enquadramento JCV *in Action***

O presente relatório tem a sua génese no Estágio realizado na Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga, na área da Juventude e, mais concretamente, no projeto *JCV in Action*. Para compreendermos o trabalho local desenvolvido neste projeto, é necessário perceber o contexto do seu departamento, da sua organização local, mas também da sua dimensão nacional e internacional.

---

<sup>41</sup> Tradução livre de: the key contribution of volunteering for the development of young people’s skills and competences and its role in positively overcoming societal challenges” (União Europeia s.d.b).

## Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CVCV)

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CVCV) é a maior rede humanitária do mundo, tendo sido fundada pelo suíço Henry Dunant, em 1863, e conta com cerca de 80 milhões de pessoas no exercício da sua missão (International Committee of the Red Cross s.d.c). Esta consiste em “aliviar o sofrimento humano, proteger a vida e a saúde e preservar a dignidade humana” (Cruz Vermelha Portuguesa s.d.c), atuando e ajudando aqueles que enfrentam catástrofes, conflitos, problemas sociais e de saúde.

Este Movimento incorpora três partes na sua rede: o Comité Internacional da Cruz Vermelha, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. O Comité Internacional (CICV) é uma organização humanitária neutra e independente, criada em 1863, cujo papel se baseia nas Convenções de Genebra (e respetivos Protocolos Adicionais), sendo sediada na cidade com o mesmo nome. A missão do CICV (International Committee of the Red Cross s.d.b) é ajudar as vítimas de conflitos armados e de violência, promovendo e reforçando o direito humanitário e os princípios humanitários universais. Dirige e coordena estas atividades de ajuda internacional conduzidas pelo Movimento, respondendo a estas emergências e cooperando simultaneamente com as Sociedades Nacionais na sua ação. Sediada na mesma cidade, a Federação Internacional (FICV) atua antes, durante e depois de catástrofes e emergências sanitárias para responder às necessidades e melhorar a vida das pessoas vulneráveis. Através de um secretariado global, a sua missão passa por coordenar e apoiar internacionalmente as atividades humanitárias nacionais e locais por parte das Sociedades Nacionais, assegurando o cumprimento do seu potencial como um ator humanitário empenhado, responsável e de confiança à escala global, contribuindo, assim, para a manutenção e promoção da dignidade humana e da paz no mundo. Existem ainda 191 Sociedades Nacionais (SN) atualmente no mundo, com a principal responsabilidade de ajudar as pessoas vulneráveis no seu território. As SN, consideradas a “espinha dorsal” do Movimento, prestam um amplo número e variedade de serviços, dependendo das vulnerabilidades locais existentes. As SN apoiam igualmente as autoridades públicas, como auxiliares independentes na área humanitária, atuando tanto em tempo de guerra, como de paz (International Committee of the Red Cross s.d.b; Red Cross EU Office s.d.; Cruz Vermelha Portuguesa s.d.b; International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies s.d.a).

Estas partes constituintes do Movimento são organismos independentes, cada um com o seu estatuto individual e não exercem autoridade sobre nenhum dos outros, procurando responder aos diversos desafios humanitários, segundo o mandato e as competências que possuem. Todos os organismos agem em respeito pelo Direito Internacional Humanitário e em conformidade com sete Princípios Fundamentais, que os unem: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade, que orientam a ação do Movimento ética, operacional e institucionalmente. Desta forma, é garantido o carácter humanitário do Movimento, constituindo a base daquela que é a reconhecida identidade distinta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (International Committee of the Red Cross s.d.a.; Red Cross EU Office s.d; Cruz Vermelha Portuguesa s.d.b).

É também de salientar que, a cada quatro anos, os diferentes membros do Movimento reúnem-se com representantes dos Estados Partes das Convenções de Genebra na Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Esta Conferência é o órgão deliberativo máximo do Movimento e oferece uma oportunidade para auditar prioridades e desafios transversais. A cada dois anos realizam-se ainda duas outras reuniões importantes: a Assembleia Geral, composta por delegados de todas as SN, que determina as políticas gerais da Federação Internacional, e o Conselho de Delegados, que reúne as SN, o CICV e a FICV e adota resoluções sobre a ação e a defesa do Movimento (Red Cross EU Office s.d.).

## Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) integra o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho na qualidade de Sociedade Nacional, trabalhando para prevenir e aliviar o sofrimento humano em Portugal mas também no mundo. A CVP iniciou a sua atividade em 1865, sendo atualmente uma instituição humanitária de carácter voluntário e de interesse público. Segundo o Artigo 5º, Decreto-lei n.º 281/2007 (Ministério da Defesa Nacional 2007) tem como missão “prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana”. Mobilizando o “Poder da Humanidade”, a CVP dispõe de uma Direção Nacional, um Conselho Supremo e um Conselho Fiscal, destacando-se os voluntários como o centro do seu serviço humanitário. Atualmente a CVP conta com mais de 5 mil voluntários que realizam cerca de

90% deste serviço nos diferentes órgãos e áreas, do local ao nacional, da emergência à Juventude (Cruz Vermelha Portuguesa 2021; Cruz Vermelha Portuguesa s.d.e). A organização territorial da CVP assenta em serviços centrais, serviços autónomos e estruturas locais. Existem, até ao presente ano, 170 estruturas locais em Portugal, que podem ser delegações ou centros humanitários, e que dispõem de Direção própria, com a responsabilidade de gerir a atividade da instituição localmente (Cruz Vermelha Portuguesa 2021; Cruz Vermelha Portuguesa s.d.a).

## Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga (CVP - Braga) e Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP)

Cinco anos depois da criação da Cruz Vermelha Portuguesa, ainda que primeiramente apelidada de “Comissão Portuguesa de Socorros a Feridos e Doentes Militares em Tempo de Guerra”, em 1870, foi criada a delegação de Braga deste Movimento, a primeira fora de Lisboa. A Delegação bracarense trabalhou sempre alinhada com a Direção Nacional e, apesar de certos períodos de inatividade, reapareceu sempre de forma a intervir e apoiar as populações quando surgiam epidemias e pandemias e durante as grandes guerras europeias, bem como na guerra colonial (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2020).

Foi também com avanços e retrocessos a história da Juventude Cruz Vermelha (JCV), o departamento juvenil da CVP, na Delegação de Braga. Os primeiros passos neste setor remontam a 1976, com a criação da “CVP Juvenil”, que apenas em 1982 ganhou a nomenclatura de “Juventude”. Até 2005, a Juventude focou muito a sua atuação em atividades diretamente ligadas à área da saúde, ao apoio a idosos, bem como ao apoio em diferentes eventos e iniciativas da Delegação. Nessa altura, existiu uma “clarificação e advocacia pela relevância da área da Juventude e o papel dos jovens na organização” (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2020, 84), a nível nacional, tendo por base a Política de Juventude de 1999 da FICV, e Braga orientou a sua visão neste sentido. A partir de 2005, a intervenção da JCV passou a ser mais estruturada e orientada para o trabalho com as crianças e jovens mais vulneráveis da comunidade em diferentes áreas (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2020). O trabalho da Juventude em Braga refletiu-se, em 2007, na mudança para um novo local, pela necessidade de um espaço próprio, onde os jovens voluntários pudessem reunir, planear e implementar as suas atividades e,

atualmente, a JCV Braga conta com três espaços distintos, onde desenvolve a sua atuação (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2020).

A área da Juventude da CVP é constituída pelos seguintes órgãos nacionais: Representante da Juventude Cruz Vermelha junto da Direção Nacional da CVP; Comissão Nacional de Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa; e Gabinete Nacional da Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (Cruz Vermelha Portuguesa 2023). Em 2018, por aprovação da Direção Nacional da CVP, deu-se a constituição formal dos novos órgãos da JCVP, através de eleições. A Comissão Nacional da Juventude e o/a representante da Juventude perante a Direção Nacional viriam, desta forma, a ser eleitos em ciclos de dois anos, por pares, ou seja, pelos representantes das diferentes áreas locais da Juventude da CVP, no encontro nacional da Juventude. No ano de 2022, a JCV Braga viu-se representada, pela terceira vez consecutiva, como um dos cinco membros da Comissão Nacional (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2020).

A Juventude na Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP) guia-se, então, pelos Princípios Fundamentais do Movimento, desenvolvendo o seu trabalho com base no voluntariado e com o objetivo principal de promover a resiliência das crianças e jovens nas comunidades locais. A nível nacional conta atualmente com mais de 2.000 jovens voluntários a trabalhar em mais de 90 locais, com mais de 250 projetos no terreno e cerca de 50.000 beneficiários diretos por ano (Cruz Vermelha Portuguesa s.d.). O público-alvo da JCV são crianças (5-11 anos), adolescentes (12-17 anos) e jovens adultos (18-35 anos), os quais participam na organização enquanto voluntários, beneficiários e/ou líderes/agentes de mudança positiva (Cruz Vermelha Portuguesa s.d.). É importante realçar que as três dinâmicas de participação, apresentadas aqui, são “fluídas e podem ser aplicadas ao mesmo indivíduo em momentos e circunstâncias diferentes ou em simultâneo” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023).

O trabalho desenvolvido pela JCV obedece a uma perspetiva de educação por pares, de jovens para jovens, e com recurso a metodologias de educação não formal, nas seguintes seis áreas de intervenção: Promoção e Educação para a Saúde; Intervenção para a Inclusão Social; Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional; Empregabilidade, Empreendedorismo e Cidadania Ativa; Educação Ambiental; e Educação Humanitária (ver apêndice III – Cruz Vermelha Portuguesa 2023). E é nestas áreas de intervenção que a JCV Braga tem atualmente em funcionamento 9 projetos/iniciativas (financiados e não financiados) (ver apêndice III).

A consolidação da área da Juventude na Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP) exige um enquadramento em linha com os valores e Princípios Fundamentais do Movimento. Neste sentido, a Estratégia de Participação Juvenil (EPJ), editada ainda no presente ano de 2023 pela vigente Comissão Nacional da JCVP, estabelece-se como base para a participação de crianças, adolescentes e jovens adultos na Sociedade Nacional Portuguesa. Esta EPJ divide-se em duas partes fundamentais, primeiramente na definição das linhas estratégicas a serem implementadas pela CVP na área da participação juvenil, dando o mote para uma segunda parte mais prática e adaptável face à realidade de cada Estrutura Local (EL) (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a).

Os pilares da EPJ são os três E's - a Educação, o Empoderamento e a criação de Espaços Favoráveis. Estes emergem da *Youth Engagement Strategy* (YES) da Federação Internacional e conferem um enquadramento aos jovens para que estes se possam “desenvolver para além da resiliência, face aos desafios humanitários atuais, e prosperarem nas suas comunidades locais” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 16).

Na atualização da EPJ, apresentada em fevereiro de 2023 no Encontro Nacional da JCVP, foram selecionados quatro desafios humanitários para o biénio 2023 - 2024 que são considerados prioritários para a participação juvenil na Cruz Vermelha Portuguesa. São estes a saúde mental e bem-estar, a inclusão e diversidade, a crise climática e a cooperação internacional, que foram definidos através da auscultação da rede nacional da JCVP, de acordo com os desafios atuais do contexto temporal e sociocultural que vivemos, atendendo às necessidades e a situações concretas (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a). Esta Estratégia e a sua implementação local advêm de reflexões tanto locais como nacionais e também globais, estando particularmente em linha com a FICV. Através da Estratégia 2030 da FICV, que tem como intuito guiar o trabalho desenvolvido pelas SN, sabemos que a Federação se preocupa com o “desenvolvimento de Sociedades Nacionais enquanto figuras locais sólidas e efetivas” (Ação Transformadora número 1) (FICV *apud* Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 45). Neste sentido, encontra-se a EPJ, já que “o fortalecimento da CVP passa igualmente pela implementação de uma estratégia consistente de trabalho Juvenil” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 46).

A implementação da EPJ só é possível através da participação dos jovens nas estruturas de decisão da CVP, no entanto, a EPJ não se dirige de forma exclusiva aos jovens, esta deve ser implementada e vivida

por toda a estrutura da CVP, mais concretamente pelas Delegações Locais, Centros Humanitários e Serviços Centrais. É, então, necessária uma consolidação comum e conjunta para o alcance de uma participação juvenil “cada vez mais uniforme, sedimentada e eficaz na CVP” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 3), uma vez que o futuro desta SN só consegue ser moldado através do diálogo intergeracional e intersectorial.

A JCV Braga é o maior departamento de Juventude a nível nacional e é na Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa que se encontra igualmente o Gabinete Nacional da Juventude Cruz Vermelha Portuguesa, desde 2014, precisamente pela dimensão e relevância da JCV local. Esta descentralização revela-se como uma mais-valia, não só por fornecer um carácter de dois níveis, local e nacional, à Delegação, mas também pela experiência e complementaridade entre si, que se materializa em número de projetos aprovados, na sua qualidade e conseqüente sucesso, conferindo-lhe um alcance nacional (ver apêndice III).

A nível local, salienta-se também como significativa, a integração da JCV Braga como membro da Comissão Municipal de Juventude, órgão criado e liderado pelo Município de Braga, onde têm assento e voz as associações juvenis do Município (ver apêndice III). A própria cidade de Braga assume-se como um palco propício ao *Youth Work*, sendo conhecida como uma das cidades europeias com o maior número de residentes jovens e com melhor qualidade de vida, segundo o último Eurobarómetro da Comissão Europeia (Portugal de norte a sul 2022; Universidade do Minho s.d.). Braga é igualmente a cidade com o mais forte movimento associativo do país e com um crescente número de população universitária (Fundação Bracara Augusta 2012; Universidade do Minho s.d.). Aliás, esta realidade foi parte essencial da candidatura da cidade de Braga a Capital Europeia da Juventude em 2012, título atribuído pelo Fórum Europeu da Juventude (FEJ) que, desde 2009, abre candidaturas para esta classificação a cidades europeias para demonstrarem motivação e políticas inovadoras na área da juventude (Fundação Bracara Augusta 2012).

Em 2022, por proposta do Município de Braga, foi constituída a Rede Capitais Europeias da Juventude - NEYC (*Network European Youth Capitals*). Esta rede, que conta atualmente com sete entidades internacionais<sup>42</sup>, consiste num grupo de trabalho europeu na área da juventude que procura a “troca contínua de experiências e trabalho em rede nas políticas de juventude entre as cidades agraciadas com o título de Capital Europeia da Juventude” (Município de Braga s.d.a). O envolvimento do Município de Braga neste grupo representa um meio significativo para que, de forma contínua, a cidade divulgue as suas ações

---

<sup>42</sup> A Rede Capitais Europeias da Juventude - NEYC é constituída pelos Municípios de Braga, Turim (Itália), Cluj-Napoca (Roménia), Maribor (Eslovénia), Ganja (Azerbaijão), Tessalónica (Grécia) e Varna (Bulgária) (Município de Braga s.d.b).

internacionalmente. No mesmo ano, a JCV Braga foi uma das organizações juvenis que representou o Município de Braga a Klaipeda, Lituânia (Capital Europeia de Juventude em 2021), através do projeto *Local Action for Youth* (Ação Local para a Juventude), cujo principal objetivo é alinhar os sistemas locais de planeamento e implementação ao serviço dos jovens nas cidades participantes com as políticas europeias relacionadas com a juventude, estabelecendo simultaneamente um padrão e um vasto conjunto de recursos intelectuais que qualquer outra cidade europeia pode utilizar para alinhar os seus próprios esforços locais em prol da geração jovem (Município de Braga s.d.b).

A cooperação internacional é também uma das quatro áreas temáticas (apesar de transversal) fulcrais para 2023-24 da JCVP. Segundo a EPJ, deve existir um compromisso organizacional para “fomentar, ativamente, a cooperação internacional” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 20). Esta promoção deve ser feita através da “sensibilização social e educativa para as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional e para a valorização da diversidade cultural” (Cruz Vermelha Portuguesa 2023a, 44), que vão desde a participação em iniciativas de formação, capacitação e cooperação internacionais com outras Sociedades Nacionais do Movimento CVCV, mas também com outras organizações juvenis. Estas atividades, tanto presenciais como digitais, deverão ser feitas principalmente, mas não apenas, no contexto europeu e mediterrânico.

Em abril de 2023, a JCV Braga, em colaboração com o Gabinete Nacional da JCVP, acolheu o Encontro de Juventude CVCV da Europa e Ásia Central (*European Youth Cooperation Meeting* - EYCM). A Rede Europeia da Juventude (*European Youth Network* - EYN) foi criada em 1975 e reúne jovens voluntários das 53 Sociedades Nacionais da região da Europa e da Ásia Central<sup>43</sup> (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies 2021). Tem como missão facilitar a partilha de boas práticas, a troca de experiências e defender os seus membros dentro e fora da organização, na tentativa de colmatar o fosso existente entre as estruturas seniores e juvenis no Movimento, bem como de discutir preocupações comuns e realizar atividades conjuntas relevantes. Esta plataforma, no nível regional, funciona como uma ferramenta

---

<sup>43</sup> A Rede Europeia da Juventude (EYN) é composta pelas seguintes Sociedades Nacionais da CVCV: Albânia, Alemanha, Andorra, Arménia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Chéquia, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedónia, Malta, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Quirguistão, Reino Unido, Roménia, Rússia, São Marino, Sérvia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Turquia, Turquemenistão e Ucrânia (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies 2021).

da qual todos podem beneficiar através de uma participação ativa (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies 2021).

O grupo que dirige esta rede é o Comité Europeu de Coordenação da Juventude (*European Youth Coordination Committee* - EYCC), composto por sete representantes eleitos diretamente pelos membros do EYN a cada dois anos. O EYCC é responsável pela gestão das iniciativas lideradas por jovens em toda a Europa e na Ásia Central através de vários grupos de trabalho (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies s.d.b.). Dos anos 2021 a 2023, o coordenador eleito deste grupo foi o português Rui Cancela (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies s.d.b.) e, em abril de 2023, foram eleitos em Braga os sete novos jovens do EYCC, num novo mandato de dois anos, entre eles a voluntária da CVP, Sofia Lopes (Centro de Juventude de Braga s.d.). Entre 22 e 25 de abril, um total de 80 participantes de 34 Sociedades Nacionais, ajudaram a definir as novas linhas e plano de ações humanitárias do EYN, no EYCM em Braga. Entre as prioridades, no seguimento da pandemia da covid-19 e a guerra na Ucrânia, ficou decidido que a crise climática e a saúde mental seriam os assuntos prioritários para o próximo mandato, tendo por base o trabalho já desenvolvido pelo último EYCC (Centro de Juventude de Braga s.d.).

Foi em 2009 que a JCV de Braga iniciou o desenvolvimento das primeiras parcerias em projetos de cariz internacional, dando assim início ao trabalho juvenil no âmbito da área Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional, uma das seis áreas de trabalho da Juventude acima mencionadas. Nesse ano, acolheram, pela primeira vez, uma voluntária ao abrigo do Serviço Voluntário Europeu (SVE), no âmbito do programa Erasmus+. Os passos foram sendo gradualmente mais ambiciosos nesta área, levando a que em 2012 se iniciassem parcerias no âmbito de Ações-Chave 1, que implicavam o envio de voluntários jovens e trabalhadores de juventude a formações (*training courses*) e intercâmbios juvenis a nível internacional. Procurava-se proporcionar aos jovens, oportunidades de mobilidade e garantir-lhes experiências de desenvolvimento pessoal e profissional, em ambientes multiculturais (ver apêndice III). Em 2014, foram aprovados os primeiros dois projetos de mobilidade juvenil ao abrigo do Programa Erasmus+ Juventude em Ação, enquadrados na área que a juventude já havia apelidado de JCV *in Action* – o projeto que daria origem a todas as iniciativas de mobilidade internacional na JCV de Braga. Até ao ano de 2021, o JCV *in Action* evoluiu, tornando-se no maior projeto de Cooperação Internacional da Juventude Cruz Vermelha Portuguesa. Este projeto já enviou mais de 70 jovens e recebeu mais de 50, viu aprovados mais

intercâmbios de jovens e desenvolveu novas parcerias estratégicas no âmbito do envio e acolhimento de voluntários (ver apêndice III).

Através deste enquadramento dos programas europeus em análise é possível melhor compreender o seu relacionamento com a UE, as suas políticas, ferramentas e metas. Os projetos no âmbito da Juventude do Erasmus+ e do CES são ambos certificados pelo *Youthpass*, estes programas assumem-se como fundamentais no cumprimento da Estratégia da UE para a Juventude e desempenharam um papel crucial na execução e no financiamento das atividades ao abrigo do Ano Europeu da Juventude em 2022. Adicionalmente, sabemos que estes programas são coordenados através de diferentes atores, pertencentes a diferentes níveis, deste a União Europeia no nível europeu, até às Agências Nacionais no nível nacional e às autoridades locais e regionais, como é o caso da JCV Braga no nível local. Estes atores têm responsabilidades diferenciadas na gestão dos programas e interagem entre si bem como com outros atores, numa lógica de GMN. Também através do enquadramento organizacional, dividido nos seus diferentes níveis (internacional, nacional e local) e áreas de atuação, justifica-se a relevância e pertinência do estágio na Juventude Cruz Vermelha de Braga, em específico no projeto JCV *in Action*. A área da Juventude é uma das prioridades da JCV, não só a nível de Cooperação Internacional em si, mas de desenvolvimento dos jovens, pelo que se alinha com os objetivos e metas estipuladas para este trabalho de investigação.

### **3. Execução dos programas de mobilidade e cooperação internacional na Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga**

Este capítulo centra-se na execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade (CES) em diferentes fases. Primeiramente, foca-se em como estes são implementados na sua generalidade, ao longo do tempo e no espaço. Em seguida, faz-se uma nota sobre a covid-19, dado que a pandemia afetou esta execução nos últimos anos e, finalmente, incide sobre a implementação destes programas de mobilidade e cooperação internacional na Cruz Vermelha Portuguesa de Braga, mais especificamente na Juventude de Braga, através do projeto JCV *in Action*. Para esta última parte, é importante redirecionar a atenção para a metodologia utilizada na realização deste Relatório de Estágio, uma vez que se recorreu às entrevistas como suporte relevante para este capítulo e para responder à pergunta de investigação deste trabalho.

#### **3.1. Execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade**

Atualmente, os estudos e investigações desenvolvidos e disponíveis relativos à implementação do Erasmus+ e CES focam-se sobretudo nos programas anteriores aos vigentes, com término em 2020 (RAY Network 2022; SALTO 2019). No entanto, estes possuem relevância para este relatório de estágio e para o enquadramento dos programas atuais, já que desempenharam um importante papel na avaliação dos programas onde se alicerçam os atuais.

A Rede RAY (*Research-based Analysis and Monitoring of European Youth Programmes*) é uma rede de investigação europeia aberta e autogovernada que, tal como o nome indica, analisa e monitoriza os Programas Europeus para a Juventude. Foi criada em 2008 por apenas dois parceiros e um projeto de pesquisa e, atualmente, envolve 36 agências nacionais dos programas Erasmus+ Juventude e Corpo Europeu de Solidariedade e os seus parceiros de investigação, estando presente em 34 países (RAY Network s.d.). Esta rede almeja contribuir para a qualidade dos Programas Europeus para a Juventude, para o desenvolvimento das políticas de juventude, através da investigação, para o reconhecimento da educação e

aprendizagem não-formal na área da juventude e para promover o diálogo entre investigação, política e prática nesta área. A Agência Nacional Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade está incluída nas Agências Nacionais parceiras desta rede (RAY Network s.d.).

Durante o primeiro ano de implementação do CES (2018), a grande maioria das candidaturas foram de projetos de Voluntariado ou de Parcerias de Voluntariado e mais de metade envolveram jovens com menos oportunidades (SALTO 2019). Mais de 90% são organizações sem fins lucrativos e a maior parte funciona a diferentes níveis (dois ou três níveis de ação), não deixando de contribuir no nível local (SALTO 2019). A maior parte das organizações também já esteve envolvida com projetos Erasmus+ Juventude em Ação ou outros programas da UE mas os Projetos Solidários chegaram igualmente a novas organizações pela primeira vez. As organizações autoavaliaram a sua prestação neste programa e a grande maioria considera que estavam a contribuir para a execução dos objetivos do CES (SALTO 2019).

Foram também verificadas algumas das oportunidades do programa, como o foco explícito na solidariedade, a diversidade de tipos de ação e o facto de ser uma ferramenta para abordar problemáticas locais e contribuir para o fortalecimento das comunidades locais. Também se constituiu como uma boa oportunidade para tornar jovens ativos, ao mesmo tempo que atraiu novas organizações (SALTO 2019). Por outro lado, o novo programa também revelou desafios e obstáculos como a concordância sobre o conceito de solidariedade, a própria promoção do novo programa e a restrição etária (18-30). Uma porção considerável de organizações candidatas reportou dificuldades no desenvolvimento de projetos, nomeadamente em encontrar parceiros e a insatisfação com o procedimento de candidatura foi maior do que no Erasmus+ Juventude em Ação (SALTO 2019). Neste seguimento, algumas das necessidades destas organizações prenderam-se com o apoio e ferramentas eficazes em encontrar parceiros, conselhos e formação em como envolver os jovens no desenvolvimento de projetos, acessibilidade e compreensão sobre a informação para candidaturas, que se interliga com a necessidade de um procedimento mais simples e ferramentas online mais *user-friendly* (SALTO 2019). Quanto ao Erasmus+, através da investigação dos efeitos e resultados do programa Erasmus+ 2014-2020 com base nos pontos de vista de ambos participantes e líderes de projetos, um estudo da Rede RAY (RAY Network 2022) procurou contribuir para o desenvolvimento prático, para a melhoria da implementação do Erasmus+ Juventude e para o desenvolvimento da próxima geração de programas. Algumas das conclusões foram: a maioria dos participantes e líderes souberam destes projetos através de organizações de juventude e seguidamente de

amigos ou colegas, sendo que os grupos informais de jovens tiveram um papel importante para ambos e o ambiente de trabalho foi mais relevante para os líderes; os líderes estão, na sua grande maioria, satisfeitos com a gestão administrativa dos projetos e com o processo de candidatura, apesar de ainda haver uma percentagem relevante (12-16%) que discorda ou discorda fortemente da simplicidade destes procedimentos e ferramentas, tendência esta que se foi intensificando nos inquéritos ao longo dos anos do programa; finalmente, o *Youthpass* foi amplamente utilizado nestes projetos, com mais de 90% dos inquiridos a concordar ou concordar fortemente na integração do certificado nos seus métodos e projetos (Rede RAY 2022).

Segundo a Rede Ray, o Erasmus+ é uma ferramenta essencial ao *youth work*, fortalecendo o setor da Juventude e contribuindo para o apoio a redes, organizações e estruturas nesta área (Rede RAY 2020b). É não só essencial à prática, como também à qualidade do mesmo, fornecendo um espaço de oportunidades com qualidade aos jovens. Através da sua investigação, esta Rede conclui que o programa é bem sucedido no alcance dos seus objetivos e contribui, em grande medida, para aproveitar ao máximo o potencial da política de juventude (Rede RAY 2020a; Rede RAY 2020c).

No entanto, muitos estudos acerca do Erasmus+ são ainda feitos apenas tendo em conta a vertente das Instituições de Ensino Superior (IES) do Programa (Carola 2022; de Wit 2011; Mizikaci e Arslan 2019), não abrangendo na sua investigação a área da Juventude, como é o caso do ESNsurvey da Erasmus Student Network (ESN)<sup>44</sup>. O ESNsurvey é um projeto de pesquisa em toda a Europa que, desde 2005, desenvolve um questionário online e divulga-o entre os alunos das IES europeias para recolher informações sobre as suas experiências de intercâmbio no estrangeiro, cobrindo diferentes tópicos relacionados com mobilidade e educação. É o maior projeto do género realizado exclusivamente por voluntários (Erasmus Student Network AISBL s.d.).

---

<sup>44</sup> A Erasmus Student Network (ESN) é uma organização internacional de estudantes sem fins lucrativos. Segundo o princípio "*Students Helping Students*", a sua missão é representar os estudantes internacionais, proporcionando-lhes oportunidades de compreensão cultural e de autodesenvolvimento, trabalhando para a criação de um ambiente educativo mais móvel e flexível. A ESN nasceu em 1989, pouco depois de ter sido criado o programa ERASMUS, e tornou-se numa das maiores associações de estudantes da Europa, estando atualmente presente em mais de 1000 instituições de ensino superior de mais de 40 países. A ESN atua local, nacional e internacionalmente, numa base maioritariamente de voluntariado, contando com cerca de 15.000 membros ativos e envolvendo ainda outros 40.000 jovens locais que apoiam cerca de 350.000 estudantes internacionais todos os anos (Erasmus Student Network s.d.).

Existem ainda os “Erasmus+ Survey”, desenvolvidos pela Plataforma de Aprendizagem ao Longo da Vida (*Lifelong Learning Platform*)<sup>45</sup>. A Plataforma organiza uma avaliação anual da implementação do programa Erasmus+, dirigido aos *decision-makers*, mas também às ONGs e organizações da sociedade civil beneficiárias ou candidatas ao programa (Lifelong Learning Platform s.d.). Apesar de o mais recente *Survey* datar de 2019 (Lifelong Learning Platform 2020), ou seja, não incluir o vigente programa Erasmus+ (2021-27), é relevante assinalar os resultados deste último questionário. Algumas das conclusões que antecederam o Erasmus+ 2021-27 foram as seguintes: possibilidade de simplificação e flexibilização dos procedimentos de candidatura e implementação, para que se tornem mais *user-friendly*; melhoria da consistência e coerência do *feedback* e avaliação tanto para candidaturas como para projetos concluídos, a nível das AN e da Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA); a cooperação intersectorial deve ser ainda mais incentivada e facilitada, através da simplificação dos procedimentos administrativos para que seja possível a implementação de projetos que envolvam vários setores; deve haver um maior apoio às redes da UE, talvez através de uma solução centralizada para candidaturas; alerta-se para a necessidade de um aumento do orçamento global do programa, que permita cobrir melhor as necessidades reais dos projetos e cumprir os objetivos do programa; por fim, enumeram-se algumas das prioridades para o programa seguinte, nomeadamente, o aumento da inclusão social, a atribuição de prioridade à cooperação intersectorial, aos temas ambientais, às competências digitais e à educação para a cidadania, para além do incremento de sinergias entre o programa Erasmus+ e outros programas setoriais (Lifelong Learning Platform 2020).

### **3.2. Efeitos da Covid-19 na execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade**

Devido à pandemia covid-19, verificou-se algum *overlapping* entre os programas anteriores, com fim em 2020, e os atuais, dado o adiamento de projetos e de prazos para a sua respetiva execução. Desta forma, as organizações implementaram projetos Erasmus+ e CES, datados de 2020 (ou mesmo anteriores), nos

---

<sup>45</sup> A *Lifelong Learning Platform* é uma organização sem fins lucrativos que reúne 42 organizações europeias ativas no campo da educação, formação e juventude, que representam mais de 50 000 instituições educativas e associações que abrangem todos os setores da aprendizagem formal, não formal e informal, impactando milhões de beneficiários (Lifelong Learning Platform s.d.).

anos de execução dos novos programas 2021-27, o que teve consequências tanto para os participantes, como para os gestores dos projetos em questão.

Em abril de 2020, com a pandemia covid-19 já disseminada na Europa, a Comissão Europeia decidiu questionar os participantes do Erasmus+ e CES acerca dos efeitos da pandemia nas suas atividades de aprendizagem em mobilidade. Cerca de 75% dos questionados, consideraram que a sua atividade foi afetada pela pandemia, com 42% dos participantes a terem continuado a sua experiência em condições diferentes, 22% tiveram a sua atividade suspensa temporariamente e para 36% a sua atividade foi definitivamente cancelada, sendo que dessa percentagem, apenas 17% são participantes de Erasmus+ Juventude e CES. Os participantes destes últimos programas mostraram-se satisfeitos com o apoio, informação e orientação fornecida por organizações locais e, primeiramente, por antigos participantes dos mesmos programas (European Commission 2021b).

A Comissão confirmou que os projetos de mobilidade jovem foram fortemente perturbados pela pandemia. A implementação do Erasmus+ e CES foi, então, desafiante e atípica nos anos de 2020 e 2021 pelo que, de forma a atenuar os efeitos adversos da pandemia nestes programas, a instituição europeia estabeleceu algumas medidas, como a possibilidade de substituição de atividades presenciais por atividades em formato *online*, permitindo que implementassem atividades que combinassem ambos os formatos (híbridas), bem como a possibilidade de adiamento de projetos, tendo em vista a segurança dos participantes. Foram ainda lançadas duas *calls* extraordinárias do Erasmus+ em agosto de 2020, de forma a apoiar a preparação para a educação digital e a criatividade (European Commission 2021b).

A pandemia refletiu-se nas experiências de voluntariado internacional do CES que a JCV Braga executava, tendo existido, segundo os jovens entrevistados, problemas de comunicação com membros das equipas dos diferentes projetos onde os voluntários acolhidos se inseriam. Este fator foi condicionado pela pandemia e pela incerteza que advinha deste contexto, tendo alguns voluntários revelado terem-se sentido, por vezes, perdidos ou não compreendidos. Adicionalmente, como refere Vale (2022, entrevista – ver apêndice II), uma das jovens enviadas num projeto de voluntariado de longa duração, “a minha experiência como voluntária internacional foi marcada pelo período de pandemia e de *lockdown* da altura. O meu trabalho foi desempenhado em regime de teletrabalho a partir de casa, tendo tido oportunidade para ir ao escritório apenas duas vezes” e Ferreira (2022, entrevista), outra participante da mesma tipologia de projeto no período

pandémico, afirma que “a experiência foi no geral muito positiva, apesar das dificuldades de logística impostas pela pandemia“. A covid-19 afetou também o processo de recrutamento destes jovens que, como afirma outra participante, foi “bastante organizado e estruturado” mas sofreu atrasos por parte da organização de acolhimento, que deliberava a possibilidade de acolher voluntários nas datas pretendidas durante o contexto pandémico (Nechaeva 2022, entrevista).

Este efeito da pandemia foi sentido também pela JCV Braga relativamente ao Erasmus+, não tendo executado nenhum projeto de mobilidade neste âmbito nos anos de 2020 e 2021. Concomitantemente, viu as datas do seu intercâmbio de jovens *Embrace Your Abilities* serem adiadas duas vezes, antes da sua execução em abril de 2022.

A implementação da nova Estratégia para a Juventude nestes anos foi, também ela, severamente afetada, com ações a serem modificadas, remarcadas ou mesmo canceladas (European Commission 2021b).

### **3.3. Execução dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade na CVP Braga**

É importante realçar que o JCV *in Action*, projeto da JCV Braga, não trabalha apenas com os programas Erasmus+ e CES. No entanto, estes são os mais constantes e relevantes para a JCV Braga e sua atuação. Salienta-se também o foco deste trabalho apenas nas partes e áreas dos programas que são direcionados para a juventude e, conseqüentemente, para *youth workers*. Esta nota é relevante, principalmente no caso do Erasmus+, que abrange áreas para outros públicos-alvo que não o da JCV Braga.

Uma disparidade relevante a apontar entre a Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (JCVP) e ambos os programas em análise é o facto da JCVP considerar que a juventude, em termos de idade, se estende até aos 35 anos e, nos programas Europeus, o limite de idade para oportunidades para jovens é os 30 anos (com a exceção do CES em Ajuda Humanitária, no qual o limite é igualmente os 35 anos), deixando de lado uma porção de jovens com que a JCVP trabalha.

Relativamente à relação da organização com estes programas e sua implementação, existem diferentes procedimentos e fases que a JCV Braga tem de seguir para chegar à concretização de projetos. Este processo tem semelhanças entre ambos os programas, mas também diferenças. A execução dos programas vai ao encontro dos guias e demais documentos de apoio fornecidos pela Comissão Europeia, AN e entidades complementares dos programas, obedecendo às regras e diretrizes do Erasmus+ e CES, no entanto, varia consoante aqueles que os executam. É importante também realçar que muita informação relativa à implementação local destes projetos, ao abrigo do Erasmus+ e CES, não está presente nos documentos internos da organização, pelo que a realização do estágio curricular no projeto JCV *in Action*, bem como as entrevistas desenvolvidas junto dos jovens participantes e dos colaboradores da JCV Braga foram cruciais para a elaboração deste trabalho de investigação que tem por base o estudo de caso da organização Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga.

No que respeita as semelhanças, estes programas partilham uma página que funciona como uma plataforma para a redação e submissão de candidaturas<sup>46</sup>. Esta página direciona para outros *links*, conforme as pretensões dos utilizadores, se quiserem saber mais sobre o Erasmus+, direciona-os para a página oficial do programa, e para mais informações acerca do CES, direciona para o Portal Europeu da Juventude. Se for ainda para candidaturas a ações do Erasmus+, geridas diretamente pela Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA) em vez das respetivas Agências Nacionais dos utilizadores, como é o caso dos projetos na área do desporto, esta página redireciona para o *website* desta Agência Europeia. Também é nesta página que se procuram e registam organizações e que se pode encontrar apoio e recursos adicionais acerca dos programas.

Na plataforma única para os programas Erasmus+ e CES, a organização em questão deve iniciar a sessão com os seus dados de login, ou deve inscrever-se na página, se ainda não o tiver feito. Após concluído o registo da organização, esta receberá um ID da organização, ou seja, terá o seu *Organisation ID* (OID), a sua identificação organizacional para apresentação de candidaturas no âmbito destes programas da UE (Comissão Europeia s.d.). Este registo é apenas efetuado uma vez, mas é de notar que a palavra-passe tem de ser modificada regularmente, sempre que a plataforma solicitar, por motivos de segurança. Depois de entrar na plataforma, o utilizador pode escolher as oportunidades que se encontram abertas, quer para o

---

<sup>46</sup> Plataforma Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade: <https://webgate.ec.europa.eu/erasmus-esc/index/>.

Erasmus+ quer para o CES, e preparar-se para submeter a sua candidatura, bem como verificar e gerir os seus projetos aprovados e consultar os concluídos. É também nesta plataforma que as organizações gerem e submetem o orçamento e os relatórios finais dos seus projetos. Estas candidaturas acontecem, normalmente, em dois momentos no ano, para diferentes tipos de ações e projetos e cada uma tem formulários e requisitos diferentes. Uma candidatura típica terá a parte escrita sobre o projeto, sobre a organização coordenadora e sobre as organizações parceiras, bem como os anexos solicitados, assinados pelo(s) representante(s) legal(is) da(s) organização(ões). Podem ter ainda cronologias, horários, metodologias a utilizar, entre outros documentos adicionais.

Continuando a análise da implementação de ambos os programas de mobilidade e cooperação internacional, devemos considerar a mesma não só por programa, mas, internamente, pelas diferentes ações que os compõem.

## Erasmus+

No Erasmus+, na submissão de projetos, é necessário, juntamente com o planeamento do projeto, enviar os acordos de parceria com o consórcio envolvido neste processo. Para esta escolha, a JCV Braga baseia-se nas suas parcerias anteriores que sejam uma mais-valia para cada projeto, mantendo, desta forma, uma rede de parceiros ampla e de qualidade<sup>47</sup>. A organização escolhe, igualmente, os seus parceiros tendo em conta a Estratégia Europeia da Juventude e os Objetivos para a Juventude Europeia e as organizações que trabalham mais estas valências. Também se foca no acordo de novas parcerias que entenda que serão benéficas para a sua ação e para o tema do projeto em específico.

No caso dos projetos de mobilidade (KA1), quando estes são aprovados e chegam à fase de seleção dos jovens, as oportunidades são normalmente publicadas nas redes sociais da JCV Braga, bem como em grupos específicos para a divulgação destas oportunidades, em plataformas universitárias que disponham desta vertente, entre outros. Este processo é semelhante quer seja um recrutamento para projetos

---

<sup>47</sup> Da extensa lista de parceiros da JCV Braga na submissão e execução de projetos Erasmus+, os parceiros principais nos anos 2021 e 2022 foram a organização italiana *Studio Progetto Cooperativa Sociale*, a estoniana *Noored Ühiskonna Heaks*, a finlandesa *Lahden kaupunki - Lahti City Youth Service*, a lituana *Asociacija Litdea* e a grega *Social Youth Development Civil Nonprofit Society (K.A.N.E.)*.

organizados pelo JCV *in Action* quer para projetos em que a organização seja parceira. Este recrutamento procura jovens portugueses ou residentes em Portugal, com preferência por jovens locais e com menos oportunidades, sendo este o grupo-alvo preferencial da JCV Braga. Tenta-se incluir, igualmente, os voluntários da JCV Braga nestes projetos, tendo em conta os princípios do Erasmus+ (como a inclusão) e os princípios da organização, e também de forma a capacitá-los. Estes participantes nacionais, que constituem a equipa portuguesa do projeto em questão, devem ter uma presença ativa em todas as fases do projeto, desde a preparação, à participação na atividade de mobilidade internacional, até à disseminação de resultados obtidos pela atividade. Da parte do JCV *in Action*, quanto à preparação, normalmente é feita uma reunião com a equipa portuguesa, onde se aborda os tópicos das viagens, atividades interculturais e planeamento de atividades em equipa, para além da apresentação da equipa, introdução ao programa e esclarecimento de dúvidas. No caso dos *youth exchanges (YE)*, em cada equipa nacional é definido um *team leader*, que é escolhido pela organização, tendo em conta a proximidade à organização e a experiência que tem com *youth work* e/ou programas internacionais. Desta forma, esse elemento será normalmente um *youth worker*, voluntário ou outro *youth leader* da JCV Braga, que desempenhará um papel de apoio aos restantes participantes da equipa e fazer o interface entre a equipa portuguesa e as equipas organizadora e parceiras do projeto. No caso dos *training courses (TC)*, não existe um *team leader*, já que todos os participantes são, desde já, *youth workers*, voluntários e/ou *youth leaders* e são, por regra, todos maiores de idade. À posteriori, é feita uma recolha de *feedback* e testemunhos dos jovens participantes e procede-se à disseminação de resultados. Este processo varia consoante o projeto e os requisitos presentes na candidatura e aprovação do mesmo. Durante o presente estágio curricular, foi criada uma página de instagram para o projeto JCV *in Action* (anteriormente apenas existiam as páginas desta rede social da JCV Braga e da CVP Braga), já que é um dos meios mais utilizados pelos jovens para acederem a informação e conteúdo, com o propósito de partilhar oportunidades de mobilidade internacional, e igualmente de forma a servir como mecanismo de disseminação dos projetos e dos resultados dos mesmos, que o JCV *in Action* realiza.

A subsequente implementação destas atividades de mobilidade KA1 (*youth exchanges* e *training courses*) acontece da seguinte forma: o período de aprendizagem inclui a fase de planeamento, que deve ser feita antes da candidatura, a fase de preparação prévia, a realização da atividade, e a avaliação e o acompanhamento após a atividade, que inclui a disseminação de resultados (Comissão Europeia 2022). Na

totalidade destas fases, a equipa da JCV Braga é composta por *youth workers* e voluntários, tanto nacionais como internacionais, que se envolvem ativamente neste processo.

O *design* de um programa também obedece (ou deve obedecer) a diferentes fases, por esta ordem: a consideração de objetivos gerais que se quer atingir, transformar esses objetivos em blocos de programas, conceção do fluxo do programa, definição do objetivo geral e do conteúdo das sessões, definição do programa e dos métodos pormenorizados das sessões e, finalmente, verificação dos objetivos e métodos escolhidos (Council of Europe 2021). Num primeiro momento, existe na JCV Braga um *brainstorming* (ou vários) feito em equipa, complementado através de reuniões subsequentes. Quando se chega à fase do desenvolvimento detalhado das sessões, passa a existir uma maior divisão de tarefas entre a equipa, nunca descurando os momentos *feedback* e partilha de ideias e opiniões entre o grupo. O trabalho grupal é retomado na fase final de revisão. Estes passos são feitos também, frequentemente, através de dinâmicas e sessões de educação não formal entre a equipa do JCV *in Action*.

Este processo também tem em consideração fatores como a dimensão do grupo, o ambiente, o espaço e os recursos existentes, nunca esquecendo a responsabilidade da coordenação, através dos facilitadores ou formadores, no processo de aprendizagem. Também existe um levantamento de necessidades, expectativas e conhecimentos prévios dos participantes destes projetos, feita no seu recrutamento pela organização parceira do seu país de envio e complementada pela organização coordenadora, após a sua seleção, através de formulários e/ou reuniões. Isto faz com que a preparação, antes da atividade de mobilidade, seja constante e que a adaptação das sessões seja fluida e ininterrupta para corresponder, da melhor forma possível, às necessidades de aprendizagem dos indivíduos. Este fator contribui para a qualidade da atividade de mobilidade, respeitando as características daquilo que devem ser atividades de educação não formal - participativas e centradas no aprendente (Council of Europe s.d.b).

Todas as atividades de mobilidade da JCV Braga incluem sessões sobre oportunidades europeias, como as ações no âmbito do Erasmus+ e CES, sobre os tipos de educação, com foco para a educação não formal e sobre o *Youthpass* e as oito competências de aprendizagem ao longo da vida, adaptadas no seu conteúdo e profundidade, consoante o grupo participante. Também são imprescindíveis as atividades de *ice breaking* e *team building*, expectativas, receios e contributos, noites interculturais e sessões de avaliação e disseminação. Quem realiza estas sessões na JCV Braga, facilitadores ou formadores, são também

normalmente os *youth workers* e voluntários da JCV Braga e, mais especificamente, do JCV *in Action*, acabando estas por se tornarem também experiências de aprendizagem para estes elementos.

A JCV Braga faz, como entidade coordenadora, a gestão do orçamento atribuído pela AN Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade na execução destes projetos no âmbito da ação-chave 1. Para projetos aprovados em 2022, o apoio organizacional, ou seja, custos diretamente associados à realização de atividades de mobilidade, era de 100€ por participante (Comissão Europeia 2022). Quanto aos custos associados à subsistência, o apoio individual era de 37€ diários por participante nos YE e de 65€ nos TC. Adicionalmente, as organizações podem também candidatar-se a um apoio à inclusão, à realização de uma visita preparatória e a custos excecionais. No caso dos TC, existe também um financiamento direcionado ao desenvolvimento de sistemas e atividades de sensibilização, sendo estas complementares à atividade de mobilidade (Comissão Europeia 2022). Com este orçamento, a JCV Braga deve assegurar acomodação, alimentação e todas as atividades do projeto aos seus participantes.

No caso de ambos, YE e TC, o montante das viagens é deduzido através da Calculadora de Distância da Comissão Europeia<sup>48</sup>, que mede os quilómetros do participante do seu local de origem para o local da atividade e regresso. Dependendo da distância que percorre, é atribuído um montante, gerido com base nos custos unitários (Comissão Europeia 2022). Ou seja, um participante de uma atividade de mobilidade KA1, que realize um intercâmbio ou uma formação na JCV Braga, tem direito ao montante tabelado desde o seu local de origem até Braga e vice-versa, para quando se deslocar para Braga no início da sua mobilidade e na sua viagem de regresso, no final da atividade. Os participantes são encorajados a gerir o seu financiamento de viagem, contando com o apoio da organização de envio, como também da organização de acolhimento nessa tarefa.

Em 2019, a juventude viu reforçado o seu trabalho com a aprovação de mais um intercâmbio de jovens apelidado “*Embrace Your Abilities*”. Devido à pandemia, este YE sobre inclusão no desporto, apenas foi possível ser executado pelo JCV *in Action* em abril de 2022. Este decorreu em Braga e teve a duração de seis dias de atividade, envolvendo 28 participantes de cinco Estados-Membros - Portugal, Grécia, Itália, Letónia e Lituânia (ver apêndice III). Estes dias foram marcados por atividades de educação não formal e por aprendizagem informal, tendo-se desenvolvido sessões como a organização de um debate sobre a inclusão

---

<sup>48</sup> Calculadora de Distância Erasmus+: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/resources-and-tools/distance-calculator>.

no desporto; a criação do que para os jovens participantes seria um “país perfeito” ao nível da inclusão e igualdade; a realização de uma “caminhada do privilégio”, onde foram apresentadas diferentes personagens que os participantes interpretaram, pretendendo que estes refletissem acerca da desigualdade de oportunidades, capacidade crítica e empatia; a participação em duas sessões sobre a comunidade surda, onde tiveram a chance de aprender um pouco de língua gestual portuguesa (LGP); assim como grupos de trabalho com o objetivo de consciencializar e mobilizar a sociedade acerca dos temas que mais os sensibilizaram ao longo da semana. Praticaram também algumas atividades exteriores, como a realização de um *Peddy Paper* pelo centro de Braga, que pretendia dar-lhes a conhecer os lugares mais emblemáticos da cidade e o contacto com a população local, ao mesmo tempo que promovia uma reflexão sobre as condições de acessibilidade presentes ao longo do percurso realizado. Foram igualmente desafiados a colocarem-se no lugar de alguém com deficiência e mobilidade reduzida ao experimentar boccia, futebol para invisuais, ténis e ténis de mesa em cadeiras de rodas; praticaram canoagem e escalada; assistiram a um treino de basquetebol em cadeira de rodas e puderam experimentar esta modalidade e, no último dia, foram recebidos na Câmara Municipal de Braga, onde receberam os seus *Youthpass*.

A JCV Braga, através do projeto *JCV in Action*, candidatou-se, em 2021, a uma acreditação a sete anos, com o objetivo de fornecer, assim, ao *JCV in Action*, uma estabilidade mais duradoura. Esta proposta foi elaborada tendo em vista TC, ou seja, cursos de formação para voluntários e *youth workers*. Esta acreditação foi aprovada pela Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade e permite que a submissão de candidaturas, anualmente, neste âmbito, seja mais simplificada, já que o conteúdo do que a organização se propôs a implementar já foi desenvolvido na submissão da candidatura à acreditação a longo prazo. Cada uma destas atividades de mobilidade internacional deve focar-se num dos 11 Objetivos para a Juventude Europeia. A implementação dos projetos aprovados no âmbito desta acreditação começou em 2022-23. O facto da totalidade desta acreditação a longo prazo se focar na Estratégia da UE para a Juventude e nos seus 11 Objetivos reforça não só a relevância que os programas Erasmus+ e CES têm na promoção desta Estratégia e dos objetivos da UE mas também contribui para o fortalecimento da premissa de que a JCV Braga, como beneficiário local dos programas, desempenha um papel importante na promoção dos programas e estratégias da UE, obedecendo à abordagem de europeização *top-down*, como um ator que coordena os seus projetos e interage com a rede multinível de forma ativa.

Quanto a KA2, ou seja, parcerias para a cooperação, estes projetos permitem que as organizações participantes “produzam resultados tangíveis inovadores e de elevada qualidade” (Comissão Europeia 2023a, 235). Dependendo da dimensão, do âmbito e dos objetivos das organizações, as atividades realizadas no âmbito desta ação envolvem a gestão do projeto, atividades de execução e atividades de partilha e promoção. Devem ir também ao encontro das prioridades do setor, no caso da JCV Braga, da Juventude, e é esperado que os resultados das suas atividades sejam partilhados nos diferentes níveis - local, regional, nacional e europeu. Dependendo do domínio escolhido pelos candidatos, as parcerias de cooperação são geridas pelas AN ou pela Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA), sendo, no caso da Juventude, geridas pela AN correspondente. Na criação de um projeto, as fases que o compõem são as mesmas que num projeto KA1 - planeamento, preparação, realização das atividades e acompanhamento - e as candidaturas devem ter em consideração os critérios de atribuição presentes no Guia do programa mais atualizado, bem como as prioridades e aspetos horizontais do Erasmus+. O financiamento destes projetos é composto por um leque de três montantes fixos, escolhidos pelos candidatos, tendo em conta aquilo que pretendem alcançar com o seu projeto. Os montantes únicos são de 120 000€, 250 000€ e 400 000€. A candidatura do projeto deve incluir “pacotes de trabalho” para a execução das atividades, devendo existir uma distribuição clara das tarefas entre os parceiros. A gestão do projeto não deve ultrapassar os 20% do montante global (Comissão Europeia 2022).

Do ponto de vista dos participantes recebidos na JCV Braga em atividades de mobilidade, ou seja, em intercâmbios de jovens e também em cursos de formação, inseridos num projeto KA2, coordenado pela JCV, o processo de recrutamento foi visto como rápido, simples, flexível e claro. Calheiros (2022, entrevista) explica que preencheu um formulário com os seus dados, motivação e experiências e que rapidamente recebeu um email a informar a sua seleção. Quanto à preparação, esta foi feita maioritariamente através de uma reunião e o contacto e disponibilidade da equipa da JCV Braga manteve-se durante todo o projeto. Durante a mobilidade, primeiramente existiram sessões de criação e trabalho em equipa para reforçar a confiança e conforto entre o grupo e, a partir desse momento, iniciaram-se atividades sobre o tópico do projeto.

Para Calheiros (2022, entrevista) a equipa organizadora da JCV Braga teve um papel fundamental para o seu bem-estar e conforto naquele que foi o seu primeiro projeto Erasmus+, que se assumiu como uma das melhores experiências que teve ao longo da vida. Outros participantes também apontaram como

importante a boa relação criada com a equipa da JCV Braga e entre si, marcada pelo respeito, honestidade e, segundo Catalano (2022, entrevista), que cresceu em amizade durante o decorrer desta mobilidade de curta duração. Para Kaktiņš (2022, entrevista), a logística, o horário e as atividades estavam muito bem planeados, o que contribuiu ativamente para o sucesso da sua experiência. De acordo com Kostas (2022, entrevista), a equipa da JCV Braga foi muito prestável em todas estas atividades, explicando e guiando os participantes pelo processo de aprendizagem. No final de cada dia de atividade, existiam momentos de reflexão sobre o dia decorrido, onde foi possível ver os participantes a expressarem as suas opiniões e pontos de vista de forma confiante, algo que Catalano (2022, entrevista) acredita dever-se ao ambiente extremamente positivo, criado pela JCV Braga. Merisalu (2022, entrevista) declara que o processo de *feedback* foi honesto, tendo fornecido sugestões de melhoria à organização acolhedora.

Relativamente aos jovens enviados pela JCV Braga em projetos KA1 Erasmus+ para organizações parceiras, em primeiro lugar, todos os jovens entrevistados elogiaram a logística e fizeram referência à facilitação (positiva) do intercâmbio. Desenvolveram, durante a sua mobilidade, *ice breakers* e atividades de *team building*, de forma a conhecerem-se melhor e criar coesão no grupo; sessões de trabalho em grupo, debates, *brainstorming* acerca do tópico do projeto, entre outras atividades lúdicas e de educação não formal.

Segundo Antunes (2022, entrevista), toda a logística efetuada pela JCV Braga pré e pós programa, como durante o projeto em si, foi extremamente positiva. Conta-nos sobre o processo de recrutamento e sobre a comunicação antes do projeto, que descreve como fácil e orgânica. Esta foi realizada através de uma reunião com os membros da equipa portuguesa para se poderem conhecer e discutir tópicos importantes como a viagem e a noite intercultural portuguesa. Houve divisão de tarefas entre os participantes, demonstrando empenho dos jovens e, para Bernardo (2022, entrevista), uma boa seleção da equipa. Para estes jovens, “a coordenadora e *team leader* estiveram sempre abertos e disponíveis a esclarecer dúvidas, assim como a defender os nossos interesses” (Antunes 2022, entrevista) e “a relação com os membros da equipa e com a coordenadora foi um fator que influenciou de forma positiva a atividade por existir um à-vontade grande entre todos” (Bernardo 2022, entrevista). Após a preparação, foram sempre acompanhados pela equipa da JCV Braga, que se mostrou acessível para esclarecer dúvidas e defender os seus interesses. O facto do *feedback* não ter sido efetuado através de um formulário permitiu, segundo Antunes (2022, entrevista), que o testemunho dos participantes pudesse ser mais detalhado e construtivo. Para Garrido (2022, entrevista), o seu recrutamento foi efetuado através de um formulário, onde procuravam perceber a

sua motivação, experiência e contributos que poderia dar ao projeto. Diz-nos que neste processo, a JCV Braga providenciou a orientação necessária e fez o levantamento de *feedback* dos participantes desde o recrutamento até à conclusão do projeto.

## CES

Na submissão de candidaturas na plataforma europeia, é necessário, para além da aprovação dos projetos individuais, a submissão e aprovação de um Selo de Qualidade, para que seja possível o acolhimento e envio de voluntários. Esta acreditação tem durações e espaços de tempo diferenciados, ficando ao critério das organizações candidatarem-se àquela que corresponderá melhor aos seus interesses, objetivos e capacidades. A CVP Braga tem, neste momento, um Selo de Qualidade de três anos (com fim em dezembro do presente ano de 2023), que lhe permite ser uma entidade de coordenação, acolhimento e envio de voluntários, sendo que para o acolhimento tem um limite de 6 voluntários simultaneamente que pode acolher na sua organização, mas não tem qualquer limite como entidade de envio.

Existe sempre um Acordo de Voluntariado por projeto e/ou por voluntário, entre o voluntário e as entidades de apoio - coordenadora, de acolhimento e de envio (a organização de acolhimento pode ou não coincidir com a de coordenação do projeto), podendo existir adicionalmente Acordos de Parceria entre o consórcio. No que se refere ao envio de voluntários, o recrutamento é executado de forma semelhante ao Erasmus+, em termos de divulgação de oportunidades. No entanto, são sempre as organizações de acolhimento que tomam a decisão final acerca da seleção de voluntários. Os voluntários selecionados, enviados pela JCV Braga, são acompanhados pela organização durante todas as fases do seu voluntariado. O JCV *in Action* organiza formações de pré-envio, faz um acompanhamento, normalmente mensal, através de reuniões *online* e questionários de satisfação a cada dois meses, podendo igualmente adaptar ou reforçar o apoio aos voluntários ao seu encargo, se assim for pertinente. Este processo pode ser ligeiramente diferente de projeto para projeto e de voluntário para voluntário, dependendo daquilo a que a JCV e o/os seu/seus parceiro/parceiros se propuseram inicialmente, da evolução do projeto e dos envolvidos no mesmo. A JCV Braga faz também uma sessão de esclarecimento sobre o *Youthpass* e das oito competências-chave para a

aprendizagem ao longo da vida aos voluntários que acolhe e envia, sendo a primeira parte do documento preenchido pelo/a coordenador/a de projeto e a segunda pelo/a voluntário/a.

Quanto ao acolhimento de voluntários, a JCV Braga, através do JCV *in Action*, divulga uma descrição de funções (*role description*), com os projetos que dispõe para receber jovens voluntários. Existem parcerias diretas ou mais amplas, apelidadas de chamadas abertas (*open calls*), ou seja, podem-se candidatar voluntários de países específicos, com organizações de envio pré-definidas, ou todos aqueles que tiverem conhecimento do projeto para o qual está a recrutar, recorrendo a uma organização de envio creditada à posteriori. Os jovens devem ter um *login* de acesso à página do CES - o Portal Europeu da Juventude<sup>49</sup> - e podem inscrever-se antes de serem selecionados (até numa perspetiva de procurar projetos que lhes interessem) ou após a sua seleção num projeto CES. No que se refere ao processo de seleção, é feita uma entrevista estruturada, em conjunto com um responsável da organização de envio e, quando possível, há também a presença de um voluntário internacional que já esteja nessa organização a realizar uma experiência de CES ou um ex-voluntário de CES. Este terceiro elemento tem um duplo papel: consegue perceber o perfil para o projeto que já desempenhou/está a desempenhar e pode dar um testemunho em primeira pessoa ao candidato a esta experiência. Como já referido, a decisão final é feita pela organização de acolhimento, ou seja, neste caso, pela JCV Braga.

Escolhidos os voluntários, a JCV Braga acolhe-os e durante as primeiras semanas, implementa atividades de apresentação e de formação que envolvem por um lado a Delegação, os diferentes espaços e projetos onde vão trabalhar, as suas equipas, coordenadores, voluntários e mentores correspondentes e, por outro lado, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (CVCV), o programa CES, entre outras temáticas mais amplas. Neste *welcoming*, é importante existir uma articulação com a organização de envio para que os tópicos sejam diferentes daqueles já abordados na formação *pre-departure*. Concomitantemente, é necessário realizar todo o processo burocrático dos novos voluntários, como o registo de morada, tirar o NIF e o número de utente e, se os voluntários forem nacionais de países fora da UE, deve-se também contactar o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), bem como o registo do jovem no seguro de saúde incluído no CES, o CIGNA.

---

<sup>49</sup> Portal Europeu da Juventude: [https://youth.europa.eu/home\\_en](https://youth.europa.eu/home_en).

Durante toda a duração do período de mobilidade, a JCV Braga é responsável pelo acompanhamento dos jovens, individualmente e em grupo, e por garantir e controlar o registo dos pagamentos mensais - dinheiro de bolso - aos voluntários. O dinheiro mensal dado aos voluntários depende das indicações do Guia do Corpo Europeu de Solidariedade mais atualizado. Em 2021 e 2022, período em que foram executados os projetos em análise neste Relatório, esse montante era de 5€ diários, sendo que a organização de acolhimento pode escolher se, adicionalmente, dá aos voluntários um subsídio alimentar em dinheiro ou em bens. Com base em custos unitários, quanto a custos de gestão, a organização deveria receber, para projetos aprovados em 2022, 225€ por participante em projetos de voluntariado individual e, em Portugal, 21€ diários por participante, relativos ao apoio organizacional (Comissão Europeia 2022). Existe também uma contribuição para despesas pessoais adicionais dos participantes, que em Portugal era de 5€ por dia, por jovem e, para o apoio à inclusão de jovens com menos oportunidades, o montante era de 7€ diários por participante, a nível nacional. Complementarmente, as organizações podem também candidatar-se a um apoio à aprendizagem de línguas, à realização de uma visita preparatória e a custos excecionais (Comissão Europeia 2022).

As viagens obedecem às mesmas regras que as atividades de mobilidade no Erasmus+, ou seja, segundo a Calculadora de Distâncias da Comissão Europeia, que mede os quilómetros do participante do seu local de origem para o local da atividade e regresso. Dependendo da distância que percorre, é atribuído um montante, gerido com base nos custos unitários (Comissão Europeia 2022). Assim, um voluntário CES, que realize um projeto de voluntariado individual na JCV Braga, tem direito ao montante tabelado desde a sua localidade até Braga e vice-versa, para quando se deslocar para Braga no início da sua mobilidade e na sua viagem final de regresso, findo o período de mobilidade com a JCV Braga.

Com este montante, para além do dinheiro de bolso e subsídio alimentar, a JCV Braga providencia aos jovens que acolhe uma acomodação completamente equipada, com todas as despesas da casa asseguradas (água, luz, gás e internet); passe da TUB (Transportes Urbanos de Braga), que pode ser utilizado nos autocarros de toda a cidade; custos médicos (que posteriormente devem ser aceites e reembolsados pelo seguro CIGNA); todas as atividades de voluntariado que os jovens realizam na JCV Braga. A JCV Braga almeja incluir em todos os seus projetos de voluntariado individual, jovens com menos oportunidades e esta conjuntura deve garantir que o voluntário tem todas as condições necessárias ao desenvolvimento da sua

atividade de voluntariado, ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, indo ao encontro das prioridades de inclusão e diversidade do programa.

Ao longo da sua experiência de mobilidade, os voluntários participam nas atividades e projetos da organização, tanto na valência de Juventude, como noutras valências e projetos que vão ao encontro das expectativas dos jovens, assim como respondam às necessidades organizacionais. O horário de trabalho é construído com um máximo de 35h semanais, incluindo aulas de português.

Na *role description* de 2021-22 de voluntários CES na JCV Braga, é visível a variedade de oportunidades de voluntariado fornecidas aos jovens acolhidos. Dentro da JCV Braga, os projetos disponíveis são:

- Ponto Vermelho - apoiar a loja social que trabalha através da doação de bens à população vulnerável da cidade, mas também funciona como uma loja em segunda-mão, vendendo artigos a preços simbólicos;
- Geração Tecla - apoiar o *youth centre* que trabalha a inclusão social, promovendo competências pessoais e sociais, junto da comunidade (crianças, jovens e famílias) do Bairro de Santa Tecla;
- JCV *in Action* - assistir o projeto de mobilidade e cooperação internacional, escrevendo e executando projetos Erasmus+ e promovendo o Erasmus+ e o CES em escolas e universidades;
- Equipa de Comunicação - apoiar a atividade de comunicação da JCV Braga, produzindo conteúdo para as redes sociais da valência.

Nas demais valências da CVP Braga, estão disponíveis os seguintes projetos:

- Creche - apoiar a creche social da CVP Braga que trabalha com crianças até aos 3 anos;
- SAD - assistir o projeto SAD (Serviço de Apoio ao Domicílio) que presta cuidados humanos básicos e de saúde ao domicílio, tendo como missão promover a qualidade de vida da pessoa idosa e/ou doente;
- Equipa de Rua - assistir o projeto que trabalha junto a pessoas com comportamentos aditivos e dependências na zona urbana de Braga, numa estrutura móvel, enquadrado numa política de Redução de Riscos e Minimização de Danos;

- CAEMENA - apoio no Centro de Acolhimento Especializado que trabalha no acolhimento de crianças e jovens estrangeiros não acompanhados, para promover a autonomização destes jovens por via da inclusão e profissionalmente.

(Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2022; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga s.d.a; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga s.d.b; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga s.d.c; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga s.d.d; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga s.d.e).

A JCV Braga encoraja também os jovens a desenvolverem projetos pessoais (*element projects*) durante a sua experiência de mobilidade, que podem ser realizados a par com o seu trabalho de voluntariado dentro da organização. Estas atividades devem estar ligadas às suas competências e interesses individuais e podem ser o mais “fora da caixa” possíveis, desde que vão ao encontro dos objetivos do projeto CES da JCV Braga. Na *role description* de 2021-22 (ver apêndice III), é dado como exemplo o planeamento e implementação de *workshops* de língua, música ou artes.

Para além do trabalho de voluntariado que os jovens desenvolvem na organização de acolhimento e das formações realizadas no seio da JCV Braga, os voluntários devem ainda completar as formações obrigatórias da Agência Nacional, à chegada e a meio do projeto (*on-arrival e mid-term trainings*). No contexto interno, existem também formações à chegada, a meio e no final do projeto CES, este último apelidado de seminário final (*final seminar*), podendo estes ser organizados pelas organizações coordenadoras, como é o caso do projeto *Acting Local Changing Global* (ALCG), ou apenas pelas organizações acolhedoras (por vezes coincidem). Nos anos de 2021 e 2022, estiveram em implementação local na CVP Braga, dois projetos de acolhimento ao abrigo do CES: o ALCG, um projeto da CVP Braga mas que inclui outras delegações da CVP; o *Empowering Youth Action*, projeto da Cruz Vermelha Britânica. A CVP Braga acolheu, nesses anos, até seis voluntários simultaneamente.

É importante que o(s) *youth worker(s)*, encarregue(s) da implementação dos projetos ao abrigo destes dois programas da UE, esteja(m) sempre a par do mais atualizado Guia do programa com que trabalha(m), bem como dos restantes materiais de apoio.

Do ponto de vista dos participantes destes projetos na JCV Braga, a relação com a equipa coordenadora foi assinalada como positiva, sendo esta descrita como simpática, acessível e acolhedora. Esta

relação foi marcada pelo apoio fornecido pela JCV Braga que empreendia reuniões individuais com cada voluntário, normalmente mensais, complementadas com reuniões com o grupo de voluntários acolhido, mais regularmente. Estes eram espaços para partilha de expectativas e medos, mas também de *updates* e *feedback* de ambas as partes, no entanto, segundo Bella (2022, entrevista), existia uma comunicação constante entre ambas as partes, pelo que o *feedback* acabava por ser contínuo. Com os restantes elementos da equipa da JCV Braga e entre voluntários internacionais, os jovens entrevistados também aferem importância a esta relação, pelo tempo que passam juntos, quer seja no trabalho, quer seja na sua acomodação. Bella (2022, entrevista) descreve-a como “fortes laços de amizade e confiança”<sup>50</sup> e Kuszak (2022, entrevista) diz ter uma boa relação com os seus colegas, sentindo-se confortável com eles nos espaços e momentos que partilham. Os projetos de voluntariado fornecidos pela JCV Braga aos voluntários foram variados, com diferentes objetivos e níveis de intensidade, algo bem recebido por Bella (2022, entrevista), que refletiu que o melhor para a sua aprendizagem e desenvolvimento foi ter um equilíbrio entre atividades. Para que esta gestão fosse bem sucedida, também revelou que muito se deveu à flexibilidade de ambas as partes, o voluntário e a equipa coordenadora. Kuszak (2022, entrevista) faz uma reflexão positiva da logística, incluindo o pagamento do dinheiro de bolso no início de cada mês, do fornecimento de um passe de autocarro para todas as viagens nos TUB e um alojamento para os voluntários localizado perto do escritório da CVP Braga.

Os jovens que desenvolveram a sua experiência CES em Braga, contam-nos como decorreu o processo de recrutamento. Primeiramente, os voluntários enviaram a sua candidatura, seguidamente foram convidados para uma sessão com os restantes candidatos para essa posição de voluntariado na JCV Braga e depois participaram numa entrevista online com dois coordenadores e um antigo voluntário no projeto em Braga, onde a sua capacidade de pensar em soluções para possíveis problemas foi posta à prova. Este processo foi, segundo os voluntários, simples, rápido e tranquilo e Clark (2022, entrevista) reflete em como foi também esclarecedor das suas dúvidas. Bella (2022, entrevista) acredita que, pela não obrigatoriedade do envio de um CV, foi dada mais ênfase à motivação e aspirações dos entrevistados do que às experiências passadas. Reflete que as responsabilidades como voluntário exigem certos traços de personalidade como a confiança, a resiliência e a proatividade, ao invés de competências técnicas adquiridas em trabalhos anteriores. Após o processo de seleção, os jovens escolhidos receberam um convite para se juntarem ao

---

<sup>50</sup> Tradução livre de: “strong bond in friendship and trust” (Bella 2022, entrevista).

projeto na CVP Braga e tiveram uma formação antes da partida (*pre-departure training*) com a organização de envio do seu país de origem. Também afirmam ter recebido bastante apoio e preparação antes da sua vinda para Braga. Como referido anteriormente, o acompanhamento durante o projeto era feito através de sessões individuais e grupais e o *feedback* e comunicação era regular e ininterrupta, apesar da mudança na gestão direta dos voluntários a meio da sua experiência. Por fim, existiu uma formação final antes de os jovens partirem para o seu país de envio, onde houve espaço para reflexão e *debriefing* desta experiência internacional de longa duração.

De forma geral, a experiência dos participantes enviados pela JCV Braga em projetos de CES noutras Sociedades Nacionais da CVCV foi, descrita pelos mesmos como bem-sucedida, marcada pela boa relação e apoio da equipa de trabalho. Nechaeva (2022, entrevista) afirma ter “uma equipa organizada e bem estruturada”, Azevedo (2022, entrevista) diz-nos “a minha relação com os meus supervisores e com os restantes colegas era muito boa. Sabia que podia contar com eles para o que precisasse, e eles eram extremamente prestáveis e apoiavam imenso” e Melo (2022, entrevista) fala-nos “a relação com minha coordenadora e outros membros da equipe sempre foi muito positiva”, marcada por partilha e *feedback*, mantendo igualmente a liberdade de ter autonomia. Para Freitas (2022, entrevista) a logística também foi positiva, tendo boas condições de acomodação e transporte.

Como organização de envio, a JCV Braga acompanhou estes jovens portugueses/residentes em Portugal, durante esta experiência no estrangeiro. O processo de recrutamento foi feito em conjunto entre a JCV Braga e a organização de acolhimento. Primeiramente, os jovens deviam enviar o seu currículo e carta de motivação para o projeto a que se candidatavam, posteriormente decorreram dinâmicas de grupo e entrevistas individuais durante cerca de uma hora, na sede da CVP Braga. Para alguns jovens, este processo pareceu ser simples mas, para outros, este processo foi complexo e exigente. Os candidatos receberam *feedback* da sua candidatura e pontos a melhorar para a fase presencial e, para Ferreira (2022, entrevista), este foi um dia agradável, já que a metodologia aplicada, baseada em atividades e conversação, fez com que não sentisse pressão. Também achou as questões da entrevista individual particularmente interessantes, afirmando que “até à data, foi talvez a entrevista mais completa que já tive”. Nesta fase, Melo (2022, entrevista) salientou o apoio recebido pela JCV Braga que fez com que pudesse “tranquilizar, concentrar e participar de forma mais tranquila e segura de todo o processo”. Depois de selecionados, os jovens tiveram um *training* de preparação antes de iniciarem a sua mobilidade, onde trabalharam questões sobre viver e

trabalhar num país diferente do seu e ficaram a conhecer-se melhor entre si, tendo ainda sido disponibilizado um momento de conversa com jovens do anterior projeto na mesma organização de acolhimento. Durante a sua mobilidade, o acompanhamento da JCV Braga foi feito, segundo os participantes, através de um *check-in* no seu bem-estar, de apoio nas necessidades dos jovens e no esclarecimento das suas dúvidas. Melo (2022, entrevista) destaca também o apoio relativamente a suporte financeiro, psicológico e profissional que os voluntários necessitassem.

## A coordenação entre os níveis europeu, nacional e local na execução dos programas

A coordenação é realizada entre a União Europeia, através da Comissão Europeia, Portugal, através das Agências Nacionais, e local na CVP Braga, mais concretamente na área de Juventude da organização e no projeto JCV *in Action*. Como demonstrado no capítulo 2, a Comissão Europeia é responsável pela gestão geral de ambos os programas, incluindo a definição de objetivos, prioridades e orçamento, bem como pela coordenação das atividades dos programas no nível europeu, apoiando a implementação a nível nacional. Neste nível, cada país participante nomeia uma ou mais Agências Nacionais para a gestão e coordenação dos programas. Apesar de o financiamento vir da Comissão Europeia, a Agência Nacional é o organismo responsável pela aprovação/rejeição dos projetos e pela comunicação direta com as organizações, tendo em conta a realidade nacional e local e as necessidades existentes. As AN são, então, responsáveis por fornecer informações e orientações sobre o programa, gerir as candidaturas e projetos, bem como monitorizar e avaliar os resultados. Por fim, a nível regional e local, as autoridades regionais e locais (como autarquias/municípios, centros de juventude e demais organizações da sociedade civil) desempenham um papel fulcral na implementação dos programas, colaborando com as AN e outras partes interessadas para identificar necessidades específicas e oportunidades de financiamento, bem como para apoiar a disseminação e a valorização dos resultados dos projetos Erasmus+ e CES.

A nível nacional, Neiva (2022, entrevista) considera que “a comunicação com a Agência Nacional (AN Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade) no CES, na minha experiência, é parca e no geral não muito útil” e que no caso do Erasmus+ considera que “o programa ainda não está tão bem divulgado como poderia e estas oportunidades ainda não estão acessíveis para todas as pessoas”.

Existe ainda outra relação entre diferentes níveis, designadamente no seio da organização. Na Delegação de Braga, encontra-se a maior Juventude a nível nacional (onde está o projeto JCV *in Action*). Para além disso, ou até consequentemente, o Gabinete Nacional da Juventude também se encontra em Braga, o que atribui a este projeto e à sua ação uma maior facilidade e oportunidade de comunicação e cooperação entre o nível local e nacional, dentro da própria organização. Na implementação do CES, a nível interno, a JCV Braga mantém uma estreita relação com o Gabinete Nacional, na implementação do projeto ALCG, existindo alguma dificuldade na definição de papéis entre o nível nacional e o local, que deve ser analisada internamente (Lima 2022, entrevista).

A JCV Braga também segue as linhas e faz parte da rede internacional que é o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Especificamente no caso do CES, “a nível local a coordenação dos projetos CES na CVP implica a articulação com diferentes projetos da Juventude, entre valências e por vezes com outras instituições e projetos” (Neiva 2022, entrevista). Este processo tem vindo a ser “refinado” e, segundo a entrevistada, apresenta-se com abertura e flexibilidade, para acolher e integrar os voluntários internacionais na organização.

Para além da relação multinível quanto à coordenação dos programas, existe também interação entre os diferentes atores envolvidos. A JCV Braga tem os seus parceiros locais (sejam formais ou informais), parceiros nacionais e parceiros internacionais, para além do Movimento Internacional e os jovens beneficiários que participam nos projetos também desempenham um papel relevante nesta dinâmica.

Além das oportunidades diretas que traz aos jovens, o Erasmus+ e o CES permitem criar parcerias com entidades locais - “este estreitar de laços é fundamental para desenvolvermos um trabalho bem cimentado com as estruturas que existem na cidade de Braga” (Neiva 2022, entrevista). No caso específico dos projetos Erasmus+, a entrevistada considera que os jovens participantes do CES na JCV Braga “apresentaram o primeiro passo em muitas parcerias que agora transcendem este âmbito”.

Estes atores também interagem tendo em conta a *policy* da UE, a *policy* nacional, local e as próprias políticas da organização. Quanto ao nível europeu, a UE influencia a *governance* local por meio da introdução de políticas, regulamentos e diretrizes que estão inerentes ou se relacionam aos programas Erasmus+ e CES. Existe, então, um processo de Europeização na implementação local de projetos no âmbito destes programas, presente igualmente na JCV Braga. A Estratégia Europeia da Juventude e os 11 Objetivos para

a Juventude, definidos ao nível da UE, dependem da implementação e ações que ocorrem no nível local exigindo, desta forma, uma coordenação e cooperação entre diferentes níveis de *governance* e os diferentes atores que participam nestes programas. No entanto, a própria definição desta estratégia e objetivos foi elaborada pelos Estados-membros e teve a participação direta de jovens europeus, existindo uma europeização não só *top-down* mas também *bottom-up*.

A própria europeização incentiva a cooperação multinível na implementação destes programas, uma vez que a Comissão Europeia, as Agências Nacionais e as autoridades locais e regionais necessitam de trabalhar em estreita colaboração para garantir a conformidade com as políticas e regulamentos da UE, o cumprimento das metas estipuladas pela UE e dos objetivos dos programas Erasmus+ e CES.

A adaptação local para atender aos requisitos europeus não vem sem desafios às autoridades locais, que incluem os tópicos do financiamento, burocracia e recursos, desenvolvidos abaixo no subcapítulo *Constrangimentos à execução dos Programas*. No entanto, desta GMN e europeização, também advêm oportunidades à governança local, incluindo o acesso a financiamento europeu, a promoção de intercâmbio cultural e multiculturalidade e a promoção da cidadania europeia, bem como a promoção dos próprios objetivos das autoridades locais. Para um melhor aproveitamento das oportunidades disponíveis e para dar resposta aos desafios, é necessário pensar em estratégias e respostas locais eficazes, eficientes e duradouras, como a candidatura da JCV Braga ao Selo de Qualidade do CES e à Acreditação a sete anos do Erasmus+. A JCV Braga é então uma entidade proativa neste processo de GMN e europeização *top-down*, uma vez que não só aceita e executa os programas da UE, os seus objetivos e diretrizes, mas também procura ativamente parceiros nos diferentes níveis de ação na execução de projetos no âmbito de ambos os programas, participa em experiências de mobilidade e de capacitação com Agências Nacionais (tendo participado, por exemplo, no evento AGORA EU em 2022<sup>51</sup>) e outras organizações de juventude e submete e

---

<sup>51</sup> A Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade promoveu a iniciativa AGORA EU com o objetivo de reunir, no final do ano de 2022, em Braga, os diversos *stakeholders* dos programas europeus, incluindo beneficiários, participantes e multiplicadores, proporcionando momentos de partilha e capacitação dos mesmos, através da realização diversas formações e encontros anuais (Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade 2022).

vê aprovados projetos sobre temáticas pertinentes e inovadoras (como o projeto de solidariedade “We Are Neighbours”<sup>52</sup> no âmbito do CES e o “Play With Your Future”<sup>53</sup> ao abrigo do Erasmus+).

A europeização e a GMN afetam também a qualidade da implementação dos programas ao abrigo do Erasmus+ e CES. Para desempenhar um *youth work* de qualidade, a JCV Braga recorre, então, a estes financiamentos europeus e segue os guias e as diretrizes destes programas. Este processo é controlado por sua vez pelas Agências Nacionais que funcionam como intermediárias entre a Comissão Europeia e as autoridades locais.

## Características da JCV Braga na execução dos Programas

A JCV Braga considera que as suas atividades e objetivos estão intrinsecamente ligados à Estratégia Europeia para a Juventude e aos Objetivos Europeus 2021-2027, estratégia e objetivos estes no centro dos programas Erasmus+ e CES. Na sua candidatura à obtenção de uma acreditação a sete anos (ver apêndice III - Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2021a), para executar projetos de mobilidade Erasmus+, revela o seu desejo de crescer, melhorar, adquirir e desenvolver mais conhecimento e competências e capacidades; de trazer inovação social e criatividade para este *youth work* (ver apêndice III). A sua motivação prende-se com partilhar e trocar experiências e boas práticas com outras organizações que trabalhem com jovens. Indo mais além do que dotar indivíduos de conhecimento e competências, o objetivo alinha-se com a política de Juventude da UE, por promover o desenvolvimento pessoal, expandindo as capacidades de comunicação, autoconfiança, adaptabilidade, resiliência, abertura de mentalidades, atitudes e valores (ver apêndice III).

---

<sup>52</sup> O *We Are Neighbours* é um projeto de solidariedade, no âmbito do CES, da JCV Braga. Este teve a duração de um ano, terminando em setembro de 2023 e teve como objetivo promover a inclusão e integração dos refugiados ucranianos na cidade de Braga, através da planificação de atividades socioculturais envolvendo refugiados ucranianos, voluntários da Cruz Vermelha de Braga e bracarenses. Uma foto tirada no decorrer deste projeto foi selecionada pela Comissão Europeia para ser projetada no Berlaymont (o principal edifício da Comissão) no Dia de Portas Abertas (*Open Doors Day*) de 2023, em Bruxelas, a 6 de maio, juntamente com imagens de diferentes projetos de solidariedade no âmbito do CES que prestaram apoio aos ucranianos no ano passado (2022). (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2023).

<sup>53</sup> O projeto *Play With Your Future* é uma parceria de cooperação (KA2) do programa Erasmus+ executada pela JCV Braga e pelo Gabinete Nacional da Juventude da CVP, juntamente com três parceiros internacionais, ao longo de 18 meses, tendo terminado em junho de 2023. Teve como objetivo principal a criação e implementação de uma ferramenta inovadora de educação não-formal, assumindo o formato de jogo digital, de sensibilização para os objetivos gerais da Estratégia da UE para a Juventude 2019-27, em particular da sustentabilidade ambiental, inclusão social e saúde mental (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2021). Este projeto foi galardoado com o Prémio Projeto Inspirador pelas Agência Nacional Erasmus+ Juventude/ Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade e a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, na entrega de Prémios Boas Práticas 2022 Erasmus+ (Cruz Vermelha Portuguesa 2023).

Remetendo para os três princípios fundamentais da Estratégia da UE para a Juventude, o objetivo final da JCV Braga, através do Programa Erasmus+, é “Envolver, Ligar e Capacitar” os jovens através da sua ação. Também com os 11 Objetivos desta Estratégia presentes, afirma estar preparada para “melhorar, renovar e atualizar”<sup>54</sup> a sua intervenção, com qualidade. Dois dos quatro objetivos da JCV Braga na sua Acreditação a sete anos do Erasmus+ (ver apêndice III) relacionam-se efetiva e diretamente com a Estratégia e os Objetivos da UE para a Juventude: “Melhorar, desenvolver e/ou atualizar as competências, capacidades e conhecimentos dos *youth workers*/voluntários da Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito da Estratégia para a Juventude e dos Objetivos para a Juventude; Aumentar a visibilidade e o reconhecimento da Estratégia Europeia para a Juventude, dos Objetivos para a Juventude e do Erasmus+”<sup>55</sup> (ver apêndice III). Um outro objetivo desta lista relaciona-se com o alcance multinível destes projetos e do Erasmus+ e com a vontade de contribuir para: “Melhorar e inovar as nossas intervenções em cada comunidade local, a nível nacional e a nível europeu”<sup>56</sup> (ver apêndice III).

O setor da Juventude demonstrou, apesar das dificuldades, maioritariamente trazidas pela pandemia, uma grande capacidade de adaptação. Durante este período temporal, a JCV Braga adaptou-se a um novo contexto, “introduziu mudanças na organização, criou e alargou os programas sociais, (...) reforçou o trabalho em rede e as fortes parcerias nacionais e europeias”<sup>57</sup> Lima (2022, entrevista) realça o papel da JCVP que “será sempre poder ajudar jovens de poucas oportunidades a conseguirem experimentar sair da zona de conforto para enfrentarem novos desafios e conhecerem outras realidades” e considera que a JCV Braga vai sempre “bebendo” a diferentes formas de o fazer, como é o caso destes programas internacionais. Esta resiliência e demais valores da JCVP na sua ação com os jovens está intimamente aliada à Estratégia de Participação Juvenil, desenvolvida por este nível nacional da Juventude da CVP e atualizada no início do presente ano de 2023.

Algumas das características positivas da JCV na implementação destes Programas Europeus relacionam-se com a “competência, profissionalismo e estrutura”<sup>58</sup> que detém (ver apêndice III). Também por estas qualidades, foi esta a Delegação escolhida para, desde 2014, albergar o Gabinete Nacional da

---

<sup>54</sup> Tradução livre de: “improve, renew and update” (apêndice III).

<sup>55</sup> Tradução livre de: “Improve, develop and/or update Portuguese Red Cross youth workers/volunteers’ skills, abilities and knowledge within the scope of the Youth Strategy and Youth Goals; Increase the visibility and recognition of the European Youth strategy, Youth Goals and Erasmus+” (ver apêndice III).

<sup>56</sup> Tradução livre de: “Improve and innovate our interventions within each local community, nationally, and at a European level” (ver apêndice III).

<sup>57</sup> Tradução livre de: “introduced changes in the organisation, recreated and expanded social programs, (...) reinforced networking and strong national and european partnerships” (ver apêndice III).

<sup>58</sup> Tradução livre de: “competence, professionalism and structure” (ver apêndice III).

Juventude Cruz Vermelha Portuguesa (ver apêndice III). Passando do nível local, para o nacional, é de salientar também a esfera internacional da JCV Braga, que lhe permite partilhar os resultados dos seus projetos e as oportunidades do programa com outras Sociedades Nacionais Europeias da Cruz Vermelha e promover projetos conjuntos de jovens no âmbito do programa (ver apêndice III). De salientar a ligação da JCV com a região da Europa e Ásia Central e o Mediterrâneo, estando incluída na Rede Europeia da Juventude da Cruz Vermelha Crescente Vermelho (*Red Cross Red Crescent European Youth Network*).

Sem esquecer as oportunidades de progresso, como a obtenção de “ferramentas e o *know-how* adequados para gerir, desenvolver, monitorizar e avaliar as atividades que pretendemos realizar”<sup>59</sup>, no que se refere ao Erasmus+, esta candidatura expressa, numerosas vezes, a experiência extensiva da organização, que fez com que fosse possível capacitar e preparar a equipa e a própria organização. A JCV Braga tem experiência “no desenvolvimento de projetos de parceria internacional, integrados na prioridade Estratégica da Cooperação Internacional”<sup>60</sup>, tem um *background* de participação mas também coordenação de projetos de Ação-chave 1 (KA1), como intercâmbios de jovens e cursos de formação, assim como em projetos de Ação-chave 2 (KA2) (ver apêndice III).

Relativamente ao CES, a JCV Braga está certificada, como organização de apoio e de acolhimento através do Selo de Qualidade obrigatório do programa. A decisão para a candidatura a esta certificação prende-se com duas razões principais: a Ligação à Missão e Essência da organização e a Estratégia a longo prazo e experiência da JCV Braga (ver apêndice III - Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2021b). A primeira relaciona-se com o facto de a solidariedade estar “inscrita nas raízes”<sup>61</sup> (ver apêndice III). do Movimento Internacional da CVCV, pelo que implementar as atividades do CES está estreitamente ligado à essência do Movimento em prestar ajuda às pessoas e aos seus Princípios Fundamentais, mais especificamente aos princípios da Humanidade e do Voluntariado. Os valores humanitários e de solidariedade com populações vulneráveis, destacados nos princípios e objetivos do CES, estão presentes na ação diária da JCV Braga. No campo da Juventude, trabalha de perto com “diferentes escolas, bairros de habitação social, instituições públicas de solidariedade social, e intervenção comunitária”<sup>62</sup>. O segundo ponto refere-se, então, à estratégia a longo prazo da JCV que, desde 2005, trabalha a inclusão social com recurso a técnicas

---

<sup>59</sup> Tradução livre de: “adequate tools and know-how to manage, develop, monitor, evaluate and disseminate results of the activities we intend to carry out” (ver apêndice III).

<sup>60</sup> Tradução livre de: “in developing international partnership projects, integrated within the international cooperation strategic priority” (ver apêndice III).

<sup>61</sup> Tradução livre de: “inscribed within the roots” (ver apêndice III).

<sup>62</sup> Tradução livre de: “different schools, social housing neighbourhoods, public institutions of social solidarity, and community intervention” (ver apêndice III).

de educação não formal. Considera-se, igualmente, a experiência que a organização tem vindo a reunir, desde 2009, através do projeto *JCV in Action*, em projetos de Voluntariado Internacional, primeiramente com o Serviço Voluntariado Europeu (SVE) e, mais recentemente, com o CES, com os quais atuou quer como parceira quer como entidade coordenadora e enviou mais de 75 voluntários para organizações internacionais (ver apêndice III). Pretende, desta forma, dar continuidade a esta tipologia de trabalho, “fazer melhor e chegar mais longe na promoção da Solidariedade entre os Jovens Europeus, desenvolver as suas competências, e abordar simultaneamente as questões prementes e importantes dentro da sociedade”<sup>63</sup> (ver apêndice III).

A maior vantagem da JCV Braga para implementar projetos financiados pelo CES interliga-se, à semelhança do Erasmus+, com a sua experiência. A JCV Braga já coordenou quatro projetos de SVE, quando estes ainda eram ao abrigo do Erasmus+, e uma parceria de Voluntariado no âmbito do CES. Esta última, apelidada de *Acting Local, Changing Global* (ALCG) (2018), permitiu-lhe coordenar a colocação, tanto local como nacional, de um total de 35 voluntários em diferentes delegações locais, realçando, novamente, o alcance nacional, que proporciona, concomitantemente, diferentes oportunidades, áreas de trabalho e projetos para os voluntários acolhidos (ver apêndice III). Pelo sucesso deste projeto CES, foi então submetido e aprovado o ALCG II, que está ainda em curso em 2023, acolhendo voluntários em diferentes delegações da CVP, já pela terceira *call* consecutiva.

Na ótica de organização coordenadora, de acolhimento e de envio, já trabalhou com projetos de solidariedade internacional como parceira de projeto, destacando duas parcerias estratégicas ao longo do tempo, que permitiu à JCV Braga acolher um mínimo de quatro e máximo de oito voluntários anualmente, em Braga, e enviar cerca de dez voluntários em cada *call* (ver apêndice III).

A organização revela, ainda, que os seus *youth workers* estão “extremamente familiarizados com os procedimentos e o pessoal da nossa Agência Nacional”<sup>64</sup> (ver apêndice III), com a qual têm uma relação de trabalho positiva, que facilita o diálogo e a comunicação entre as partes. Também em conformidade com a candidatura à acreditação Erasmus+, na candidatura ao Selo de Qualidade do CES, reitera que apesar da

---

<sup>63</sup> Tradução livre de: “do better and reach further in the promotion of Solidarity among European Young People, develop their skills, and tackle the pressing and important issues within society simultaneously” (ver apêndice III).

<sup>64</sup> Tradução livre de: “extremely familiar with the procedures and staff of our National Agency” (ver apêndice III).

experiência que dispõe, ainda persiste o interesse em prestar atenção a pormenores maiores e menores, de forma a otimizá-los (ver apêndice III).

A JCV de Braga está “integrada no terreno há muitos anos” (Neiva 2022, entrevista), alcançando pessoas de todo o seu concelho mas também pessoas do seu distrito, e na verdade, do país, no caso das oportunidades internacionais. Tem uma intervenção bastante diversa e completa, “intervém em diferentes comunidades e acredita na inclusão de todos os jovens”. Isto faz com que os jovens que acolhe no âmbito do CES tenham “a possibilidade de integrar projetos nos tópicos que os apraz, podem fazer perguntas, cometer erros”. Para além das diferentes oportunidades, também dispõem de um “acompanhamento constante por pessoas que anteriormente estiveram no seu lugar”, já que a equipa encarregue por este acompanhamento muitas vezes já realizou projetos no âmbito do mesmo programa. Segundo Neiva (2022, entrevista), são estes os principais motivos de os projetos serem bem-sucedidos na Juventude de Braga.

A JCV Braga faz uso desta experiência e forte base, adquiridas ao longo dos anos, e dos projetos em que esteve envolvida, e procura estimular outras Delegações da Cruz Vermelha a explorar o potencial de ambos Erasmus+ e CES (Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga 2021b).

## Constrangimentos à execução dos Programa

Existem diferentes desafios na execução dos programas Erasmus+ e CES que “dificultam o desenvolvimento integral e a sua potencialidade” (Lima 2022, entrevista). Uma das barreiras que a JCV Braga enfrenta é o constrangimento do financiamento, já que está dependente dos períodos de submissão e aprovação de candidaturas destes programas europeus, o que faz com que seja complicado de sustentar o modo de ação do projeto pela instabilidade e incerteza adjacente – a nível de recursos humanos, logística e outros recursos como o arrendamento de uma acomodação em Braga para os voluntários do CES que acolhe. No caso do Erasmus+, em 2021 e 2022, um intercâmbio de jovens em Portugal pagaria o valor de 37€ diários por pessoa, montante este que devia abranger alojamento, alimentação e qualquer outro custo à implementação do projeto (com exceção das viagens) (Comissão Europeia 2021a; Comissão Europeia 2022). Esta constitui uma dificuldade sentida não só pela JCV Braga, mas por todas as organizações que trabalhem com estes programas na cidade de Braga e noutras cidades que pratiquem preços mais elevados, por ser um financiamento comum a todos os beneficiários do programa. Segundo Neiva (2022, entrevista),

o problema mais relevante e mais difícil de combater é “a ausência de atualização nos financiamentos nos últimos anos”. “Em toda a Europa, o custo de vida está inegavelmente mais caro” (Neiva 2022, entrevista) e a não atualização dos financiamentos de ambos os programas, apresenta consequências tanto para os participantes, como para os técnicos responsáveis e para as organizações que trabalham com estes programas. No caso do Erasmus+, a falta de atualização dos orçamentos “implica que ou os programas diminuam na sua qualidade ou que as pessoas técnicas despendam muito mais horas na criação de parcerias e articulação com outras entidades, podendo ficar limitadas pela disponibilidade das mesmas” (Neiva 2022, entrevista). No CES, “as dificuldades orçamentais vão um pouco mais além, podendo afetar diretamente quem beneficia dos projetos”, chocando um dos objetivos principais do projeto, a acessibilidade. Esta questão está no cerne dos princípios de ambos os programas, como a inclusão e diversidade, mas ainda se encontra aquém do desejado, quer seja pelo financiamento dos programas não corresponderem às necessidades das organizações e custos de vida locais; quer pela questão das viagens, cujos preços por vezes são superiores ao orçamento alocado ou apenas serem reembolsadas aos participantes em vez de serem pagas *a priori* pelas organizações; ou pela falta de disponibilidade dos jovens participantes em conseguirem despendar vários dias em atividades internacionais, já que implica as pessoas participantes “estarem ausentes da escola/trabalho durante as atividades, que no mínimo duram 5 dias”, no caso do Erasmus+ (Neiva 2022, entrevista). Neiva (2022, entrevista) alerta ainda para o desafio de conseguir envolver participantes com menos oportunidades, “uma vez que usualmente estes não falam uma segunda língua e conseguir gerir as questões dos voos, apesar de os mesmos serem reembolsados, nem sempre é possível as pessoas adiantarem este custo”.

Ainda na linha orçamental, “as instituições contam com poucos recursos técnicos e financeiros e com níveis elevados de *turnover*”, apresentando desafios crescentes para os participantes e deixando também os técnicos responsáveis em situações de maior fragilidade (Neiva 2022, entrevista). Estes, no caso do Erasmus+, “necessitam de desenvolver mais candidaturas, projetos, relatórios, etc.” para conseguir assegurar o seu emprego e, no caso do CES, os coordenadores “vêm-se forçados a recrutar e gerir um maior número de voluntários, o que muitas vezes implica um acompanhamento menos completo dos participantes”, já que a gestão de voluntários “implica tempo e recursos”, para que os objetivos do CES sejam realmente atingidos (Neiva 2022, entrevista). No caso deste programa, a entrevistada considera ainda que esta dificuldade “é um reflexo daquilo que acontece em Portugal na área social” (Neiva 2022, entrevista).

Foi possível perceber que por vezes os jovens não se apercebem das dificuldades sentidas na implementação dos projetos em que participam. Nas entrevistas, os participantes descrevem os processos de recrutamento e de acompanhamento como rápidos e eficientes por parte da JCV Braga, no entanto é percebido, através dos testemunhos das colaboradoras da JCV Braga, que o cumprimento de prazos e celeridade são desafios que enfrentam na implementação de projetos ao abrigo do Erasmus+ e CES.

Com ligação à questão financeira, encontra-se o problema da falta de recursos humanos, já que a JCV Braga tem “muitas oportunidades e pouca capacidade de responder atempadamente às coisas todas e a todas as solicitações” (Lima 2022, entrevista). Adicionalmente, todos estes projetos “exigem muitos participantes, recrutamentos, acompanhamentos, etc.” - “todas as tarefas exigem muito tempo e todo o potencial de crescimento é condicionado pelos recursos e tarefas inerentes” (Lima 2022, entrevista). Outra questão interrelacionada, comum a ambos os programas, são os *timings*, já que é a JCV Braga e as organizações beneficiárias do Erasmus+ e CES que se devem adaptar aos prazos Europeus e não o contrário, o que pode dificultar a ação da organização com as tarefas e obrigações locais. Este desafio interliga-se com a volatilidade do trabalho com estes projetos e o facto de ser “muitas vezes requisitado(s) para participar como parceiros, participantes, ou colaboradores em outros projetos. Às vezes acontecem quase todos nos mesmos prazos” (Lima 2022, entrevista). Esta questão exige uma gestão e organização interna bem preparada para estas tarefas, o que acaba por entrar em conflito com a dificuldade inerente do financiamento que muitas vezes faz com que os técnicos não consigam acompanhar os processos de candidaturas ou até mesmo apenas os processos de execução (após a aprovação dos projetos) do início ao fim. De forma a colmatar este problema, a JCV Braga candidatou-se e foi bem-sucedida, dispondo de uma acreditação a sete anos no seio do Erasmus+ e de um Selo de Qualidade com validade de três anos, ao abrigo do CES (ver apêndice III).

Outros desafios enfrentados são as barreiras linguística e cultural sentidas por participantes do programa que acabam por envolver também a organização, já que esta tem um papel chave na inclusão dos jovens. A JCV Braga, em complementaridade à plataforma OLS do CES, que dispõe do curso de português, concede aos voluntários que acolhe aulas presenciais de língua portuguesa e promove e realiza momentos de partilha intercultural entre jovens locais e os voluntários internacionais, ou mesmo com outros jovens internacionais presentes na cidade de Braga (a realizar experiências de mobilidade no âmbito do Erasmus+

Estudos, CES ou outras). Também os participantes acolhidos em projetos de mobilidade Erasmus+, Calheiros (2022, entrevista) e Kostas (2022, entrevista) referem a língua como um desafio experienciado.

Outros constrangimentos sentidos pelos participantes do Erasmus+ na JCV Braga são o fator “novidade”, marcado por sentimentos de medo e desconforto inicialmente, mas que, segundo os participantes acolhidos entrevistados, acaba por ser ultrapassado e constituir uma aprendizagem no decorrer do projeto. Outro desafio apontado foi o pensamento coletivo, necessário para a criação de algo com valor para o grupo, notado por Catalano (2022, entrevista), um dos participantes do *training* dentro da KA2 *Play With Your Future*, cujo objetivo principal era a criação de um jogo digital para ser utilizado com jovens. Para os participantes enviados em experiências de mobilidade individual do Erasmus+, os seus desafios foram semelhantes, os jovens mencionaram a barreira linguística e cultural, inserirem-se num novo e desconhecido ambiente, principalmente quando é a sua primeira experiência Erasmus+, e sobre sentirem-se cativados pelo facilitador, sentindo que por vezes o conteúdo do projeto fica aquém do potencial da temática que aborda.

Quanto ao CES, dos desafios mencionados pelos voluntários acolhidos na JCV Braga, a língua surge como a maior barreira para estes jovens. Mencionaram também estabelecer-se socialmente no país de acolhimento, pela importância para o seu bem-estar fora das horas de voluntariado; problemas de comunicação com membros das equipas dos diferentes projetos onde se inseriam, fator este condicionado pela pandemia e a incerteza que advinha deste contexto e, por vezes, alguns voluntários sentiam-se perdidos ou não compreendidos. Para Lloyd (2022, entrevista), estar a participar em vários projetos ao mesmo tempo foi também uma dificuldade, sentindo que a sua experiência teria sido mais proveitosa se estivesse inserida em menos projetos e os desenvolvesse com mais regularidade. A variedade de projetos pode ser vista como uma oportunidade mas o equilíbrio é crucial para esta ser vantajosa, equilíbrio este por vezes difícil de encontrar pelos voluntários e gerido pela JCV Braga.

Por sua vez, para os jovens enviados pela JCV Braga para experiências de voluntariado individual de longa duração em organizações parceiras, as principais dificuldades sentidas estão relacionadas com as suas aprendizagens, como a capacidade emocional, competência necessária para enfrentar algumas situações no setor social, a resiliência e a autoconfiança. Outros desafios mencionados foram o choque cultural e as diferenças no clima. Ferreira (2022, entrevista) menciona também o “fator sorte”, já que todas as experiências variam para cada voluntário, mesmo que pertençam ao mesmo projeto, tendo supervisores

ou atividades diferentes. E Freitas (2022, entrevista) sentiu que o programa que lhe foi apresentado na *role description* inicial, não correspondeu às atividades que acabou por desenvolver na organização de acolhimento durante o seu projeto de mobilidade. A opinião dos participantes varia quanto ao acompanhamento da JCV Braga, sentindo que as principais dificuldades foram a pandemia e o facto da coordenação do projeto em Braga ter mudado três vezes ao longo do seu período de mobilidade, dificultando a comunicação regular e a criação de uma relação de confiança entre os voluntários e a JCV Braga (Ferreira 2022, entrevista).

Durante a implementação dos projetos está presente um trabalho constante ao longo do tempo para proporcionar experiências enriquecedoras aos jovens, tanto do ponto de vista pessoal como profissional. Lima (2022, entrevista) considera que “trabalhar com o CES é uma oportunidade para melhorar os nossos serviços e que muitas das vezes não me parece ser bem aproveitada”. A Coordenadora da JCV Braga deixa a reflexão que “a experiência internacional deve ser explorada com um propósito e os voluntários escolhidos têm de se sentir incluídos nesse propósito”, devem estar “onde são efetivamente precisos e devem ser envolvidos para criarem novas respostas, novas soluções, novas formas de fazer/resolver/atuar” (Lima 2022, entrevista). De entre os desafios que surgem neste *youth work* está muito latente a gestão de conflitos, tema especialmente importante nos projetos de CES de longa duração, já que os jovens normalmente vivem e fazem o seu trabalho voluntário juntos. Para isso, a JCV Braga investe em atividades de *team-building* e na comunicação clara e não-violenta.

Um aspeto visível na análise destas entrevistas é o facto da coordenação do JCV *in Action* e da JCV Braga terem mudado durante as experiências de mobilidade de alguns destes jovens auscultados. Do lado da JCV Braga, percebemos que existe a dificuldade que resulta do modelo de financiamento destes programas e do facto do projeto JCV *in Action* depender, em grande medida, destes fundos Europeus, o que se reflete na instabilidade do projeto de educação para o desenvolvimento e cooperação internacional da valência, também no que respeita os recursos humanos. Este desafio foi particularmente sentido pelos voluntários de CES individual de longa duração enviados pela JCV Braga, em relação aos voluntários acolhidos na mesma tipologia de projeto. Pressupõe-se que isto se deve ao facto de o contacto ser mais próximo entre a organização e os voluntários acolhidos do que aqueles que são acompanhados no estrangeiro, pela proximidade física e diária que existe no caso do primeiro grupo. Já os jovens enviados

acabam por ter um acompanhamento mais espaçado e com base no *online*, pelo que a criação de uma relação mais estreita é dificultada, principalmente quando há mudanças nos elementos das equipas técnicas.

Em jeito de conclusão, Neiva (2022, entrevista) declara “as vantagens de ter projetos internacionais são imensas e, de facto, ultrapassam as dificuldades que podemos enfrentar”. Quanto aos participantes, todas as experiências são diferentes e as perceções individuais também. No entanto, todos os participantes entrevistados fizeram um balanço positivo da sua experiência, tendo sido confrontados com mais ou menos desafios durante a mesma.

## Contributos dos Programas na JCV Braga e na comunidade local

As repercussões destes programas na organização e na comunidade local são diversas. Estes programas contribuem para a “sustentabilidade da valência”, uma vez que “tentamos fazer uma gestão equilibrada para podermos ser sustentáveis e colaborar nos diferentes projetos e nas respostas disponíveis” (Lima 2022, entrevista). No âmbito do voluntariado local de longa duração do CES, este contribui para uma maior sustentabilidade da JCV Braga, já que este financiamento permite que jovens permaneçam, normalmente, entre 5 a 12 meses na organização. Este trabalho proporciona não só sustentabilidade financeira à valência, mas também aos diferentes projetos da JCV Braga onde os jovens fazem as suas atividades de voluntariado diariamente. Inicialmente, a JCV Braga começou por trabalhar e implementar estes programas para “acrescentar valor humano à organização”, principalmente no que se refere a acolher voluntários internacionais, mas manteve-se neste campo pelo “potencial de crescimento” e pelo facto do departamento conseguir “rentabilizar recursos humanos”, conseguindo ter um colaborador a tempo inteiro focado nesta área (Lima 2022, entrevista). A atual coordenadora da JCV Braga demonstra ainda o desejo de quererem crescer mais e talvez aumentar a equipa no projeto JCV *in Action* com o objetivo de “podermos ser mais fortes e ajudar a comunidade de Braga a ter acesso” a estas oportunidades.

O CES tem, desta forma, efeitos positivos na cidade de Braga, principalmente nos beneficiários da JCV Braga e também nos demais beneficiários da CVP Braga, através dos projetos já existentes na organização, e ainda na criação de novos projetos pelos próprios jovens. Este trabalho voluntário é feito, em grande medida, em contacto direto com os beneficiários da organização e com a comunidade local, o que faz com que esta população tenha mais contacto com esta realidade internacional e com as oportunidades

de mobilidade e cooperação existentes, ao nível da UE. A nível local, os projetos permitem à população de Braga, em particular populações mais vulneráveis, “ter contacto com diferentes realidades e experiências de diferentes países, maioritariamente na UE” (Neiva 2022, entrevista). Contextualizando a realidade local, Lima (2022, entrevista) salienta “Braga é uma cidade muito grande com muita densidade populacional juvenil devido ao facto de termos diferentes universidades e uma grande comunidade de migrantes”. No caso dos beneficiários do CES, em comparação com os projetos de Juventude do Erasmus+ que a JCV implementa, os voluntários passam mais tempo na CVP e em Portugal, pelo que “o seu impacto é muitas vezes sentido mesmo depois de voltarem aos seus países de origem” (Neiva 2022, entrevista). Para além do apoio a nível de recursos que eles representam, “existem atividades que atualmente são desenvolvidas porque os voluntários internacionais as idealizaram” e, muitas vezes, “estes projetos são o motor para mudanças na comunidade” (Neiva 2022, entrevista).

O voluntariado de longa duração também acrescenta valor à equipa local da JCV Braga. São recursos humanos valiosos e, apesar de aprenderem muito com a sua experiência, também ensinam aos demais que os rodeiam e trabalham com eles. Eles permitem à organização ter um “ambiente multicultural e diverso” (Lima 2022, entrevista), trazendo diferentes conhecimentos, realidades, experiências, ideias, opiniões, perspetivas e abordagens, fazendo com que a organização e outros jovens reflitam, questionem e equacionem estes fatores internacionais, havendo a oportunidade de os integrar ao nível local. Esta “bagagem” internacional faz com que, segundo Lima (2022, entrevista), haja uma “inspiração” organizacional. “Aprendemos e crescemos uns com os outros”, criando uma “relação muito simbiótica e muito vantajosa” (Neiva 2022, entrevista), quando há interesse e disponibilidade de ambos os lados. Os voluntários que se envolvem em experiências internacionais, “trazem um olhar mais crítico ao quotidiano cidadão. São mais reativos e sonhadores. Trazem ideias que não querem ver guardadas. Trazem um espírito aventureiro e novas perspetivas para o futuro. Estamos a criar uma pequena comunidade mais consciente, preocupada e capaz de resolver os problemas” (Lima 2022, entrevista).

Quando questionados sobre o CES, os voluntários acolhidos pela JCV Braga referiram o seu desenvolvimento pessoal, como Bella (2022, entrevista), que revela que este tipo de experiência pode ser valiosa para o desenvolvimento pessoal de qualquer pessoa, e também o desenvolvimento profissional já que, para Lloyd (2022, entrevista), “esta experiência ajudou-me a perceber o caminho profissional que quero

seguir e fez-me sair da minha zona de conforto, o que contribuiu para aumentar a minha confiança”<sup>65</sup>. Kuszak (2022, entrevista) recomenda esta experiência de mobilidade internacional a qualquer jovem que procure “uma experiência incrível de mudança de vida no estrangeiro”<sup>66</sup>. Bella (2022, entrevista) menciona também o compromisso que é juntar-se e participar neste tipo de atividade, sendo o compromisso e o empenho algumas das competências que a JCV Braga tenta desenvolver junto dos jovens que se voluntariam na valência, tanto locais como internacionais.

De entre as aprendizagens dos voluntários, sobressaíram nos seus testemunhos competências relacionadas com o trabalho com pessoas vulneráveis e grupos culturais diferentes, competências interpessoais, sociais e profissionais. Também a aprendizagem de novas línguas, o conhecimento de novas culturas e consciência cultural e oportunidades de viajar, conhecer novas pessoas e fazer amigos e, segundo Kuszak (2022, entrevista), “acordar a (minha) curiosidade”<sup>67</sup>. Os voluntários também aprenderam mais sobre si próprios, os seus gostos, as suas capacidades e o que não se encaixa no seu perfil. Aprenderam igualmente a ser voluntários e, pelas palavras de Bella (2022, entrevista), “se quiseres ter um impacto positivo, deves esperar pelo momento certo e não tentar ajudar toda a gente só para te sentires útil”<sup>68</sup>. O voluntário sente que este processo de evolução inesperado só é possível quando se tem confiança na organização de acolhimento.

Terminada a experiência de mobilidade, Lloyd (2022, entrevista) conta ter posto em prática o conhecimento que adquiriu na CVP Braga, através de um trabalho de investigação universitário sobre a comunidade cigana, sendo o projeto “Geração Tecla” da JCV Braga, onde esteve integrada, desenvolvido com crianças e jovens da comunidade cigana do Bairro Social de Santa Tecla. Kuszak (2022, entrevista) faz um balanço positivo, afirmando que a recompensa e as vantagens são maiores do que as desvantagens, refletindo sobre o seu crescimento como pessoa, desenvolvimento de competências de comunicação, assertividade e competências relacionadas com a ação social.

É de ressaltar que os beneficiários entrevistados não poderiam realizar uma outra experiência da mesma tipologia, quer seja com a JCV Braga ou outra entidade creditada, já que todos participaram em

---

<sup>65</sup> Tradução livre de: “this experience helped me realise the career path I want to take and pushed me out of my comfort zone which has contributed to an increase in confidence” (Lloyd 2022, entrevista).

<sup>66</sup> Tradução livre de: “an incredible life changing experience abroad (Kuszak 2022, entrevista).

<sup>67</sup> Tradução livre de: “to awake my curiousness” (Kuszak 2022, entrevista).

<sup>68</sup> Tradução livre de: “if you want to make a positive impact, you should wait until the moment is right and not try to help everyone just so you can feel useful” (Bella 2022, entrevista).

projetos de voluntariado individual de longa duração, e esses projetos apenas podem ser desenvolvidos uma vez. De lembrar que esta é a tipologia que a JCV Braga trabalha maioritariamente, dentro do programa CES. No entanto, Clark (2022, entrevista) recomendaria esta oportunidade a outros jovens e Lloyd (2022, entrevista) explica-nos que a nova cultura, conhecimento sobre problemáticas sociais em primeira-mão e o facto de ter colaborado com pessoas apaixonadas e conhecedoras daquilo com que trabalham, fizeram da sua experiência, uma de pura aprendizagem. De destacar o testemunho de Kuszak (2022, entrevista):

É um ano de mudanças e crescimento pessoal, de aprendizagem de novas coisas, competências, pessoas e lugares. Abre a mente, alarga os horizontes. Descobrimos como ser voluntários, como sair da nossa zona de conforto, tornamo-nos independentes. Cai-se e levanta-se, viaja-se, ri-se e por vezes chora-se. Longe de casa, sim, mas é isso que torna esta viagem extraordinária<sup>69</sup>.

Os entrevistados enviados em projetos de voluntariado pela JCV Braga para outras Sociedades Nacionais da CVCV partilham também a sua opinião sobre estes projetos de mobilidade internacional. Para além do fator “voluntariado” que pode ser feito a diferentes níveis, eles explicam o valor acrescentado desta experiência internacional. Azevedo (2022, entrevista) e Nechaeva (2022, entrevista) falam de uma aprendizagem pessoal e profissional. Para Vale (2022, entrevista), esta é uma “oportunidade única para jovens poderem expandir os seus horizontes e desenvolver competências”. Nechaeva (2022, entrevista) elenca também a autonomia, o sair da zona de conforto e conhecer várias culturas, o que a fez compreender melhor o mundo. Também Azevedo (2022, entrevista) destaca o valor cultural, aferindo que os jovens ganham mais riqueza cultural nestas experiências. Para Azevedo (2022, entrevista) e Ferreira (2022, entrevista) esta experiência de mobilidade superou mesmo as suas expectativas. E para Melo (2022, entrevista) foi uma experiência única e “sem dúvida foi uma das experiências mais desafiadoras, empolgantes e maravilhosas da minha vida”.

Uma das especificidades do programa CES, relativamente a outros programas de voluntariado é o seu financiamento, suportado pela UE que, segundo Azevedo (2022, entrevista), é um dos aspetos principais que o distingue dos demais: “Isto é uma forma excelente de colmatar a diferença de oportunidades daqueles jovens com mais ou menos posses, colocando todos no mesmo patamar e oferecendo a jovens com menos possibilidades a oportunidade de participar num projeto internacional que de outra forma não poderiam participar”, tendo este fator condicionado a participação da própria entrevistada. Outros jovens destacaram

---

<sup>69</sup> Tradução livre de: “It is a year of personal changes and growth, learning new things, skills, people and places. It opens your mind, broadens horizons. You discover yourself how to be a volunteer, how to be out of your comfort zone, you become independent. You crash and you stand up, you travel, laugh and cry sometimes. Far away from home, yes, but that is what makes this journey extraordinary” (Kuszak 2022, entrevista).

outros fatores fundamentais na sua experiência, que caracterizam o CES. Ferreira (2022, entrevista) sentiu que a sua presença fez a diferença, tendo contacto direto com beneficiários, sente que aprendeu não só sobre o projeto onde esteve inserida, mas também “sobre o setor, o país e a própria Cruz Vermelha”. Para esta voluntária foi também relevante a possibilidade de ter um projeto pessoal (*element project*), pela oportunidade de conhecer outra vertente do trabalho da British Red Cross (organização onde foi acolhida) e diversificar as suas tarefas. Para Melo (2022, entrevista) “sentimentos como empatia, gentileza, acolhimento e responsabilidade social” tornaram-se parte integral da sua experiência.

De entre as aprendizagens destes jovens, destaca-se a comunicação em língua estrangeira, a cultura e outras competências pessoais e profissionais, como a responsabilidade e organização, a independência e autonomia, a adaptação e resiliência e a confiança e inteligência emocional. Os entrevistados referiram o desenvolvimento das suas competências linguísticas, com destaque para o inglês e, as diferenças culturais ajudaram, segundo Azevedo (2022, entrevista), a compreender em maior medida outras culturas e as suas visões o que “abriu também mais a minha mente a novas ideias e novos pontos de vista”, quebrando estereótipos. Também foram mencionadas as competências de liderança e disciplina e o conhecimento e experiência que advêm de trabalhar numa organização global como a Cruz Vermelha.

Quando inquiridos sobre se repetiriam uma experiência internacional através da JCV Braga, os jovens responderam que sim, se tivessem essa oportunidade, frisando o apoio e acompanhamento que receberam, destacando os testemunhos “a JCV de Braga apoiou-me bastante durante todo o meu processo de recrutamento” (Vale 2022, entrevista), e “sei que durante todo o processo vou ter (teria) um bom suporte e acompanhamento da JCV Braga” (Nechaeva 2022, entrevista). Também mencionaram a equipa da JCV Braga, “a equipa parece-me bastante competente e eficaz” e “(...) é organizada” (Azevedo 2022, entrevista) e “senti que a coordenação do projeto foi bastante atenciosa e profissional” (Vale 2022, entrevista). Freitas (2022, entrevista) afirma que recomenda esta experiência a outros jovens: “é muito bom para crescermos, principalmente nestas idades, e dá-nos oportunidade de conhecer outro país e outra cultura de forma muito mais real e intensa do que uma simples viagem”. De notar que, à semelhança dos jovens acolhidos pela JCV Braga numa experiência de CES, também não seria possível os jovens enviados pela organização de realizar outra experiência da mesma tipologia, quer seja através da JCV Braga ou outra entidade, já que os entrevistados fizeram todos projetos de voluntariado individual de longa duração.

O efeito do Erasmus+ é, também, diverso dependendo da tipologia de projeto em questão. No caso da mobilidade de indivíduos, as atividades de intercâmbios de jovens contribuem mais para a interculturalidade e de conhecimentos entre povos e os cursos de formação têm um papel mais visível na troca de conhecimento e *know-how* entre organizações e países, através da partilha entre os indivíduos que participam nestas atividades. Ambos têm um efeito aparentemente mais diminuto que projetos de maior duração, por esta partilha ser mais curta ao longo do tempo, no entanto os seus resultados podem ser, quando bem aproveitados pela organização, muito mais duradouros do que apenas no período de mobilidade. A nível da comunidade local, estes são expostos a contactos internacionais, temáticas diversas e a atividades de educação não-formal que, apesar de difíceis de quantificar, têm efeitos visíveis durante as atividades de mobilidade internacional na cidade de Braga. Para Kostas (2022, entrevista), um dos participantes de uma mobilidade Erasmus+ em Braga, organizada pela JCV Braga, a maior aprendizagem no seu projeto foi sobre o tema e as sessões do programa (o intercâmbio de jovens *Embrace Your Abilities*), que o ajudaram a desenvolver competências que refere estarem “escondidas” até então. Para além do tema do projeto, Kaktiņš (2022, entrevista) declara que esta experiência o ajudou a compreender e a ouvir muito mais os outros e sente que adquiriu uma perspetiva diferente em diversos tópicos da vida. Catalano (2022, entrevista) aponta que as principais competências adquiridas nestas experiências de mobilidade internacional são a comunicação e a cooperação, visíveis quando os participantes expressam as suas ideias, visões, perspetivas e críticas numa língua estrangeira. Outras aprendizagens relacionam-se com a comunicação em inglês, a interculturalidade, sendo que “(...) é sempre possível relacionarmo-nos, comunicarmos e vivermos com pessoas de culturas e perspetivas diferentes e penso que o simples facto de falarmos extensivamente com pessoas de outros países pode ensinar-nos muitas coisas sobre as perceções e as nuances culturais das pessoas”<sup>70</sup>. Calheiros (2022, entrevista) assinala ainda a gestão de um financiamento que os participantes devem contemplar no planeamento das suas viagens de ida e volta para o local da atividade de mobilidade. Estes indivíduos respondem de forma positiva relativamente a integramentos novos projetos internacionais da JCV Braga. Isto deve-se à organização, disponibilidade e celeridade dos elementos bracarenses. Também descreveram esta equipa como sendo acolhedora, recetiva, cuidadosa e criativa. Para Canova (2022, entrevista), foi importante a capacidade de ouvir e perceber problemáticas da equipa JCV Braga. Segundo Kaktiņš (2022, entrevista), todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de

---

<sup>70</sup> Tradução livre de: “(...) you can always relate, communicate and live with people from different cultures and perspectives and I think that just the fact of talking extensively with people from other countries can teach you a lot of things about the insights and cultural nuances of the people” (Catalano 2022, entrevista).

participar num projeto como aquele em que ele participou, afirmando ser uma das melhores formas de encontrar inspiração. Deixamos o seu testemunho: “com estes projetos também vem muito trabalho, mas no final do dia, projetos como estes são coisas que me fazem viver com entusiasmo; novos amigos, culturas, experiências e, mais importante, conhecimento”<sup>71</sup>.

Os jovens que a JCV Braga enviou em experiências de mobilidade individuais (KA1) revelam-nos aquilo que levam consigo desta mobilidade e como a aprendizagem pode ser divertida. Consideram estas ótimas oportunidades para conhecer outras culturas, comunidades e realidades europeias, novas opiniões, novas línguas e gastronomia, aumentando a sua consciência e reflexão sobre a diversidade. “Percebi que a realidade portuguesa não é a realidade do mundo (embora semelhante em alguns aspetos) e ganhei também uma nova consciência para os problemas sociais existentes” (Bernardo 2022, entrevista). Também Bernardo (2022, entrevista) menciona a criação de relações internacionais que podem resultar em novas amizades e novos projetos que possam acrescentar valor aos participantes. Aprenderam sobre ambientes interculturais e como se relacionar neles, a trabalhar em equipa, a desenvolver o pensamento crítico, através de diálogos e debates, a melhorar as suas competências linguísticas e de comunicação, e comunicação em língua estrangeira e desenvolveram *soft skills*, ao mesmo tempo que aprofundaram conhecimentos sobre tópicos atuais e pertinentes. Competências estas que Antunes (2022, entrevista) considera serem úteis como pessoa mas também muito valorizadas no mundo do trabalho. Quando questionados se repetiriam uma nova experiência de mobilidade através da JCV Braga, os jovens responderam que sim e explicaram o porquê. Fatores relevantes para estes jovens são a organização, competência e solicitude das pessoas envolvidas neste projeto, que os fazem acreditar que voltariam a usufruir de uma nova experiência tão positiva no futuro com a JCV Braga. Também são elementos importantes, o crescimento pessoal e como cidadãos, a aprendizagem e desenvolvimento de novas competências e temáticas, bem como a disseminação do conhecimento adquirido nas suas comunidades, finda a experiência de mobilidade. Para Garrido (2022, entrevista), esta também foi uma oportunidade para viajar, aprendendo mais sobre os países que a rodeiam e a comunidade internacional, simultaneamente.

Quanto aos projetos de ação-chave 2 (KA2), estes projetos de cooperação entre organizações têm efeitos maiores para a organização e para a sociedade (e as demais organizações e populações abrangidas

---

<sup>71</sup> Tradução livre de: “with these projects also comes a lot of work, but at the end of the day, projects like these are things that I am excited to live for, new friends, cultures, experiences, and most importantly – knowledge” (Kaktiņš 2022, entrevista).

pelos parceiros), uma vez que pressupõem um *output* que é esperado que tenha valor e utilidade para a ação das organizações e para a prática de *youth work*. Estes projetos decorrem num maior espaço temporal, dispõem de mais financiamento e são em mais larga escala, pelo que aumentam a possibilidade de terem também um maior e mais mensurável impacto.

Em ambos os programas, os jovens que são incluídos nos seus projetos alimentam e beneficiam mutuamente a marca CVP e o Movimento Internacional da CVCV, apesar de esta ligação ser mais visível em projetos de longa duração, pelo maior e mais direto contacto com a realidade organizacional.

## Conclusão

Este Relatório de Estágio permite responder à pergunta de investigação: Como são executados os programas de mobilidade e cooperação internacional da UE a nível da Juventude Cruz Vermelha de Braga?

A JCV Braga é uma das organizações que executa os programas Erasmus+ e CES a nível local. A instituição implementa estes programas desde 2009 principalmente com jovens do concelho de Braga, com foco naqueles com menos oportunidades. Fá-lo através do projeto JCV *in Action* que atua na área “Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional”, uma das seis áreas prioritárias da Juventude Cruz Vermelha Portuguesa. Este projeto desenvolve o seu trabalho no âmbito do Erasmus+ e CES, nomeadamente no acolhimento e envio de jovens em experiências de mobilidade e de voluntariado, através de *youth workers* e voluntários.

Esta lógica obedece ao caráter de GMN destes programas Europeus, que são definidos e geridos, ao nível europeu, através da Comissão Europeia, que são por sua vez geridos, ao nível nacional, pelas Agências Nacionais e que são, finalmente, geridos e executados, a nível local, pelas entidades locais, neste caso pela JCV Braga. O caráter de GMN do Erasmus+ e do CES, aliado a uma abordagem de europeização *top-down*, permite uma colaboração descentralizada para a implementação dos programas, garantindo que as políticas e recursos sejam adaptados às necessidades locais e regionais, ao mesmo tempo que mantêm uma abordagem europeia coordenada e coerente. Estando no nível de execução direta com o público-alvo, a JCV Braga faz parte desta vasta rede de *governance*, tendo relações e interagindo ativamente com diferentes níveis e entidades, de diversos tipos e com motivações distintas, passando pelos seus parceiros locais e entidades que colaboram na execução dos projetos localmente, às Agências Nacionais, nomeadamente a AN Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade e, por vezes, a Comissão Europeia. Faz, desta forma, a ponte entre a política e a sua aplicação prática, neste caso da *policy* de Juventude e dos *decision makers* com a juventude local. Neste nível, assegura que os mecanismos e os programas da UE, como o Erasmus+ e o CES, correspondem não só às necessidades locais, mas também aos jovens que envolvem, fornecendo-lhes apoio individualizado neste processo de aprendizagem e empoderamento. Pelo trabalho que desenvolve nesta área, a JCV Braga está igualmente a desempenhar um papel relevante na promoção do *youth work* e da educação não-formal, aliando-se às estratégias da UE como a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 e a Agenda Europeia para o *Youth Work*.

Um dos principais constrangimentos na execução destes programas é o financiamento e a dependência que o projeto JCV *in Action* tem destes fundos da UE. Esta problemática leva a outros desafios na gestão de tempo e de recursos da JCV Braga, que acabam por afetar a celeridade e qualidade na execução de projetos no âmbito do Erasmus+ e CES. Por outro lado, algumas das qualidades que caracterizam a JCV Braga neste papel de beneficiário e coordenador de projetos europeus são a sua vasta experiência e *know-how*, adquiridos através de anos a trabalhar com ambos os programas e de aposta na capacitação da sua equipa; a sua certificação e visão estratégica refletida nas suas candidaturas aprovadas no âmbitos de ambos os programas; bem como o facto dos seus objetivos se aliarem aos objetivos, metas e programas da UE, o que faz com que a adaptação a estes métodos e ferramentas de europeização seja mais simples.

Quantos aos contributos da execução dos programas de mobilidade e cooperação, estes permitem uma maior sustentabilidade, inovação e enriquecimento do trabalho organizacional, contribuindo para uma ação reforçada e de qualidade na execução da sua missão interna. Ao mesmo tempo, ao disponibilizar estas oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento de competências e interculturalidade, a jovens nacionais e não-nacionais, a organização está a contribuir para uma sociedade mais consciente e ativa, apoiando o cumprimento de objetivos, estratégias e metas não só Europeias, mas também nacionais e locais. Ou seja, o Erasmus+ e o CES ajudam as organizações de juventude a fazer um *youth work* de qualidade, mas o facto destas entidades implementarem estes programas faz com que as oportunidades de fundos europeus alcancem mais jovens. Existe, assim, uma forte relação de complementaridade em que as organizações de juventude e os programas europeus se apoiam mutuamente para atingir os seus objetivos de promover o envolvimento dos jovens, o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos mesmos, e a construção de comunidades mais fortes.

## **Implicações**

Esta investigação tem diversas implicações. Do ponto de vista teórico, foi possível aplicar a GMN no estudo da execução dos programas Erasmus+ e CES da União Europeia. Já estava comprovada a versatilidade da GMN, através de variados estudos sobre a sua aplicação em diferentes áreas dentro da UE, no entanto, a sua desafiante aplicação foi presentemente testada nesta área da implementação dos

programas Erasmus+ e CES, vertente da juventude. Também foi utilizada a europeização, na dimensão *top-down* na análise deste estudo de caso, de uma entidade local, neste caso a CVP – Braga, para uma melhor compreensão do papel dos atores locais na execução de programas da UE e, conseqüentemente, das suas estratégias, agendas e objetivos. Esta aplicação teórico-conceptual foi bem-sucedida, uma vez que foram atingidos os objetivos inicialmente propostos neste Relatório.

Do ponto de vista político, foi possível agregar diferentes estratégias, objetivos e acordos na área da juventude e do *youth work* nesta investigação. Ao nível da UE, estas incluem a Estratégia da UE para a Juventude e os 11 Objetivos para a Juventude Europeia e as seis prioridades da Comissão Europeia para o período de 2019-2024, que abrangem, entre outras, o Acordo Verde Europeu, bem como a Agenda Europeia para o *Youth Work*. A nível nacional, envolve a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, e a nível organizacional, a Estratégia de Participação Juvenil (EPJ) da JCV e a Estratégia 2030 da FICV. Todas elas se relacionam entre si e têm relevância para a execução local dos programas Erasmus+ e CES na JCV Braga.

Por fim, não existe nenhum trabalho científico que incida sobre esta problemática especificamente, na presente organização e que tenha realizado entrevistas aos dois grupos antes referidos. Este relatório possui, desta forma, um caráter inovador, uma vez que contribui para esta área de investigação através de um caso pertinente e ainda não estudado.

## **Limitações**

Uma das limitações desta investigação foi o *learn by doing*. Muita da informação sobre a implementação local dos programas Erasmus+ e CES foi alcançada no decorrer da experiência a trabalhar com os mesmos, através do estágio na JCV Braga, o que dificulta a existência de uma base sólida de conhecimento e *know-how* para os beneficiários dos programas. Esta é relevante já que para a prática ser bem-sucedida, esta deve estar intimamente ligada com a teoria, tanto do ponto de vista do *youth work*, como da Governança Multinível e da europeização.

Outra limitação que se interliga com a anterior é o facto de o *know-how* prático muitas vezes ficar nas pessoas, neste caso *youth workers*, ao invés da organização. Este é um problema que é exacerbado

pelas características de trabalhar com base em fundos europeus e na área social e humanitária, já que por vezes se perde conhecimento e estabilidade na implementação de projetos em organizações que trabalham com jovens.

Adicionalmente, a presente investigação é um estudo de caso, o que apresenta algumas consequências como, por exemplo, o facto de que os resultados e conclusões da mesma não serem facilmente generalizáveis. Apesar de diversas entidades gerirem e executarem estes programas, todas o fazem de forma diferente, pelo que este não reflete a realidade de todas as organizações juvenis que trabalham com os programas Erasmus+ e CES, mesmo dentro do Movimento CVCV. Este Relatório também assume alguma circunscrição pelo facto da análise da problemática ter sido feita através de uma abordagem de europeização *top-down*, não considerando as dimensões *bottom-up* ou *crossloading*.

Finalmente, de referir a limitação decorrente do facto de a investigadora ter passado, durante o período de estágio na organização, a desempenhar um maior papel na execução de projetos Erasmus+ e CES, sendo a principal gestora dos mesmos na JCV Braga que, por sua vez, exigiu um esforço adicional para garantir a imparcialidade da análise.

## **Recomendações**

No seguimento desta investigação e da experiência de Estágio na organização CVP Braga, mais especificamente na área da Juventude e no projeto JCV in Action, servem as seguintes recomendações para a execução dos programas Erasmus+ e CES:

1. Investir na área da cooperação internacional e educação para o desenvolvimento, já que, não só tem retorno, como também contribui para a sustentabilidade e estabilidade da valência da Juventude da CVP Braga, se bem aproveitada e trabalhada. Este investimento inclui um trabalho interno conjunto entre a Delegação, a valência e os colaboradores da organização, já que a estratégia do JCV *in Action* deve ser definida de forma coordenada e colaborativa.
2. Para a verdadeira sustentabilidade do projeto JCV *in Action*, deveria existir uma diversificação de fontes de financiamento na implementação de projetos e atividades de mobilidade e cooperação internacional. Estas fontes poderiam ser complementares aos projetos que a organização já executa

(desde que não haja duplo financiamento). Por exemplo, o projeto Erasmus+ “*Empowerment and participation of young people with the least opportunities in international solidarity*” (parceria de pequena escala) no qual a CVP Braga foi parceira, faz parte de um projeto maior da organização coordenadora e complementou-o na concretização dos seus objetivos.

3. Neste seguimento, seria positivo criar novos projetos para continuação do trabalho já iniciado noutras iniciativas de forma a garantir que o trabalho iniciado e financiado anteriormente, não estagna. Se forem realizadas novas candidaturas (ou até projetos que não necessitem de financiamento) contribuir-se-á para o aproveitamento de recursos, conhecimento e *know-how* organizacional, apoiando igualmente a sustentabilidade da valência. Em termos práticos, poderia, por exemplo, ser criado um projeto *follow-up* de um *serious game* criado pela JCVP em financiamentos anteriores e no qual se formaram técnicos e voluntários para a sua implementação, sendo uma forma de voltar a usar a ferramenta desenvolvida.
4. Aproveitar o *know-how* organizacional e dos recursos humanos nas áreas humanitária e social. A JCV Braga trabalha diretamente com a comunidade cigana, atua na prevenção de adições junto aos jovens, na consciencialização para temáticas de género e da comunidade LGBTQIA+, dispõe de uma loja social, entre outras áreas. Este conhecimento teórico e prático deve ser aproveitado na escolha de temáticas e no desenvolvimento de candidaturas ao Erasmus+ e CES, ajudando à sua aprovação e, simultaneamente, melhorando a ação destes projetos, através de novos financiamentos e de renovadas abordagens em maior escala a estes temas.
5. Criar ou fomentar mais recursos de suporte aos projetos a executar. Estes recursos são principalmente relevantes no caso do CES, seja como organização de acolhimento ou envio dos voluntários, já que em experiências de longa duração (2 a 12 meses) é necessário fornecer uma boa e consistente rede de suporte aos voluntários, nomeadamente através de mais recursos humanos focados nos mesmos jovens e projetos.
6. Ter atenção à estabilidade dos projetos quando há mudanças ao nível dos recursos humanos (quer sejam voluntários ou assalariados). Apesar de ser positiva a entrada de novas pessoas e ideias na equipa colaboradora, é importante que se mantenha a estabilidade e a consistência na atividade, sem ruturas ou fases abruptas durante os projetos, particularmente no acompanhamento de voluntários de longa duração ao abrigo do CES, questão que alguns jovens beneficiários

entrevistados mencionaram como um fator que impactou negativamente a sua experiência de mobilidade.

7. Apostar na consolidação de um bom projeto de cooperação internacional e de educação para o desenvolvimento. Tornar o JCV *in Action* num projeto que marca positivamente a CVP Braga, elevando-o a um projeto de destaque no CES e Erasmus+, nomeadamente a nível local e a nível da rede CVP. Este tópico interliga-se com a criação de uma forte *network*, ao mesmo tempo que se assume como uma referência para os jovens, aumentando o alcance do projeto.
8. Fomentar a ligação e parcerias com entidades locais. Esta recomendação é importante para ambos Erasmus+ e CES e, apesar da *network* da CVP Braga ser forte e diversificada, na área da Juventude e, em concreto, da cooperação internacional, esta poderia ser fortalecida e mais estratégica para o aproveitamento daquilo que o concelho de Braga, através de entidades quer públicas quer privadas, tem para oferecer na execução de projetos que impactam diretamente a comunidade local.
9. Por outro lado, salienta-se a importância de fomentar a ligação e a rede de parceiros estrangeiros com organizações na área da cooperação internacional. Esta consolidação deve ser contínua, procurando parcerias de qualidade e que tragam valor acrescentado à ação da CVP Braga, na persecução de parcerias estratégicas, do ponto de vista de diversificação geográfica e de sustentabilidade ao longo do tempo.
10. Tirar partido da rede em que o JCV *in Action* se insere, de forma a melhorar a ação do projeto e aumentar o seu alcance. Pela particularidade de ser a maior rede humanitária do mundo, o Movimento Internacional CVCV confere oportunidades às Sociedades Nacionais, mas também a projetos locais de ampliarem o seu alcance, nomeadamente pela disseminação de ideias e de boas práticas locais além da sua comunidade. Também a nível nacional, a JCV Braga tornou-se numa Área Local de Juventude (ALJ) com relevância em Portugal e o JCV *in Action* tem vindo a mentorar e a fomentar a aposta de outras ALJ nos programas Erasmus+ e CES. No nível local, a JCV Braga pertence ao Conselho Municipal de Juventude de Braga, tendo um contacto privilegiado com as associações juvenis do Município.
11. Investir num banco de informações melhor, mais prático e *user-friendly* (como uma *drive* ou *cloud*) para facilitar a execução dos projetos internacionais, de forma a aproveitar projetos e conhecimento anterior, já que muita informação (boas práticas e lições aprendidas) pode ser adaptada e replicada.

Esta recomendação também pode ser útil para combater os efeitos negativos de mudanças na equipa, onde se acaba por perder *know-how* na organização.

## **Linhas de investigação futura**

De forma a colmatar o *gap* bibliográfico ainda existente, é importante que se investigue mais sobre a vertente da juventude (bem como as restantes vertentes dos programas), e não apenas a do Ensino Superior no Erasmus+. Os estudos da RAY Network e os estudos publicados diretamente através da União Europeia sobre esta área são um bom ponto de partida para esta melhoria na investigação.

É também importante que a investigação abranja os mais recentes programas e que esses estudos sejam mais periódicos. Isto seria positivo do ponto de vista académico, mas também, e consequentemente, para as organizações e outras entidades nos diferentes níveis que gerem e executam projetos no âmbito destes programas. Também seriam relevantes para os seus beneficiários finais, os jovens, que poderiam aceder a mais informação atual e fidedigna que os fizesse compreender melhor e numa maior dimensão os programas europeus, bem como os objetivos e metas subjacentes aos mesmos.

Uma pista de investigação será, no seguimento da limitação da falta de abordagens *bottom-up* ou *crossloading*, no âmbito da europeização, apostar nestas vertentes, considerando-se este tópico como de interesse ao desenvolvimento futuro desta área de investigação.

Por fim, fica aberto o caminho a uma futura investigação sobre estes programas da UE executados por outras ONG, nomeadamente outras Sociedades Nacionais da CVCV e correspondentes Estruturas Locais, bem como a pertinência de se estudar comparativamente a execução dos mesmos programas nas diferentes vertentes do Movimento que trabalham na área da Juventude através destes financiamentos da União Europeia.

## Bibliografia

### Fontes primárias

- Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade. s.d.a. “As Agências”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.erasmusmais.eu/agencias>.
- Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade. s.d.b. “Rede Eurodesk Portugal”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.juventude.pt/pt/pages/eurodesk>.
- Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade. 2022. “Braga acolhe iniciativa AGORA EU nos dias 28 e 29 de novembro” <https://www.juventude.pt/pt/news/braga-acolhe-iniciativa-agora-eu-nos-dias-28-e-29-de-novembro>.
- Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade. s.d.a. “Erasmus+ 2021-2027”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.juventude.pt/pt/pages/e-21-27>.
- Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade. s.d.b. “Parceiros”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.juventude.pt/pt/pages/parceiros>.
- BCSD Portugal. s.d. “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://bcsdportugal.org/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.
- Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas. s.d. “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.
- CIDAC. s.d.. “Educação para o Desenvolvimento (ED). Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/educacao-para-o-desenvolvimento-ed/>.
- Comissão Europeia. 2016. “Erasmus+ Guia do Programa”. Versão 2.
- Comissão Europeia. 2020. “Guia do Corpo Europeu de Solidariedade”.
- Comissão Europeia. 2021a. “Erasmus+ Guia do Programa”. Versão 3.
- Comissão Europeia. 2021b. “Guia do Corpo Europeu de Solidariedade”.
- Comissão Europeia. 2022. “Erasmus+ Guia do Programa”.
- Comissão Europeia. 2023a. “Erasmus+ Guia do Programa”.
- Comissão Europeia. 2023b. “Guia do Corpo Europeu de Solidariedade”. Versão 1.
- Comissão Europeia. 2023b. “Mobilidade e Internacionalização”. Eurydice. Disponível em: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/mobilidade-e-internacionalizacao>.
- Comissão Nacional da UNESCO s.d.. “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.
- Committee of the Regions. 2009. “The Committee of the Regions’ White Paper on Multilevel Governance”. [https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/regi/dv/cdr89-2009\\_/cdr89-2009\\_en.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/cdr89-2009_/cdr89-2009_en.pdf).
- Coopenergy. 2015. “A Guide to Multi-level Governance For Local and Regional Public Authorities”.

- CORDIS. 2014. “Community Action Programme SOCRATES, 1995-1999”. <https://cordis.europa.eu/programme/id/ET-SOCRATES-1>.
- CORDIS. 2014. “Second Phase of the Community Action Programme in the Field of Education 'Socrates', 2000-2006”. <https://cordis.europa.eu/programme/id/ET-SOCRATES-2>.
- Council of Europe e European Commission. 2019a. “Youth Policy Essentials”. Disponível em: <https://pip-eu.coe.int/documents/42128013/47261953/Youth+Policy+Essentials+-updated.pdf/92d6c20f-8cba-205f-0e53-14e16d69e561>.
- Council of Europe e European Commission. 2019b. “Youth Research: the Essentials”. Disponível em: <https://pip-eu.coe.int/documents/42128013/90268416/Youth+Research+Essentials-web.pdf/aa98768c-8868-50bd-e287-af4f4b994537>.
- Council of Europe. s.d.a. “Definitions - European Youth Foundation”. <https://www.coe.int/en/web/european-youth-foundation/definitions>.
- Council of Europe. s.d.b. “Non-formal Education in Youth Projects”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://www.coe.int/en/web/european-youth-foundation/non-formal-education>.
- Council of Europe. s.d.c. “Youth Work”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://www.coe.int/en/web/youth/youth-work>.
- Council of the EU. 2018. “European Solidarity Corps: Council adopts Regulation”. 27 de setembro, 2018. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2018/09/27/european-solidarity-corps-council-adopts-regulation/>.
- Council of the EU. 2020. “Resolution of the Council and of the Representatives of the Governments of the Member States Meeting Within the Council on the Framework for Establishing a European Youth Work Agenda”. 1 de dezembro, 2020.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2020. 150 Anos de História da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Braga: Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2022. “Comunicação de oportunidades de voluntariado - Geração Tecla – E8G”. <https://braga.cruzvermelha.pt/voluntariado-braga.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. s.d.a. “CAEMENA”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://www.bragacomacruzvermelha.pt/causas/caemena.html>
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. s.d.b, “Creche”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://braga.cruzvermelha.pt/o-que-fazemos-braga/criancas-e-juvenis/creche.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. s.d.c. “Equipa de Rua - Aproximar”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://braga.cruzvermelha.pt/o-que-fazemos-braga/pessoas-em-situacao-de-sem-abrigo-dependencias/equipa-de-rua-aproximar.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. s.d.d. “Ponto Vermelho”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://braga.cruzvermelha.pt/negocios-sociais/ponto-vermelho.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. s.d.e. “SAD - Serviço Apoio Domiciliário”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://braga.cruzvermelha.pt/o-que-fazemos-braga/idosos/sad-e-servico-de-apoio-domiciliario.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. 2021. “A Nossa Missão.” Última atualização a maio de 2021. <https://www.cruzvermelha.pt/a-nossa-missao.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. 2023a. “Estratégia de Participação Juvenil”.
- Cruz Vermelha Portuguesa. 2023. “Juventude Cruz Vermelha Recebe o Prémio Projeto Inspirador pela AN E+” <https://www.cruzvermelha.pt/noticias/item/7972-juventude-cruz-vermelha-recebe-o-premio-projeto-inspirador-pela-an-e.html>.

- Cruz Vermelha Portuguesa. s.d.a. “Estruturas Locais.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.cruzvermelha.pt/as-nossas-pessoas/estruturas-locais.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. s.d.b. “Federação, Comitê e Sociedades.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.cruzvermelha.pt/movimento-internacional/federa%C3%A7%C3%A3o,-comit%C3%A9-e-sociedades.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. s.d.c. “Movimento Internacional.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.cruzvermelha.pt/movimento-internacional.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. s.d.d. “Organização.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.cruzvermelha.pt/as-nossas-pessoas/organiza%C3%A7%C3%A3o.html>.
- Cruz Vermelha Portuguesa. s.d.e. “Voluntários.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.cruzvermelha.pt/as-nossas-pessoas/volunt%C3%A1rios.html>.
- Diário da República. 2007. “Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto.” <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/281-2007-637403>.
- Direção Geral da Educação. s.d. “Educação para o Desenvolvimento”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-o-desenvolvimento>.
- ENED. s.d.. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://ened-portugal.pt/pt/introducao>.
- Erasmus Student Network AISBL. 2018. “#ErasmusUpgrade Manifesto”. [https://esn.org/sites/default/files/news/english\\_eum.pdf](https://esn.org/sites/default/files/news/english_eum.pdf).
- Erasmus Student Network AISBL. s.d. “ESNsurvey”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.esn.org/ESNsurvey>.
- Erasmus Student Network. s.d.a. “Erasmus Student Network - About Us”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://www.esn.org/>.
- Erasmus Student Network. s.d.b. “Erasmus Student Network”. Acedido a 1 de setembro, 2023. <https://esn.org/about>.
- European Commission. 2016. “Erasmus+: The First Year”. 26 de janeiro, 2016. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO\\_16\\_143](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_143).
- European Commission. 2017a. “From Erasmus to Erasmus+: a Story of 30 years”. 26 de janeiro, 2017. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO\\_17\\_83](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_17_83).
- European Commission. 2017b. “Study on the Impact of Transnational Volunteering through the European Voluntary Service”. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/01a810b3-3712-11e7-a08e-01aa75ed71a1>.
- European Commission. 2018a. “Commission Staff Working Document Results of the Open Method of Coordination in the Youth Field 2010-2018 Accompanying the Document Communication From the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Engaging, Connecting and Empowering Young People: A New EU Youth Strategy”. 2018. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52018SC0168>.
- European Commission. 2018b. “Flash Eurobarometer 455: European Youth”. Disponível em: [https://data.europa.eu/data/datasets/s2163\\_455\\_eng?locale=en](https://data.europa.eu/data/datasets/s2163_455_eng?locale=en).
- European Commission. 2021a. “Erasmus+ 2021-2027 Enriching Lives, Opening Minds through the EU Programme for Education, Training, Youth and Sport”. Publications Office. 23 de março, 2021. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/ff1edfdf-8bca-11eb-b85c-01aa75ed71a1/language-en>.

- European Commission. 2021b. “Erasmus+ and European Solidarity Corps Survey on the Impact of COVID-19 on Learning Mobility Activities”. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/document/coronavirus-learning-mobilities-impact-survey-results>.
- European Commission. 2021c. “Erasmus+ Programme Guide”. [https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/default/files/2021-erasmusplus-programme-guide\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/default/files/2021-erasmusplus-programme-guide_en.pdf).
- European Commission. 2021d. “European Solidarity Corps Guide”. [https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/default/files/2021-erasmusplus-programme-guide\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/default/files/2021-erasmusplus-programme-guide_en.pdf).
- European Commission. 2021e. “European Solidarity Corps: over €138 million to support volunteering activities by young people in 2022”. 17 de novembro, 2021. Bruxelas. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_21\\_6003](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_6003).
- European Commission. 2021f. “Report from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Implementation of the EU Youth Strategy (2019-2021). 14 de outubro, 2021. Bruxelas.
- European Commission. s.d. “Applicant Guides - Submission phase”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://wikis.ec.europa.eu/display/NAITDOC/Applicant+Guides+-+Submission+phase>.
- European Commission. s.d.a. “Erasmus+ and the Commission's Priorities”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://erasmus-plus.ec.europa.eu/projects/priorities-2019-2024?pk\\_source=website&pk\\_medium=link&pk\\_campaign=erasmus-projects&pk\\_content=hp-highlights-priorities](https://erasmus-plus.ec.europa.eu/projects/priorities-2019-2024?pk_source=website&pk_medium=link&pk_campaign=erasmus-projects&pk_content=hp-highlights-priorities).
- European Commission. s.d.b. “Erasmus+ in Portugal in 2021 Statistics on Mobility, Cooperation and Other Data”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/resources-and-tools/factsheets-statistics-evaluations/programme-and-country-factsheets/country-factsheets-2021/erasmus-in-portugal-in-2021>.
- European Union. 2009. “Lifelong Learning Programme 2007-13”. <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/lifelong-learning-programme-2007-13.html>.
- European Union. 2018a. The Impact of the European Voluntary Service. [https://ec.europa.eu/assets/eac/youth/tools/documents/evs-impact\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/assets/eac/youth/tools/documents/evs-impact_en.pdf).
- European Union. 2020. “Study on Removing Obstacles to Cross-border Solidarity Activities”. DOI:10.2766/7285.
- European Union. 2021. “Application of the principles of partnership and multi-level governance in Cohesion Policy programming 2021-2027”. doi:10.2863/602544.
- European Union. s.d.a, “EU Aid Volunteers”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/euaidvolunteers\\_en](https://youth.europa.eu/euaidvolunteers_en).
- European Union. s.d.b. “EU Youth Strategy 2010-2018”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/strategy/strategy-2010-2018\\_en](https://youth.europa.eu/strategy/strategy-2010-2018_en).
- European Union. s.d.c. “European Solidarity Corps The Power of Together”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/solidarity/faq\\_en](https://youth.europa.eu/solidarity/faq_en).
- European Union. s.d.d. “European Youth Goals”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://europa.eu/youth/strategy/european-youth-goals\\_en](https://europa.eu/youth/strategy/european-youth-goals_en).
- European Union. s.d.e. “Mobility of Young Volunteers and Cross Border Solidarity Activities”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://europa.eu/youth/strategy/mobility\\_pt](https://europa.eu/youth/strategy/mobility_pt).

- European Union. s.d.f. “Types of Institutions and Bodies”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies\\_en](https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies_en).
- European Union. s.d.g “Volunteering in humanitarian Aid”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/solidarity/young-people/volunteering-humanitarian-aid\\_en](https://youth.europa.eu/solidarity/young-people/volunteering-humanitarian-aid_en).
- Instituto Camões. s.d.. “Educação para o Desenvolvimento”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/educacao-para-o-desenvolvimento>.
- International Committee of the Red Cross. s.d.a. “Fundamental Principles.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.icrc.org/en/fundamental-principles>.
- International Committee of the Red Cross. s.d.b. “Mandate and Mission.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.icrc.org/en/who-we-are/mandate>.
- International Committee of the Red Cross. s.d.c. “The International Red Cross and Red Crescent Movement.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.icrc.org/en/who-we-are/movement>.
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2021. “Red Cross Red Crescent European Youth Network Terms of References”. [https://www.ifrc.org/sites/default/files/2022-01/EYN\\_ToR\\_2021.pdf](https://www.ifrc.org/sites/default/files/2022-01/EYN_ToR_2021.pdf).
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. s.d.a. “About the IFRC.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.ifrc.org/who-we-are/about-ifrc>.
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. s.d.b. “Youth in Europe”. Acedido a 21 de outubro de 2023. <https://www.ifrc.org/our-work/inclusion-protection-and-engagement/youth-engagement/youth-europe>.
- IPDJ. 2020. “Educação para o Desenvolvimento”. <https://ipdj.gov.pt/educa%C3%A7%C3%A3o-para-o-desenvolvimento>.
- Lifelong Learning Platform. s.d.a. “About us” <https://lllplatform.eu/who-we-are/about-us/>.
- Lifelong Learning Platform. s.d.b. “Erasmus+ Survey” <https://lllplatform.eu/what-we-do/erasmus-survey/>.
- Ministério da Defesa Nacional. 2007. Diário da República n.º 151/2007, Série I, 7 de Agosto de 2007, 5066 - 5078.
- Município de Braga. s.d.a “NEYC.” Acedido a 15 de agosto de 2023. <https://juventude.cm-braga.pt/internacional/neyc-network-european-youth-capitals/>.
- Município de Braga. s.d.b “Rede Capitais Europeias da Juventude - NEYC (Network European Youth Capitals).” Acedido a 15 de agosto de 2023. <https://www.cm-braga.pt/pt/0601/municipio/cooperacao-institucional/redes/item/item-1-434>.
- RAY Network. s.d. “About us”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.researchyouth.net/network/>.
- Red Cross EU Office. s.d. “International Red Cross Red Crescent Movement.” Acedido a 2 de abril de 2023. <https://redcross.eu/about/international-red-cross-red-crescent-movement>.
- União Europeia. s.d.a. “Estratégia da UE para a Juventude”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://europa.eu/youth/strategy\\_pt](https://europa.eu/youth/strategy_pt).
- União Europeia. s.d.b. “O que é o Ano Europeu da Juventude?”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/year-of-youth\\_pt](https://youth.europa.eu/year-of-youth_pt).
- União Europeia. s.d.c. “Quem Somos | European Youth Portal”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/about-us\\_pt](https://youth.europa.eu/about-us_pt).

- União Europeia. s.d.d. “O Serviço Voluntário Europeu comemora 20 anos”. Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://youth.europa.eu/evs20\\_pt](https://youth.europa.eu/evs20_pt).
- United Nations s.d. “History”. Acedido a 19 de agosto de 2023. <https://sdgs.un.org/goals#history>.
- Youthpass. s.d.a. “Key Competences Framework - How Is It Used on Youthpass?”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.youthpass.eu/en/help/fags/keycompetences/>.
- Youthpass. s.d.b. “Why Youthpass”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.youthpass.eu/pt/about-youthpass/why-youthpass/>.
- Youthpass. s.d.c. “Youthpass at First Glance Youthpass Is a Tool That Gives the Word to the Learners in Describing their Learning Outcomes”. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.youthpass.eu/pt/>.

## Fontes secundárias

- Aramburu, Leandro. 2015. “The ERASMUS Phenomenon: Symbol of a New European Generation?”. Em *Journal of Contemporary European Studies* 23 (1): 147-149. DOI: 10.1080/14782804.2014.1002312.
- Audouin, Maxime, e Matthias Finger. 2018. “The Development of Mobility-as-a-Service in the Helsinki Metropolitan Area: A Multi-level Governance Analysis”. *Research in Transportation Business & Management* 27: 24-35. <https://doi.org/10.1016/j.rtbm.2018.09.001>.
- Bache, Ian. 2012. “Multi-Level Governance in the European Union”. Em *The Oxford Handbook of Governance* (628-641). Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0044>.
- Bisong, Amanda. 2018. “Trans-regional institutional cooperation as multilevel governance: ECOWAS migration policy and the EU”. Em *Journal of Ethnic and Migration Studies* 45 (8): 1294-1309. DOI: 10.1080/1369183X.2018.1441607.
- Bonus, Stefanie. 2020. “Change in Perspective - Access and Barriers in the European Solidarity Corps: Insights of the Study Strategic Partnership Europe for All”. *Behinderung und Internationale Entwicklung* (2): 5-9.
- Braithwaite, John, Cary Coglianese, e David Levi-Faur. 2008. “Change and Challenge in Regulation and Governance.” *Regulation & Governance* 2 (4): 381-382. DOI: 10.1111/j.1748-5991.2008.00049.x.
- Buffet, Gilles. 2020. “Solidarity Within the European Solidarity Corps”. Europe Talks Solidarity. Viena.
- Caporaso, James. 2008. “The Three Worlds of Regional Integration Theory”. Em *Europeanization* (23–34). Londres: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9780230584525\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230584525_2).
- Carola, Mariana Brandão. 2022. “The Impact of the Erasmus+ Programme on Higher Education in Europe”. <http://hdl.handle.net/10400.14/38281>.
- Centro de Juventude de Braga. s.d. “Organizações da Juventude da Cruz Vermelha Definiram Ações Humanitárias no CJB”. Acedido a 21 de outubro de 2023. <https://www.centrojuventudebraga.pt/Detail/Index/a38cc270-e5d5-11ed-b3f5-000d3ad7a4dc>.
- Coelho, Dalila P., João Caramelo e Isabel Menezes. 2018. “Educação para o desenvolvimento na era global”. Em *Educação, Sociedade & Culturas* (53): 97–119. <https://doi.org/10.34626/esc.vi53.67>.

- Comissão Europeia. 2021a. "Mobilidade e Internacionalização". Eurydice. Disponível em: [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/mobility-and-internationalisation-53\\_pt-pt](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/mobility-and-internationalisation-53_pt-pt).
- Comissão Europeia. 2021b. "Comissão congratula-se pelo acordo político sobre o Ano Europeu da Juventude". 7 de dezembro, 2021. Bruxelas. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_21\\_6648](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_6648).
- Conselho Europeu e Conselho da UE. 2022. "Ano Europeu da Juventude: 2022 é o teu ano!". 5 de agosto, 2022. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-year-youth/>.
- Council of Europe. 2021. "Team Preparation". Em *Manual for facilitators* (85-111). Disponível em: <https://rm.coe.int/manual-for-facilitators-2022/1680a5ebc2>.
- Daniell, Katherine, e Adrian Kay. 2017. "Multi-level Governance: An Introduction". Em *Multi-level Governance: Conceptual challenges*.
- de Wit, Hans. 2011. "Trends, Issues and Challenges in Internationalisation of Higher Education". Amsterdam: Centre for Applied Research on Economics & Management, School of Economics and Management of the Hogeschool van Amsterdam.
- EU Monitor. s.d. "European Commission (EC)". Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.eumonitor.eu/9353000/1/i9vik7m1c3gyxp/vg8xdjeo1zoi>.
- Eurocid. s.d. Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/2022-ano-europeu-da-juventude>.
- Eurodesk. s.d. "About Eurodesk". Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://eurodesk.eu/about/>.
- Euronovia. 2021. "Erasmus+: What's New for the 2021-2027 Programming Period?". 30 de março, 2021. <https://euronovia.eu/en/erasmus-programme-2021-2027/>.
- European Commission. s.d.d "European Solidarity Corps - Performance". Acedido a 19 de agosto, 2023. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/performance-and-reporting/programme-performance-overview/european-solidarity-corps-performance\\_en#budget](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/performance-and-reporting/programme-performance-overview/european-solidarity-corps-performance_en#budget).
- European Committee of the Regions. 2021. "Application of the principles of partnership and multi-level governance in Cohesion Policy programming 2021-2027". Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2863/602544>.
- European Parliament. s.d. "Supervisory Powers". Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/powers-and-procedures/supervisory-powers>.
- European Union. 2018b. "Mobility of Young Volunteers Across Europe". DOI: 10.2863/29250. <https://op.europa.eu/mt/publication-detail/-/publication/19d00ae3-4e9b-4a81-ae55-41617f187f4f>.
- European Youth Forum. 2018. "For a Better European Solidarity Corps Updated position of the European Youth Forum on the European Solidarity Corps Under the Next Multiannual Financial Framework (2021-2027)". 5 de outubro, 2018.
- Featherstone, Kevin e Claudio M. Radaelli. 2003. "The Politics of Europeanization". Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/0199252092.001.0001>.
- Ferreira-Pereira, Laura C., e João Mourato Pinto. 2021. "Soft Power in the European Union's Strategic Partnership Diplomacy: The Erasmus Plus Programme". Em *The European Union's Strategic Partnerships* (69-96). Cham: Palgrave Macmillan. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-66061-1\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-030-66061-1_4).

- Feyen, Benjamin e Ewa Krzaklewska. 2013. "The ERASMUS Phenomenon – Symbol of a New European Generation?" Frankfurt am Main: Peter Lang International Academic. <https://doi.org/10.3726/978-3-653-03007-5>.
- Feyen, Benjamin. 2013. "The Making of a Success Story : the Creation of the ERASMUS Programme in the Historical Context". Em *The ERASMUS Phenomenon – Symbol of a New European Generation?*. Berlin: Peter Lang Verlag. DOI: 10.3726/978-3-653-03007-5.
- Fundação Bracara Augusta. s.d. "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude." Acedido a 2 de abril de 2023. <https://fbracaraaugusta.org/pt/bcej2012.php>.
- Gal, Diana, e Ioan Horga. 2011. "Multilevel Governance from the Lisbon Treaty to the White Paper of Multilevel Governance". Em *Estudios Jurídicos* 2 (10). <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rej/article/view/549>.
- Garbauskaite-Jakimovska, Justina. 2018. "The Value of Learning Mobility and Its Impact on Communities", Em *Desk Research*. <https://pjp.eu.coe.int/documents/42128013/47262616/Summary+desk+research+community+impact.pdf/c3f0ccc3-f0cb-4f10-5734-ce91b5d5f769>.
- Garrahy, David. 2013. "Advocating for Youth: the European Youth Forum Helping to Increase Recognition of Mobility and Non-formal Learning". Em *Learning mobility and non-formal learning in European contexts Policies, approaches and examples*, ed. por Günter J. Friesenhahn, Hanjo Schild, Hans-Georg Wicke, Judit Balogh(33-38). Estrasburgo: Council of Europe Publishing.
- Gollata, Judith A.M., e Jens Newig. 2017. "Policy Implementation through Multi-level Governance: Analyzing Practical Implementation of EU Air Quality Directives in Germany." *Journal of European Public Policy* 24 (9): 1308-1327. DOI: 10.1080/13501763.2017.1314539.
- Hang, Nguyen. 2011. "Europeanization: Simply a Top-down Process?". Em *Marmara Journal of European Studies* 19 (1): 135-151. <https://doi.org/10.29228/mjes.148>.
- Hofmann-van de Poll, Frederike e Howard Williamson. 2021a. "European Youth Strategies - A Reflection and Analysis". EU-CoE Youth Partnership.
- Hofmann-van de Poll, Frederike e Howard Williamson. 2021b. "European Youth Strategies A reflection and Analysis: Background Analysis for the EU Council of Europe Youth Partnership Consultative Process". EU-CoE Youth Partnership. <https://pure.southwales.ac.uk/en/publications/european-youth-strategies-a-reflection-and-analysis-background-an>.
- Hofmann-van de Poll, Frederike e Daniela Keilberth. 2022. "Pathways to the EU: an Analysis of German EU Youth Policy Coordination". Em *Journal of Contemporary European Research* 18 (1): 133-148. <https://doi.org/10.30950/jcer.v18i1.1205>.
- Hooghe, Liesbet e Gary Marks. 2003. "Unraveling the Central State, but How? Types of Multi-level Governance". Em *American Political Science Review* 97 (2): 233-243. DOI:10.1017/S0003055403000649.
- Instituto Português do Desporto e Juventude. s.d. "Estratégia da UE para a Juventude". Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://anoeuropeujuventude.ipdj.gov.pt/sobre/estrategia-da-ue-para-a-juventude/>.
- IPDJ. 2020. "Youthpass". 23 de abril, 2020. <https://ipdj.gov.pt/youthpass>.
- Jalali, Carlos. 2017. "Entre Portugal e a Europa: Dinâmicas e Tendências de Europeização do Governo Português". Em *A Europeização da Democracia Portuguesa* (35-57). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais

- Klemenčič, Manja e Fernando Miguel Galán Palomares. 2018. "Transnational Student Associations in the European Multi-level Governance of Higher Education Policies". Em *European Educational Research Journal* 17 (3): 365-384. <https://doi.org/10.1177/1474904117736428>.
- Levi-Faur, David. 2008. "Regulation & Regulatory Governance". Em *Handbook on the Politics of Regulation*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/254908793\\_Regulation\\_Regulatory\\_Governance](https://www.researchgate.net/publication/254908793_Regulation_Regulatory_Governance).
- Lifelong Learning Platform. 2020. "Erasmus+ Implementation Survey Results 2019". Disponível em: [http://lllplatform.eu/lll/wp-content/uploads/2020/05/ErasmusSurveyReport2019\\_Final.pdf](http://lllplatform.eu/lll/wp-content/uploads/2020/05/ErasmusSurveyReport2019_Final.pdf).
- Maggetti, Martino e Philipp Trein. 2019. "Multi-Level Governance and Problem-Solving: Towards a Dynamic Theory of Multi-Level Policymaking?". Em *Public Administration* 97 (2): 355-369. <https://doi.org/10.1111/padm.12573>.
- Mazzoni, Davide, et al. 2018. "Cross-border mobility, European identity and participation among European adolescents and young adults". Em *European Journal of Developmental Psychology* 15 (3): 324–39. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1378089>.
- Mizikaci, Fatma e Zülal Ugur Arslan. 2019. "A European Perspective in Academic Mobility: A Case of Erasmus Program". Em *Journal of International Students* 9 (2): 702-723. <https://doi.org/10.32674/jis.v9i2.1138>.
- Newig, Jens e Tomas M. Koontz. 2013. "Multi-level Governance, Policy Implementation and Participation: The EU's Mandated Participatory Planning Approach to Implementing Environmental Policy". Em *Journal of European Public Policy* 21 (2): 248-267. DOI: 10.1080/13501763.2013.834070.
- Noferini, Andrea, Matteo Berzi, Francesco Camonita, e Antoni Durà. 2020. "Cross-border Cooperation in the EU: Euroregions amid Multilevel Governance and Re-territorialization". Em *European Planning Studies* 28 (1): 35-56. DOI: 10.1080/09654313.2019.1623973.
- Oborune, Karina. 2013. "Becoming more European after ERASMUS? The Impact of the ERASMUS Programme on Political and Cultural Identity". Em *Epiphany* 6 (1): 1840–3719. <https://doi.org/10.21533/epiphany.v6i1.60>.
- Pereira, Carlos. 2017. "Youth Work: a Portuguese Point of View". Em *Thinking Seriously About Youth Work And how to prepare people to do it* de Conselho da Europa e Comissão Europeia, 121-130. Council of Europe Publishing.
- Perilli, Andrea. 2017. "Erasmus student or EU ambassador? People-to-people contact in the European Neighbourhood policy: the cases of Georgia, Ukraine and Tunisia". Em *International Relations and Diplomacy* 6(11): 583-605. DOI: 10.17265/2328-2134/2018.11.002.
- Piattoni, Simona. 2009. "Multi-level Governance: a Historical and Conceptual Analysis". Em *Journal of European Integration* 31 (2): 163-180, DOI: 10.1080/07036330802642755.
- Polglase, Giles. 2014. "Higher education as soft power in the Eastern Partnership: the case of Belarus". Em *Eastern Journal of European Studies* 4 (2): 111-121. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/275653827>.
- Portugal de norte a sul. s.d. "Braga eleita a melhor cidade para viver em Portugal." Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.portugaldenorteasul.pt/11432/braga-eleita-a-melhor-cidade-para-viver-em-portugal>.
- RAY Network. 2020a. "Erasmus+ Youth in Action and the Quality of Youth Work". <https://www.researchyouth.net/factsheets/quality-youth-work/>.

- RAY Network. 2020b. "Erasmus+ Youth in Action and the youth sector". <https://www.researchyouth.net/factsheets/youth-sector/>.
- RAY Network. 2020c. "Erasmus+ Youth in Action Programme objectives". <https://www.researchyouth.net/factsheets/programme-objectives/>.
- RAY Network. 2022. "Effects and Outcomes of the Erasmus+ Youth in Action Programme from the Perspective of Project Participants and Project Leaders Transnational Analysis 2014-2020". Generation and Educational Science Institute. Viena. <https://www.researchyouth.net/news/new-effects-and-outcomes-of-erasmus-youth-in-action-between-2014-2020/>.
- Ruszel, Joanna. 2018. "Erasmus Programme – Functional Analysis and Evolution of the Programme from 1987 till 2016". Em *Humanities and Social Sciences Quarterly* 25 (4): 277-291. DOI: 10.7862/rz.2018.hss.84.
- SALTO. 2019. "Exploring the Implementation of the European Solidarity Corps During its First Year". Disponível em: <http://www.researchyouth.eu/results-erasmus-youth-in-action>.
- SALTO. s.d. "About SALTO-YOUTH". Acedido a 19 de agosto, 2023. <https://www.salto-youth.net/about/>.
- Saurugger, Sabine e Claudio M. Radaelli. 2008. "The Europeanization of Public Policies: Introduction". Em *Journal of Comparative Policy Analysis* 10 (3): 213-219. DOI: 10.1080/13876980802276847.
- Schakel, Arjan H. 2020. "Multi-level Governance in a 'Europe with the Regions'". Em *The British Journal of Politics and International Relations* 22 (4): 767–775. <https://doi.org/10.1177/1369148120937982>.
- Schild, Hanjo *et al.* 2017. "Conclusions and Outlook". Em *Thinking Seriously About Youth Work And How to Prepare People To Do It* de Conselho da Europa e Comissão Europeia (399-404). Council of Europe Publishing.
- Scholten, Peter, Godfried Engbersen, Mark van Ostaijen, e Erik Snel. 2017. "Multilevel Governance from Below: How Dutch Cities Respond to Intra-EU mobility". Em *Journal of Ethnic and Migration Studies* 44 (12): 2011-2033. DOI: 10.1080/1369183X.2017.1341707.
- Schönlaui, Justus. 2017. "Beyond mere 'consultation': Expanding the European Committee of the Regions' role". Em *Journal of Contemporary European Research* 13 (2): 1166-1184.
- Sedelmeier, Ulrich. 2012. "Is Europeanisation through Conditionality Sustainable? Lock-in of Institutional Change after EU Accession". Em *West European Politics* 35 (1): 20-38. DOI: 10.1080/01402382.2012.631311.
- Stein, Michael, e Lisa Turkewitsch. 2010. "Multi-level Governance in Canadian and American Intergovernmental Relations". Em *Handbook on Multi-level Governance* (184–200). DOI: 10.4337/9781849809047.00018.
- Sverdrup, Ulf. 2008. "Implementation". Em *Europeanization* (197-211). Londres: Palgrave Macmillan. DOI:10.1057/9780230584525\_15.
- Universidade do Minho. s.d. "Braga." Acedido a 2 de abril de 2023. <https://www.uminho.pt/PT/viver/braga>.
- Vieira, Ricardo, Ana Maria Vieira e Pedro Neves Vieira. 2021. "Desenvolvimento! Desenvolvimento é Educação". Em *Educação e Bem-estar*. <http://hdl.handle.net/10400.8/6410>.
- Vink, Maarten P. e Paolo Graziano. 2008. "Challenges of a New Research Agenda". Em *Europeanization* (3–20). Londres: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9780230584525\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230584525_2).

- Wiener, Antje, e Thomas Diez. 2009. *European Integration Theory*. Nova Iorque: Oxford University Press Oxford.
- Williamson, Howard. 2017. "Finding Common Ground - Mapping and Scanning the Horizons for Youth Work in Europe". Em *Thinking Seriously About Youth Work and How to Prepare People to Do It* de Conselho da Europa e Comissão Europeia (169-214). Council of Europe Publishing.

## Apêndice I – Guião Entrevistas

### Dois grupos

1. Trabalhadores da área da mobilidade e cooperação internacional da JCV Braga;
2. Participantes das experiências de Erasmus+ e CES com a JCV Braga, tanto acolhidos como enviados.

### Guião entrevistas

#### 1º Grupo

1. Questões introdutórias – Cargo/função que desempenha atualmente e funções que desempenhou no JCV in Action/ JCV Braga e anos de exercício nessas funções.
2. Como é feita a coordenação entre os níveis nacional e local na gestão e implementação do programa Erasmus+? Quais as principais vantagens e dificuldades? *(nota: falar sobre as ANs, relação com outras instituições/parceiros locais e nacionais, etc.)*
3. Como é feita a coordenação entre os níveis nacional e local na gestão e implementação do programa CES? Quais as principais vantagens e dificuldades? *(nota: falar sobre as ANs, relação com outras instituições/parceiros locais e nacionais, etc.)*
4. Que problemas enfrenta a JCV na implementação do programa Erasmus+? E do CES?
5. Qual o efeito/impacto do programa Erasmus+ na JCV Braga? E do CES?
6. Qual o efeito/impacto do programa Erasmus+ a nível local, através da JCV Braga? E do CES?
7. Porque é que a JCV Braga abraçou e continua a abraçar esta tipologia de projetos? E o que é que faz a JCV Braga ser bem-sucedida na sua implementação?
8. Tem algo a acrescentar que possa ser relevante para a investigação?

#### 2º Grupo

1. Questões introdutórias – Nome (facultativo), idade, país e experiência(s) (quando, onde, tema...) que teve ao abrigo dos programas Erasmus+/CES através da JCV Braga.
2. Como foi/está a ser a(s) tua(s) experiência(s)? Descreve atividades, logística, relação com coordenador/a e outros membros da equipa.

3. Qual é a tua opinião sobre essa tipologia de experiência de mobilidade internacional? Quais as principais aprendizagens (conhecimentos e competências) retiradas e quais as principais dificuldades sentidas?
4. Como foi o processo de recrutamento, seleção, preparação, acompanhamento e feedback com a JCV Braga?
5. Repetirias uma nova experiência internacional através da JCV Braga? Porquê?

**Tradução em inglês para os entrevistados estrangeiros do segundo grupo:**

***2nd Group***

1. *Introductory questions - Name (optional), age, country and experience(s) (when, where, theme...) you had under the Erasmus+/ESC programmes through JCV Braga.*
2. *How was/is going your experience(s)? Describe activities, logistics, relationship with coordinator and other team members.*
3. *What is your opinion about this type of international mobility experience? What are the main learnings (knowledge and skills) and what are the main difficulties experienced?*
4. *How was the process of recruitment, selection, preparation, follow-up and feedback with JCV Braga?*
5. *Would you repeat a new international experience through JCV Braga? Why?*

## Apêndice II - Listagem entrevistas

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Data</b>	<b>Modalidade</b>
1	Aksiniya Nechaeva	Participante CES envio	30/12/2022	Online
2	Ana Rita Garrido	Participante Erasmus+ (YE) envio	02/01/2023	Online
3	Ana Sofia Antunes	Participante Erasmus+ (YE) envio	02/01/2023	Online
4	Ana Vale	Participante CES envio	28/12/2022	Online
5	Catarina Calheiros	Participante Erasmus+ (TC) acolhimento	28/12/2022	Online
6	Elena Canova	Participante Erasmus+ (YE) acolhimento	27/12/2022	Online
7	Elise Clark	Participante CES acolhimento	03/01/2023	Online
8	Joana Neiva	Técnica JCV <i>in Action</i>	29/04/2022	Presencial
9	Kaspar Merisalu	Participante Erasmus+ (TC) acolhimento	27/12/2022	Online
10	Lara Azevedo	Participante CES envio	02/01/2023	Online
11	Manuel Catalano	Participante Erasmus+ (TC) acolhimento	03/01/2023	Online
12	Maria Freitas	Participante CES envio	02/01/2023	Online
13	Martyna Kuszak	Participante CES acolhimento	05/01/2023	Presencial
14	Mohmed Bella	Participante CES acolhimento	03/01/2023	Online
15	Nikolas Kostas	Participante Erasmus+ (YE) acolhimento	28/12/2022	Online
16	Patrícia Ferreira	Participante CES envio	27/12/2022	Online
17	Rosaura Lloyd	Participante CES acolhimento	04/01/2023	Online
18	Rui Bernardo	Participante Erasmus+ (YE) envio	27/12/2022	Online
19	Thiago Melo	Participante CES envio	27/12/2022	Online
20	Toms Kaktiņš	Participante Erasmus+ (YE) acolhimento	04/01/2023	Online
21	Vera Lima	Coordenadora JCV Braga	28/02/2023	Presencial

## Apêndice III – Documentos Internos

Segue a lista de documentos internos da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, utilizados ao longo deste Relatório:

- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2021a. “Call 2020, Round 1, KA1 - Learning Mobility of Individuals KA150 - Erasmus accreditation in youth Form ID: KA150-F79DBB71 Deadline (Brussels Time) 2021-12-31 12:00:00.”
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2021b. “Call 2021, Round 1, European Solidarity Corps - Quality Label FormId ESC50-8D39F025 Submission Deadline (Brussels Time) 2021-12-31 12:00:00”.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2021c. “Role Description ESC Volunteer Braga”.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2022. “Report Form Call: 2019”. Projeto KA1 2019-2-PT02-KA105-006215.
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga. 2023. “Instrução de Trabalho JCV Braga”.
- Supporting Ukraine: Erasmus+ and European Solidarity Corps project description template. Projeto 2022-2-PT02-ESC30-SOL-000091150.